

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea (variante século XX) , realizada sob a orientação científica de José Manuel Viegas Neves.

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos vão, em primeiro lugar, para o meu orientador. As virtudes deste trabalho são resultado tanto do meu trabalho como da excelente orientação que tive, por conseguinte, agradeço ao professor José Neves o muito que aprendi ao ter o privilégio de poder trabalhar com ele.

Quero também agradecer aos meus colegas de projecto do ISCTE (*O Corpo de Estado-Maior: Apogeu e Queda*), de cuja excelência humana e intelectual sou testemunha. Particularmente, agradeço ao professor João Freire pelo imenso que aprendi sobre o universo castrense ao longo do último ano, ao trabalhar também sob a sua coordenação no projecto CEM. E, claro, agradeço ao professor Luís Nuno Rodrigues, pelas inestimáveis recomendações que fez para a elaboração desta tese, e por me ter acolhido no projecto CEM sob sua orientação. Aos visados, muito obrigado.

[TÍTULO DA TESE]

O Corpo de estado-maior nos anos 30

[DISSERTATION WORK TITLE]

The army staff corps during the 1930's

[AUTOR]

João Luís Ribeiro de Campos Neves

[AUTHOR]

João Luís Ribeiro de Campos Neves

[RESUMO]

A minha tese de mestrado constitui o primeiro trabalho académico sobre o corpo de estado-maior português, e faz parte do projecto *O Corpo de Estado-Maior: Apogeu e Queda*, em desenvolvimento no ISCTE, sob a orientação científica do professor doutor Luís Nuno Rodrigues. Projecto ao qual estou ligado enquanto bolseiro de investigação.

Este trabalho tem diversas dimensões, que se complementam entre si, tendo sempre como objecto central o corpo de estado-maior do exército português. Por conseguinte, trata-se de um estudo essencialmente de história política, com algumas aproximações à história militar, que se divide em três capítulos. O primeiro capítulo é dedicado às relações entre o poder político e a elite militar durante os anos 30, período de institucionalização e consolidação política do Estado Novo, e em que os militares foram gradualmente perdendo poder e influência face ao ascendente salazarista. Relação amiúde conflituosa teve a sua conclusão com as reformas de 1937

introduzidas por Salazar e Santos Costa, alterando a “balança de poderes” de forma decisiva. O segundo capítulo aborda as reformas de 1937 e a refundação do corpo de estado-maior. As reformas de 1937 servem de contextualização geral à reorganização do corpo, apenas inteligível à luz do processo reformista do exército português. Analiso as principais premissas que presidiram à constituição deste novo corpo de elite. O terceiro capítulo é dedicado ao envolvimento português na Guerra Civil de Espanha, que também se verificou no âmbito do CEM, tendo alguns dos seus membros mais influentes visitado a frente do exército nacionalista. Capítulo onde explico, utilizando o conceito de “saber militar” como os oficiais que participaram na Missão Militar de Observação Portuguesa, recolheram ensinamentos através da sua experiência junto da frente franquista.

[ABSTRACT]

My masters thesis is the first academic work about the Portuguese army staff corps and it's a part of the ongoing ISCTE project *O Corpo de Estado-Maior: Apogeu e Queda*, under the scientific coordination of professor Luís Nuno Rodrigues. I'm associated to this project through an investigation scholarship.

This work has multiple dimensions, which complement themselves; having always the army staff corps has its central theme. Therefore, this is mainly a study of political history, with some approaches to military history and is divided in three chapters. The first chapter is dedicated to the relations between the political power and the military elite during the 1930's, a period of consolidation and institutionalization of the Estado Novo regime, during this time the military's power and influence started to wind down in favour of Salazar's ascending power. There was a troubled relation between both powers, which reached an end with the introduction of the 1937 reforms orchestrated by Salazar and Santos Costa, shifting decisively the “balance of power.” The second chapter is about the 1937 reforms and the reorganization of the Portuguese army staff corps. The 1937 reforms serve as general contextualization to the renewed foundation of the army staff corps that can only

become understandable through the process of reform within the Portuguese army. I analyse the main premises that were at the core of this new foundation. The third chapter is dedicated to the Portuguese involvement in The Spanish Civil War that also took part within the army staff corps, having some of its most influent members visited the front of the nationalist army. In this chapter I explain through the concept of “military knowledge” how did the officers who participated in The Portuguese Military Mission of Observation, took teachings through their experience within the franquist front.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo de estado-maior; Portugal; Estado Novo; reorganização; elite militar; Salazar.

KEYWORDS: Army staff corps; Portugal; Estado Novo; reorganization; military elite; Salazar.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I: Relações entre os militares e o Estado Novo	5
I. 1. Processo de subordinação das Forças Armadas ao Estado	5
I. 2. A radicalização do regime	8
I. 3. A criação de novos organismos militares	13
I. 4. Uma nova política militar	19
I. 5. Uma afirmação lenta e atribulada	24
Capítulo II: A refundação do CEM e as reformas de 1937	34
II. 1. As Reformas de 1937	34
II. 2. A refundação do corpo de estado-maior (1937)	47
Capítulo III: O Corpo de estado-maior e a Guerra Civil de Espanha	59
II. 1. O apoio de Salazar a Franco	59
III. 2. Visita à frente de D.Benito, pelo tenente de artilharia do CEM José António Beleza Ferraz	72
III. 3. Visita à frente sul por parte do Curso do Estado Maior, relatório sobre a Missão Militar de Observação Portuguesa assinado pelo tenente-coronel do CEM José Filipe de Barros Rodrigues	82
Conclusão	92
Bibliografia	94

“A guerra é o pai de todas as coisas e de todas o rei; de uns fez deuses, de outros, homens; de uns, escravos, de outros, homens livres.” (Heraclito)¹

Introdução

A minha tese de mestrado constitui o primeiro trabalho académico sobre o corpo do estado-maior, órgão de elite do exército que existiu desde o século XIX, mas que foi refundado em 1937. A tese insere-se no projecto de investigação mais abrangente intitulado *O Corpo do Estado-Maior: Apogeu e Queda*, coordenado pelo professor doutor Luís Nuno Rodrigues, e ao qual estou associado enquanto bolseiro de investigação.

É à reorganização de 1937 que esta tese diz respeito, na sua primeira parte inserindo a refundação do corpo do estado-maior na conjuntura mais lata dos anos 30 em Portugal, tanto no âmbito da história política, como no quadro das relações de poder entre a elite militar e o Estado Novo. Numa segunda parte, exploro alguns textos escritos por membros do CEM relativos à Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha, abordando a temática da Guerra Civil de Espanha, escolha feita essencialmente porque o conflito no país vizinho serviu como experiência laboratorial para os membros do corpo do estado-maior que nela participaram, funcionando como um veículo para aprendizagem de novas formas de conceber, executar, comandar e pensar a guerra. Em suma, deve ser considerada como uma experiência que criou doutrina dentro do CEM.

No primeiro capítulo trabalho mormente as relações entre a elite militar e o regime do Estado Novo tentando explicar como o poder político se conseguiu impor perante os militares, retirando-lhes a legitimidade adquirida pelo golpe do 28 de Maio. O segundo capítulo versa sobre a refundação do corpo do estado-maior em 1937 e sobre as reformas militares que levaram à sua reorganização.

Diversos trabalhos sobre as temáticas abordadas neste trabalho foram importantes para a sua realização e são instrumentos úteis para quem pretende estudar questões relacionadas com o exército, com a história militar portuguesa e internacional. Em termos mais genéricos, começo por destacar a obra do professor João Freire, intitulada *Glossário*

¹ Heraclito, *Fragmentos*, § 53;

*de Termos Militares para uso de estudantes e investigadores em ciências sociais.*² O autor tem um conhecimento enciclopédico e profundo sobre as temáticas abordadas, permitindo aos interessados e especialistas académicos deslindar dúvidas que tenham em relação à organização e funcionamento do meio castrense. Tendo uma forte componente teórica e técnica, tem também uma adequada contextualização e explicação histórica dos termos militares a que se refere.

No âmbito da história militar, um autor de reconhecido mérito, como é o caso do britânico John Keegan, deve ser considerado com atenção. A sua obra *Uma História da Guerra*³ constitui um estudo aprofundado e relevante sobre a área científica a que se refere. O autor desconstrói e descreve os meios técnicos, tecnológicos, culturais e históricos que presidiram à evolução da guerra ao longo da história. As diferentes formas culturais de compreender e praticar a guerra constituem uma parte importante deste trabalho, da Grécia clássica às guerras totais da contemporaneidade. O autor possui uma cultura que se estende muito para lá da história militar, considerando-a à luz dos seus conhecimentos de antropologia cultural, da psicologia, e da ciência em geral. Por conseguinte, Keegan é aquilo que os historiadores da escola francesa dos Annales denominaram um “historiador total”. Outro trabalho da sua autoria que vale a pena mencionar é *A Máscara de Comando*⁴, que analisa o percurso de quatro figuras centrais da história militar e política: Alexandre Magno, o duque de Wellington, Ulisses Grant e Adolf Hitler. A perspectiva adoptada tenta individualizar as diferentes concepções de liderança que cada uma das quatro personagens históricas encarnou, constituindo Alexandre Magno o paradigma da liderança heróica, comandando as suas forças no campo de batalha; o duque de Wellington, a antítese de Alexandre Magno, prefigurando uma espécie de liderança anti-heróica, mais cerebral e distante da vivência emocional dos acontecimentos bélicos; e Hitler o arauto de um comando falsamente heróico, arrastando o seu povo para o desastre e o apocalipse.

² Obra ainda no prelo, que deverá ser editada até ao final do ano;

³ Cf. Keegan, John, *Uma História da Guerra*, Lisboa, Tinta da China, 2009;

⁴ Cf. Keegan, John, *A Máscara de Comando*, Lisboa, Tinta da China, 2009;

Existe também uma produção académica relevante sobre as relações entre os militares e o Estado Novo, como os de Telmo Faria⁵ ou António Paulo Duarte.⁶ No entanto, nenhum destes trabalhos é incisivo e aprofundado na abordagem das relações entre a elite que formava o corpo de estado-maior e a elite política salazarista. O trabalho de António Paulo Duarte é importante para compreender a conjuntura política em questão, nomeadamente a afirmação do poder governamental salazarista em detrimento do poder dos militares. Acentuando como as reformas de 1937 foram fundamentais para anular a acção política dos militares, o seu estudo tem também uma forte componente de estratégia, da qual o autor é um especialista. Já a tese de Telmo Faria consubstancia a noção de construção de uma nova política de defesa nacional, assente na ruptura com os pressupostos tradicionais dessa cultura política. Santos Costa será o “artífice” dessa mudança. Merece igualmente referência o trabalho pioneiro de José Medeiros Ferreira, *O Comportamento político dos militares*⁷, que refere sumariamente a refundação do corpo de estado-maior, reprodutor do modelo prussiano e, no que se refere à história política do Estado Novo, se foca preferencialmente no processo de subordinação da elite castrense a Salazar. Tal como o trabalho da socióloga Maria Carrilho⁸, obra de referência para o estudo da história militar e política, desde o paradigma liberal oitocentista até à Revolução de Abril.

Nenhum destes trabalhos aborda estruturalmente e de forma aprofundada o processo que levou à refundação do corpo do estado-maior em 1937. Referem-no sumariamente como parte das reformas de 1937 e da domesticação das Forças Armadas. Igualmente não consideram como as ideologias políticas que marcaram “a época dos fascismos” foram entendidas pelos membros do corpo e como alteraram a sua percepção do que deveria ser o corpo do estado-maior perante o exército e o regime. A nível destas temáticas, a tese do historiador Luís Nuno Rodrigues⁹ constitui um contributo importante

⁵ Faria, Telmo, *Debaixo de Fogo! Salazar e as Forças Armadas*, Lisboa, Edições Cosmos, Instituto de Defesa Nacional, 2000;

⁶ Duarte, António Paulo Duarte, *A política de defesa nacional 1919 – 1958*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010;

⁷ Ferreira, Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no século XX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992;

⁸ Carrilho, Maria, *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX, para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985;

⁹ Rodrigues, Luís Nuno, *A Legião Portuguesa, A Milícia do Estado Novo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996;

para o seu estudo, sendo fundamental para entender as dinâmicas que levaram à anulação do poder político dos militares, ao criar uma milícia que tanto serviu para apaziguar certos sectores mais radicais do regime, como para retirar ao exército o monopólio do exercício da violência.

Capítulo I: Relações entre os militares e o Estado Novo

1.1 Processo de subordinação das Forças Armadas ao Estado

O projecto político de Salazar teve como objecto prioritário – praticamente desde o seu início¹⁰ - o regresso dos militares aos quartéis. Isto é: a subordinação das Forças Armadas ao ascendente poder político salazarista. Dada a génese política do Estado Novo, consubstanciada no golpe militar de 28 de Maio de 1926, é certo que o regime nunca negou a sua genealogia militar. Toda uma “mitologia”, associada a diversas formas de celebração, traçou institucionalmente a origem do regime a um golpe que congregou as mais diversas forças políticas e que na realidade mais não foi do que o derrubar do governo de António Maria da Silva. Diversos membros da direita liberal/conservadora republicana estiveram envolvidos no 28 de Maio, e prosseguiram o seu caminho político durante a Ditadura Militar.¹¹ A sua anulação política remonta aos primórdios do Estado Novo.¹²

A destruição do regime liberal demorou muito tempo, e foi feita à custa de ferozes confrontos políticos nas ruas do país, devido à acção dos grupos politizados ligados ao Revivalho. Devido ao reconhecimento do papel que os militares tiveram na génese e na

¹⁰ “Isto porque o projecto de poder de Salazar passava pelo “regresso aos quartéis” da tropa e pela sua sujeição ao mando civil, coisa de que não fazia, aliás, segredo, desde os dias iniciais da sua governação.” Rosas, Fernando, *O Estado Novo*, vol. 7 da História de Portugal, Dir. José Mattoso, p. 170;

¹¹ “De um lado, estariam os chamados militares “liberais-conservadores”, sector que agrupava uma grande parte dos quadros superiores das Forças Armadas portuguesas e que terá de algum modo dominado a cena política portuguesa até 1930...” Rodrigues, Luís Nuno, *A Legião Portuguesa*, p. 30;

¹² “O seu último gesto de resistência, enquanto corrente política, vai ter lugar em 1934, num momento de alguma fricção do presidente da República com o chefe do Governo, que ele sente estar a marginalizá-lo crescentemente da vida política do Estado Novo, recém-instituído.” Rosas, Fernando, *O Estado Novo*, vol. 7 da História de Portugal, Dir. José Mattoso, p. 158;

transição para o novo regime, prefigurada pelo período da Ditadura Militar, Salazar soube desde a sua chegada ao poder a importância de tentar manter boas relações com os militares. No entanto, devido ao objectivo fundamental de arredar os militares do plano político, a coabitação entre o Presidente do Conselho e as elites militares foi sempre complexa e amiúde conflituosa.

Seguindo de perto a proposta do cientista político Luís Salgado de Matos¹³, considero que a sua proposta de que a história política contemporânea deve ser compreendida à luz das relações entre o Estado, a Igreja e as Forças Armadas é relevante para compreender a importância das relações entre o poder político e o militar durante os anos 30. Relação triangular que não se esgota nas relações entre estas três instituições, sendo mais complexa que isso. Salgado Matos explica que o poder na sociedade contemporânea é de alguma forma herdeiro da estrutura e repartição de poder das sociedades de Antigo Regime.¹⁴ A Administração Pública/Estado tem as funções de regulação económica, as Forças Armadas são responsáveis pela segurança e a Igreja Católica pelas funções simbólicas. Instituições que partilham o poder político entre si, e que têm também influência no desenvolvimento da economia e da sociedade.¹⁵ Na conjuntura específica da segunda metade dos anos 30, o regime do Estado Novo vivia uma fase de institucionalização e consolidação da sua estrutura política de cariz autoritário/fascista. Devido ao impacto da Guerra Civil de Espanha, em que o Estado Novo apoiou os nacionalistas de Franco de forma comprometida, embora oficiosa, deu-se uma das principais transformações da história do regime. Refiro-me àquele que tradicionalmente foi designado como processo de fascização/radicalização das estruturas do regime,¹⁶ que passou pela criação das milícias inspiradas nas suas congéneres fascistas,

¹³ Cf. Matos, Luís Salgado de, *Como Evitar Golpes Militares*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008 e Matos, Luís Salgado de, *O Estado de Ordens*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004;

¹⁴ “Este modelo estabelece que o poder político é partilhado entre os herdeiros funcionais das três ordens do Antigo Regime – Administração Pública/povo; Forças Armadas/nobreza; Igreja Católica/clero.” Matos, Luís Salgado de, *As Forças Armadas portuguesas como elemento de um “Estado de Ordens”* – sua situação em regime de sufrágio universal” in *Análise Social*, vol. XXXII (141), 1997, p. 405;

¹⁵ “A influência política das relações económicas e sociais será canalizada através delas. A teoria assenta no pressuposto de que a lógica das três ordens contemporâneas contém capacidade explicativa do fenómeno político nas sociedades contemporâneas” Idem, p. 406;

¹⁶ “A guerra civil de Espanha foi ainda um óptimo pretexto para a multiplicação de instrumentos paramilitares e policiais dentro do regime civil-salazarista e fora do alcance da instituição militar.” Ferreira, Medeiros, *O comportamento político dos militares*, p. 185;

a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa, ambas fortemente ideológicas e politizadas, bem próximas do seu *zeitgeist*.¹⁷

Um dos factores que levou à criação da Legião Portuguesa em 1936 foi precisamente o objectivo de retirar o monopólio da violência às Forças Armadas.¹⁸ Deste modo, Salazar constituiu uma milícia mais próxima do Estado do que das instituições militares, servindo de contraponto à influência que a elite castrense detinha junto do regime. A sua fundação beneficiou, evidentemente, da conjuntura externa favorável, mas teve como fundamentos motivações eminentemente internas.

Durante grande parte dos anos 30, Salazar e o seu regime tentaram lidar com um Exército politicamente heterogéneo, em que ainda havia lugar para muitos elementos contrários ao nascente regime fascista, como os republicanos conservadores de direita, e os elementos ligados aos sectores mais radicais da extrema-direita, que o regime conseguiu neutralizar eficazmente.¹⁹

Torna-se necessário, ao abordar a temática das relações entre Salazar e os militares, desmistificar a ideia errada de que o regime sempre viveu, desde a sua génese uma situação de estabilidade e domínio. A realidade histórica está muito longe deste pressuposto, tendo o Estado Novo vivido diversas crises, conflitos e tensões internas. Por outro lado, é importante referir que se as Forças Armadas discordaram amiúde das soluções políticas encontradas por Salazar, a verdade é que muitas vezes acabaram por as aceitar.²⁰ Se do lado civil existiu uma estratégia clara e um calculismo político duradouro, os militares cedo ficaram sem um plano de resistência²¹ ao predomínio

¹⁷ Rosas, Fernando, *O Estado Novo*, vol. 7 da História de Portugal, Dir. José Mattoso, p. 218;

¹⁸ Rodrigues, Luís Nuno, *A Legião Portuguesa*, pp. 33 – 34;

¹⁹ “...impede o crescimento da direita radical que entretanto reganhara um forte fôlego, primeiro através da Liga 28 de Maio, depois através do movimento Nacional-Sindicalista de Rolão Preto, com sacrifício de grande parte do seu suporte ideológico, por exemplo, entre o tenentismo das Forças Armadas.” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, p. 31;

²⁰ “E, se é certo terem as Forças Armadas manifestado, por variadas vezes e variadas formas, o seu desentendimento face à personalidade de Salazar, também não é menos certo que acabaram sempre por se aquietar nas soluções encontradas pelo regime político do Estado Novo.” Ferreira, Medeiros, *O comportamento político dos militares*, p. 175;

²¹ “Mas a resistência castrense da segunda metade dos anos 30, mesmo quando se projecta na tentativa de intervenção política, já pouco ou nada tem a ver com o republicanismo militar conservador e o seu projecto

governamental.²² Sendo difícil de estabelecer uma cronologia precisa para o domínio do instrumento militar pelo poder político, existem certamente datas simbólicas, como a tomada da pasta da Guerra por Salazar em Maio de 1936 ou a reestruturação do fim de 1937. Até às reformas, é errado dizer que o presidente do conselho tinha um predomínio absoluto sobre a instituição militar; até Setembro de 1937, Salazar limitou-se a “levar a melhor”.²³ No entanto, concluída a Guerra Civil de Espanha e com a Europa à beira de nova contenda, é seguro afirmar que em 1939 qualquer veleidade política por parte do Exército tinha sido efectivamente anulada.

Para compreender como o exército se manteve ausente da vida política até à falhada “abrilada” de 1961, torna-se necessário sublinhar que houve lugar a uma série de insubordinações militares contra o regime que foram sucessivamente derrotadas.

Portanto, o atribulado processo de controlo político sobre o Exército é tributário da ideia central de consolidação e institucionalização do novo regime fascista. O papel do próprio Salazar nestes concomitantes fenómenos políticos é central e decisivo, estudando e acompanhando de perto todos os assuntos relativos à reforma e deliberada neutralização política do Exército.²⁴

1.2 A radicalização do regime

político, derrotados, ao cabo de oito anos de conflitos, em 1934.” Rosas, Fernando, *O Estado Novo*, vol. 7 da História de Portugal, Dir. José Mattoso, p. 159;

²² “Pelo seu lado, desde o plebiscito para a constituição de 1933 que a instituição militar se encontrava sem estratégia política definida.” Ferreira, Medeiros, *O comportamento político dos militares*, p. 177;

²³ “É certo que a subordinação da instituição militar enquanto tal, o regresso aos quartéis sob a autoridade do Estado Novo, se mostraria mais complexa. Sé em 1936 Salazar consegue chamar a si a pasta da Guerra, e “pelo menos até 1937, ano das grandes reformas militares”, o chefe do Governo “apenas persistiu em levar a melhor, sem se poder dizer que tenha triunfado definitivamente.” Rosas, Fernando, *O Estado Novo*, vol. 7 da História de Portugal, Dir. José Mattoso, p. 159;

²⁴ “Salazar, que para o prosseguimento dos seus projectos necessitava efectivar e manter o controlo político sobre as Forças Armadas, vinha – se ocupando pessoalmente dos problemas de defesa nacional, incluindo os de ordem militar, e estudava pacientemente relatórios e pareceres elaborados por algumas autoridades militares.” Carrilho, Maria, *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX*, p. 309;

A historiografia designou os anos de 1936 – 39 como os de mais forte radicalização ideológica do regime, consubstanciada na criação de milícias fascistas: a Mocidade e Legião Portuguesa. Um regime tendencialmente totalitário como foi o do Estado Novo de finais dos anos 30 não teve uma implantação simplesmente vertical; de cima para baixo. Como nos seus congéneres coetâneos devemos perceber a sua radicalização à luz duma síntese entre os desejos e percepções debaixo e o enquadramento político e institucional oferecido pelas estruturas próximas do Governo.²⁵ Apesar do seu aparecimento algo tardio, uma organização duma milícia de jovens estava prevista desde a elaboração da Constituição de 1933.²⁶

Ao contrário da acção de rua que levou os respectivos partidos ao poder, o fascismo português não nasceu associado a milícias fascistas. A milícia mais próxima das existentes nos fascismos italianos e alemão – pelo menos ideologicamente – foi a Legião Portuguesa. Numa sociedade sub-industrializada e longe de estar massificada como nos países mais desenvolvidos onde fenómenos políticos semelhantes surgiram, tornou-se menos provável existir uma mobilização com a dimensão espectacular do nazismo e do fascismo italiano. Com as devidas diferenças, o período de radicalização do Estado Novo coincidiu com o período de maior mobilização de massa, consubstanciado no comício político do Campo Pequeno, que levou à fundação da Legião Portuguesa. Longe do espectáculo de massas dos comícios de Nuremberga do regime nazi, o comício do Campo Pequeno foi um sintoma português de pertença a tal *zeitgeist*. Em 1937, o desfile comemorativo do 28 de Maio teve como protagonista a Legião, com 18 000 dos seus homens a participarem noutra acção “espectacular”.

²⁵ “Uma conjuntura interna marcada ainda pela luta política com os dois sectores acima referidos: de um lado, a canalização para a Legião Portuguesa de uma certa pressão de base correspondente aos desejos e aspirações da direita radical, nomeadamente de sectores ligados à organização corporativa, de homens oriundos do nacional – sindicalismo e do grupo dos tenentes envolvidos no 28 de Maio de 1926...”
Rodrigues, Luís Nuno, *A Legião Portuguesa*, pp. 33 – 34;

²⁶ “Salazar, que como Hitler e Mussolini, atribuía grande importância ao endoutrinamento da juventude, deixara já expresso na Constituição de 1933 a sua vontade de constituir uma organização da juventude de tipo pré – militar ou paramilitar.” Carrilho, Maria, *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX*, p. 315;

O período de 1936 – 1939 foi também de afirmação e consolidação ideológica e doutrinal, tendo o regime assumido – através de uma gigantesca campanha de propaganda e de mobilização de massa – a sua feição anti-comunista, que não mais sairia do léxico discursivo do regime. O comunismo foi, por conseguinte, considerado o principal inimigo do Estado Novo, consubstanciando-se no seu momento de maior repressão, existindo 10 000 presos políticos e inaugurando-se o campo de concentração do Tarrafal em 1936. A fascização da sociedade portuguesa teve um dos seus pontos marcantes no comício anticomunista, realizado no Campo Pequeno a 28 de Agosto de 1936, que revelou a essência do regime e a sua faceta espectacular, tributária do nazismo e do fascismo italiano. A fascização da sociedade durante a guerra civil de Espanha teve a sua expressão institucional e doutrinal na criação da Legião Portuguesa e da Mocidade Portuguesa, milícias de cariz verdadeiramente fascista, de enquadramento e doutrinação de massas.

O Decreto – lei nº 27:058, de 30 de Setembro de 1936, é bastante claro quanto aos objectivos que levaram à formação da Legião Portuguesa, tendo um discurso vincadamente nacionalista.²⁷ Não se tratou duma manobra meramente ideológica: tratou-se dum instrumento ao serviço duma política mais abrangente, com um propósito político muito importante, o de retirar às Forças Armadas o monopólio sobre o uso da violência²⁸, o que ajuda a explicar a natureza proto-militar que a milícia tinha. Usando-a como contrapeso perante a instituição militar, Salazar teve na Legião um braço armado ao seu dispor, ao serviço da sua política central de despolarizar o meio castrense.²⁹ É certo que

²⁷ “Autoriza a constituição da Legião Portuguesa, formação patriótica de voluntários destinada a organizar a resistência moral da Nação e cooperar na sua defesa contra os inimigos da Pátria e da ordem social.” Sumário do Decreto-Lei nº 27:058 in *Diário do Governo* I Série de 30/09/1936;

²⁸ “À luz deste contexto percebe – se o interesse de que se revestia para Salazar o desenvolvimento de determinadas instituições exteriores às Forças Armadas que lhe retirassem o monopólio exclusivo do uso da força e da violência..” Rodrigues, Luís Nuno, *A Legião Portuguesa*, p. 64;

²⁹ “Deste modo, a hipótese que aqui se pretende explorar é a de que o processo de subordinação do Exército ao Estado Novo e a Salazar, que conhece um ponto decisivo em 1936, passa também pela criação de instituições como a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa. O próprio Oliveira Salazar o admite quase explicitamente, quando na nota oficiosa de Setembro de 1935 (...) põe “subtilmente” em causa o monopólio das Forças Armadas enquanto “instituição administradora da violência organizada e legítima.” Ao postular o regresso dos militares aos quartéis e o seu afastamento da vida política.” Rodrigues, Luís Nuno, *A Legião Portuguesa*, p. 64;

de início registou-se uma colaboração entre a Legião e as Forças Armadas: em 1937, um batalhão de legionários participou em manobras militares realizadas no Alentejo. No entanto, tal ligação nunca assumirá a relevância que teve no contexto alemão e italiano. Apesar da Mocidade Portuguesa e da Legião não assumirem nenhuma importância no âmbito da defesa nacional, a sua fundação e expansão não é neutra face às Forças Armadas. As autoridades militares ligadas ao ensino não gostaram que as suas competências fossem abrangidas pela instrução militar ensinada aos membros das milícias.³⁰

As funções da Legião foram muito abrangentes: força policial, ideológica, doutrinária e de enquadramento das actividades económicas. Serviu também de batalhão de combate contra tumultos de rua – funcionando a espaços como “polícia”³¹ – e de protecção contra tentativas de golpe de estado urbano.³²

O discurso reproduzido no Decreto-lei fundador da milícia não é original, sendo próximo do produzido pelos regimes ditos fascistas, sendo novamente reconhecido o papel fundador que os militares tiveram na “revolução nacional”.³³ Dado os inúmeros atritos que existiram entre o Estado e as Forças Armadas, e principalmente, a garantia de perpetuação do Estado Novo através da anulação de toda a oposição e de todas as intencionalidades militares, é reconhecido pelo Governo que tal equilíbrio se deveu à acção das

³⁰ “...a verdade é que o presidente do conselho soube utilizar habilmente a criação deste organismo para, de certo modo, “desdramatizar” a questão do Exército, “acalmando” alguns dos seus quadros superiores, fazendo-lhes sentir, sobretudo, que dispunha de forças de apoio alternativas.” Rodrigues, Luís Nuno, *A Legião Portuguesa*, p. 65;

³¹ “...Salazar não despreza de forma alguma o papel da Legião Portuguesa no aparelho repressivo do Estado Novo que conhece também em 1936 um considerável reforço...” Rodrigues, Luís Nuno, *A Legião Portuguesa*, p. 232;

³² “A guerra espanhola fez com que a GNR fosse colocada na fronteira e a Legião Portuguesa podia tapar os buracos que isso gerava no sistema de ordem pública. Em muitas das zonas das quais era retirada a GNR, a Legião ocupava parcialmente o seu espaço e a velha figura do cabo de polícia não remunerado, que ainda fazia parte do código administrativo, passou a ser utilizada para dotar os voluntários da Legião de autoridade policial. Entre 1936 e 1945, a Legião esteve bastante activa como auxiliar das forças policiais.” Palacios, Diego, *Portugal à Coronhada, protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*, p. 276;

³³ “Dura há dez anos a nova ordem política criada pelo exército...” Decreto-Lei nº 27:058 in *Diário do Governo* I Série de 30/09/1936;

Forças Armadas.³⁴ O principal inimigo – o comunismo – é tacitamente identificado como destruidor dos valores tradicionais³⁵, defendidos pela doutrina conservadora do salazarismo. A ideia da defesa da civilização ocidental contra a “ameaça vermelha” é comum à retórica dos regimes de direita, que se consideravam portadores dos valores tradicionais, que necessitavam de ser preservados de influências externas. Contra tal inimigo foi fundada a Legião, que começou por recrutar voluntariamente. Contando com uma forte adesão inicial, a sua criação é legitimada como emanção da vontade popular.³⁶ No entanto, a sua estreita e indissociável ligação ao Governo, que a criou por decreto, é uma dimensão incontornável. O governo deu-lhe forma e enquadramento, atribuindo – lhe um cariz militar enquanto corpo.³⁷

O decreto acaba por ter um discurso assente no nacionalismo férreo que deveria caracterizar a Legião e no seu carácter de milícia composta por voluntários³⁸, pensada desde a sua génese – no comício do Campo Pequeno de Agosto de 1936 – como corpo paramilitar³⁹ de combate ao comunismo e à oposição, numa altura em que o Estado Novo já tinha destruído quase por completo o que restava da oposição reviralista.

³⁴ “Sempre que se tem querido perturbá-la, a força armada a tem defendido e sustentado. Ela continua, na verdade, a ser a grande reserva moral da Nação.” Decreto-Lei nº 27:058 in *Diário do Governo* I Série de 30/09/1936;

³⁵ “Um inimigo de especial virulência tenta instalar – se no corpo social das nações, infiltrando – se nas escolas, nas oficinas e nos campos, nas profissões liberais e nas próprias fileiras. Nega a Pátria, a família, os sentimentos mais elevados da alma humana e as aquisições seculares da civilização ocidental.” Decreto-Lei nº 27:058 in *Diário do Governo* I Série de 30/09/1936;

³⁶ “Com este intuito, e apesar de nada se haver oficialmente definido, no curto espaço de alguns dias mais de duas dezenas de milhar de cidadãos, por acto consciente e voluntário, se inscreveram para formar a Legião Portuguesa e pedem ao Estado que a reconheça e discipline. É o que se faz por este decreto.” Decreto-Lei nº 27:058 in *Diário do Governo* I Série de 30/09/1936;

³⁷ “E para que não se corrompa nem desvie dos seus fins, antes viva na exaltação das virtudes cívicas e militares, dá – se – lhe a forma de corpo organizado, sujeito a rigorosa disciplina e directamente subordinado ao Governo.” Decreto-Lei nº 27:058 in *Diário do Governo* I Série de 30/09/1936;

³⁸ “O Governo reconhece a Legião Portuguesa, formação patriótica de voluntários destinada a organizar a resistência moral da Nação e cooperar na sua defesa contra os inimigos da Pátria e da ordem social...” Base I do Decreto-Lei nº 27:058 in *Diário do Governo* I Série de 30/09/1936;

³⁹ “...devendo portanto ser – lhe dada organização que lhe imponha colectiva e individualmente rigorosa disciplina e incite à prática das demais virtudes militares.” Base II do Decreto-Lei nº 27:058 in *Diário do Governo* I Série de 30/09/1936;

O conceito de nação armada está na base do recrutamento da Legião⁴⁰, que não nasceu da rua como as suas congéneres mas deste decreto, que salienta fortemente a dependência que a milícia tinha do Governo que a criou, dela fazendo um meio de transmitir a ideologia nacionalista que esteve na base do regime de Salazar.⁴¹ O conteúdo ideológico que deveria guiar a acção dos legionários é a síntese ideológica do salazarismo, entre valores tradicionais e um nacionalismo autoritário de ruptura com o passado liberal⁴², numa reconstrução totalitária do Estado – Nação, abalado pelo conflito da Primeira Grande Guerra.⁴³ O regulamento da Legião Portuguesa apenas veio acentuar a tendência de radicalização que levou à sua fundação. A presença de oficiais do Exército ou da Marinha na junta dependente do governo que a deveria orientar é a sua principal novidade⁴⁴, sendo acentuada novamente a dependência que a milícia nunca deixou de ter do governo, a quem deveria de responder.⁴⁵

1.3 A criação de novos organismos militares

⁴⁰ “A Legião integra-se no conceito da Nação armada...” Base II do Decreto-Lei nº 27:058 in *Diário do Governo* I Série de 30/09/1936;

⁴¹ “A Legião será superiormente dirigida por uma junta nomeada pelo Governo de entre pessoas de formação e espírito nacionalista...” Base V do Decreto-Lei nº 27:058 in *Diário do Governo* I Série de 30/09/1936;

⁴² “1º O legionário defende a Pátria e a ordem social (...) 2º O legionário (...) afirma solenemente o seu respeito pelo património espiritual da Nação: a fé, a família, a moral cristã, a autoridade, a liberdade da terra portuguesa.” Compromisso a que se refere a base III anexa ao Decreto-Lei nº 27:058 in *Diário do Governo* I Série de 30/09/1936;

⁴³ “A ruptura causada pela guerra nas sociedades liberais tornou urgente a reconstrução dos Estados – nação, resultante da homogeneização cultural que a experiência da guerra irá proporcionar.” Correia, Sílvia, *Políticas da Memória da I Guerra Mundial em Portugal*, p. 3;

⁴⁴ “Artigo 1º A Legião Portuguesa será dirigida por uma Junta Central constituída por cinco membros nomeados pelo Governo, dois dos quais, pelo menos, serão oficiais do exército ou da armada.” Artigo 1º do Decreto-Lei nº 27 087 in *Diário do Governo* I Série de 15/10/1936;

⁴⁵ “Art. 2º De entre os membros militares da Junta o Governo designará o comandante (...) Compete ao comando da Legião (...) Comandar, em obediência às ordens do Governo, todas as forças da Legião.” Artigos 2º, e 5º do Decreto-Lei nº 27 087 in *Diário do Governo* I Série de 15/10/1936;

O longo e conturbado processo de “domesticação” das Forças Armadas pelo Estado fascista teve expressão na criação de novos organismos que servissem os propósitos políticos do Presidente do Conselho. As Leis nº 1905 (de promulgação das bases da organização da defesa nacional) e nº 1906 (que criou junto do Ministério da Maio de 1935 são dois exemplos precoces e paradigmáticos dessa lógica política, que devem ser entendidos como preliminares à nova política de defesa nacional de índole reformista, instituída nos anos seguintes.⁴⁶

Uma leitura mais próxima desta legislação pode tornar a minha interpretação mais clara. Torna – se evidente que o principio de subordinação das Forças Armadas ao poder civil salazarista está presente nas bases da lei nº 1905.⁴⁷

Junto do Governo civil é também criado um Conselho Superior de Defesa Nacional, de cariz deliberativo,⁴⁸ que tentou concentrar importantes funções da política militar da nação.⁴⁹ O Conselho Superior Militar foi constituído como mais uma emanação governamental, com poderes alargados de organização e planeamento militares.⁵⁰ Tributária desta ideia, e como nova “extensão” do governo, foi fundada a Comissão de Estudos da Defesa Nacional, uma espécie de órgão consultivo, auxiliar do Conselho Superior de Defesa Nacional, assente evidentemente no estudo sobre assuntos e

⁴⁶ “Pela primeira vez estavam reunidas as normas jurídicas, através de conceitos amplos para uma reforma na defesa nacional que o Estado Novo desejava, de modo a pacificar um tradicional foco de instabilidade com implicações na vida política.”

Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, pp. 70 – 71;

⁴⁷ “O Governo definirá a politica militar da Nação e orientará superiormente a preparação da defesa nacional; fixará os fins gerais da guerra e dirigirá esta; aprovará os planos gerais de acção...” Base V da lei 1905 in *Diário do Governo* I Série de 22/05/1935;

⁴⁸ “O Governo (...) constitue-se em Conselho Superior de Defesa Nacional, com a missão de deliberar sobre os altos assuntos relativos à defesa nacional...” Base II da lei 1905 in *Diário do Governo* I Série de 22/05/1935;

⁴⁹ “...e, em especial, sobre as bases das seguintes questões:

a) Política militar da Nação;

b) Organização da Nação para o tempo de guerra; “Base II da lei 1905 in *Diário do Governo* I Série de 22/05/1935;

⁵⁰ “Para deliberar sobre as soluções a dar aos altos problemas relativos à organização e emprego das forças terrestres, marítimas e aéreas, militares e militarizadas, bem como aos programas gerais de armamento, é criado, sob a direcção do Presidente do Conselho de Ministros, o Conselho Superior Militar...” Base III da lei 1905 in *Diário do Governo* I Série de 22/05/1935;

políticas de defesa.⁵¹ A sua génese remonta a 1933, aquando da fundação de uma comissão de reformulação deste Conselho.⁵²

A lei nº 1906 criou o Conselho Superior do Exército, mais uma vez funcionando sob controlo político do Ministério da Guerra.⁵³ Com um vincado pendor organizativo, o novo Conselho tinha como missão garantir que as instituições castrenses aceitassem e cumprissem as políticas emanadas do Governo⁵⁴; novamente, numa lógica de supremacia do factor político sobre o militar.⁵⁵ As questões relativas à defesa nacional eram submetidas pelo Governo junto da nova instituição, que daria o seu parecer sobre as propostas governamentais. A supremacia política e decisória pendia claramente para o governo salazarista.⁵⁶ O ministro Passos e Sousa tentou transformar este Conselho numa instituição capaz de implementar as necessárias reformas do sector militar,⁵⁷ apelando ao nacionalismo de Salazar para reconstruir o exército.⁵⁸

⁵¹ “Para examinar previamente as questões que, pela sua alta importância, devem ser submetidas à apreciação e resolução do Conselho Superior de Defesa Nacional, incluindo as questões interministeriais que interessem à mesma defesa, é criada a Comissão de Estudos da Defesa Nacional, a qual funciona sob a alta direcção do Presidente do Conselho de Ministros...” Base VI da lei 1905 in *Diário do Governo* I Série de 22/05/1935;

⁵² “A solução do conflito dá – se com a nomeação através de portaria, em Janeiro de 1933, de uma comissão para estudar e propor ao Governo as bases da organização do Conselho Superior de Defesa Nacional.” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, p. 49;

⁵³ “Artigo 1º: É instituído junto do Ministério da Guerra um alto organismo denominado Conselho Superior do Exército.” Artigo 1º da lei 1906 in *Diário do Governo* I Série de 22/05/1935;

⁵⁴ “...a Lei 1906 instituiu o Conselho Superior do Exército (...) no futuro funcionará como um fórum de discussão entre a elite militar face às definições políticas assumidas pelo Governo no Conselho Superior de Defesa Nacional” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, pp. 70 – 71;

⁵⁵ “Art. 3º Compete ao Conselho Superior do Exército: 1º Decidir, dentro da política fixada pelo Governo, sobre a orientação a dar a todas as instituições militares dependentes do Ministério da Guerra;” Artigo 3º da lei 1906 in *Diário do Governo* I Série de 22/05/1935;

⁵⁶ “2º Dar parecer sobre todas as questões importantes, relativas à organização e funcionamento do exército e sua melhor eficiência, e bem assim à defesa nacional, quando submetidas pelo Governo à sua apreciação;” Artigo 3º da lei 1906 in *Diário do Governo* I Série de 22/05/1935;

⁵⁷ “Passos e Sousa (...) aposta no Conselho Superior do Exército como órgão incumbido de assegurar continuidade às reformas militares.” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, p. 75;

⁵⁸ “E termina a sua intervenção (...) de um modo perfeitamente expectante perante as responsabilidades que atribui a Salazar para a resolução do problema militar: “O Exército, sr. Dr. Oliveira Salazar, neste momento de ansiedade, tem os olhos postos em V. Exª e confia na sua acção patriótica. V. Exª (...) fica agora à frente dos organismos superiores de Defesa Nacional, e todos nós temos a mais absoluta certeza que V. Exª abrirá

Com o objectivo tácito de consolidar a legislação precedente, a 19 de Setembro de 1935 foi criado o Conselho Superior de Defesa Nacional. Seguindo a fórmula política das instituições fundadas pelas leis nºs 1905 e 1906, o Conselho Superior de Defesa Nacional foi um organismo pensado como muito próximo do Governo e do Presidente do Conselho de Ministros, de quem dependia.⁵⁹ Tinha amplas capacidades deliberativas sobre assuntos referentes à defesa nacional, com uma ubíqua componente de subordinação política, devendo as políticas militares ser propostas e apresentadas pelo Presidente do Conselho,⁶⁰ subordinação a que preside toda a lógica desta legislação⁶¹. A lei nº 1905 é bastante clara quanto a tal propósito. A prerrogativa de definir a política de defesa nacional cabia exclusivamente ao poder civil representado pelo governo salazarista, com uma ampla atribuição de “competências” para definir as políticas de preparação para uma eventual situação de beligerância.⁶² Portanto, a principal premissa da lei nº 1905 é precisamente acentuar a tendência de monopolização do poder pelo governo salazarista, em detrimento das Forças Armadas. O Conselho Superior de Defesa Nacional ficou com funções muito abrangentes relativas à elaboração das políticas de defesa nacional. Ao novo órgão

novos horizontes ao patriotismo e à dedicação dos elementos que constituem o Exército.” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, p. 76;

⁵⁹ “Artigo 1º O Conselho Superior de Defesa Nacional é constituído pelos membros do Governo da República, pelo major general do exército e pelo major general da armada, estes dois últimos com voto consultivo.

§ 1º É presidente nato do Conselho Superior de Defesa Nacional o Presidente do Conselho de Ministros.” Artigo 1º e § 1º do Decreto 25:857 in *Diário do Governo* I Série de 19/09/1935;

⁶⁰ “Art. 2º São atribuições do Conselho Superior de Defesa Nacional:

1º Deliberar sobre os altos assuntos relativos à defesa nacional que lhe sejam apresentados pelo presidente ou por qualquer dos seus membros e em especial sobre as bases das seguintes questões:

Política militar da Nação;

Organização da Nação para o tempo de guerra;

Planos gerais de acção;” Artigo 2º do Decreto 25:857 in *Diário do Governo* I Série de 19/09/1935;

⁶¹ “O processo legislativo trazia outra marca: a de uma afirmação da subordinação da força militar ao poder político, isto é, a Salazar.” Duarte, António Paulo, *A política de defesa nacional*, pp. 55 – 56;

⁶² “A Lei nº 1905 dizia claramente que cabia ao governo definir a política militar da nação e a preparação da defesa nacional, fixar os fins gerais da guerra e dirigi-la...” Duarte, António Paulo, *A política de defesa nacional*, pp. 55 – 56;

competia estabelecer os pressupostos fundamentais da organização da nação para uma conjuntura de guerra, abrangendo todas as dimensões principais da defesa nacional. Tinha como atribuições definir os planos gerais de acção militar, o reabastecimento geral das forças militares, o seu apetrechamento material e industrial, o orçamento e fundamentalmente a predominante construção da política militar de defesa da nação e a sua organização para uma conjuntura de guerra. Ou seja, tudo o que dissesse directamente respeito à organização e planeamento da defesa nacional tinha obrigatoriamente que passar pelo crivo do novo Conselho,⁶³havendo também lugar à apreciação de projectos vindos da esfera militar, sempre que Salazar o julgasse oportuno.⁶⁴

No mesmo decreto e sob a presidência do Presidente do Conselho estabeleceu-se um Conselho Superior da Direcção da Guerra, pensado na perspectiva da nação poder entrar em guerra⁶⁵. Realidade admitida por Santos Costa no ano precedente. Na ausência de um Ministério da Defesa Nacional – que somente será constituído muito mais tarde – Salazar tentou congregar os ramos do Exército e da Marinha numa só instituição.⁶⁶ A sua inexistência também significou um mais fácil e directo controlo político do chefe do governo sobre as Forças Armadas.⁶⁷ Um órgão consultivo ficou com a tarefa de examinar

⁶³ “...todas as dimensões organizativas e genéticas das Forças Armadas teriam de passar, a partir de então, e segundo a lei, pelo CSDN, que, era, efectivamente, um órgão político superior de direcção da força militar.” Duarte, António Paulo, *A política de defesa nacional*, pp. 55 – 56;

⁶⁴ “6º Examinar, sempre que o Presidente do Conselho o julga conveniente, as propostas e projectos relativos á defesa nacional e à preparação para a guerra...” Artigo 2º do Decreto 25:857 in *Diário do Governo* I Série de 19/09/1935;

⁶⁵ “Art. 5º Em tempo de guerra a acção do Governo, no que diz respeito à direcção desta, concentra – se no Conselho Superior da Guerra (...) sob a presidência do Presidente do Conselho de Ministros, competindo – lhe dirigir e orientar a política de guerra, coordenando harmonicamente a acção no campo político, no campo económico e no campo militar.” Artigo 5º do Decreto 25:857 in *Diário do Governo* I Série de 19/09/1935;

⁶⁶ “Art.7º O Conselho Superior Militar, que funcionará sob a direcção do Presidente do Conselho, é composto pelos Ministros da Guerra e da \Marinha...” Artigo 7º do Decreto 25:857 in *Diário do Governo* I Série de 19/09/1935;

⁶⁷ “Salazar deixa cair a ideia de criação de um Ministério de Defesa Nacional numa clara manobra de controlar directa, ou indirectamente uma força armada (...) de comando único.” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, p. 61;

as políticas de defesa propostas, novamente sob a alçada política do Governo.⁶⁸ A ideia de centralizar o poder sob as Forças Armadas esteve na base da criação da Comissão Mista dos Estados Maiores do Exército e da Marinha (com outro nome no decreto).⁶⁹

Produto da burocracia moderna e da tendência centralizadora do governo salazarista, fundou – se a Secretaria Geral da Defesa Nacional, de novo na estreita dependência de Salazar,⁷⁰ secretaria que posteriormente ficou encarregue de “desenhar” as directrizes do projecto de reforma do Exército, após a reunião do CSDN a 21 de Abril de 1936.

Em síntese, a lei nº 1905 congrega duas visões e intenções opostas: por um lado, a vontade de os militares terem maior voz na definição das políticas de defesa nacional, e por outro o sempiterno interesse político de Salazar em possuir um maior controlo efectivo sobre o Exército.⁷¹ Parte de um processo maior e mais complexo, a subordinação das Forças Armadas aos desideratos políticos de Salazar sucedeu de forma lenta, atribulada, e com revezes para o Presidente do Conselho. O processo somente “terminou” com a chegada de Salazar à pasta da Guerra em 1936 e com as reformas orquestradas por ele e por Santos Costa em 1937, no que foi designado pelo historiador Luís Nuno

⁶⁸ “Art. 10º A Comissão de Estudos da Defesa Nacional terá por missão examinar previamente as altas questões que devem ser submetidas à apreciação do Conselho Superior de Defesa Nacional e bem assim as questões interministeriais que, interessando à defesa nacional, são da exclusiva competência do Governo, e sobre elas dar parecer.

Art. 11. A Comissão de Estudos da Defesa Nacional funciona sob a alta direcção do Presidente do Conselho de Ministros...” Artigos 10º e 11º do Decreto 25:857 in *Diário do Governo* I Série de 19/09/1935;

⁶⁹ “Art. 14º Para o estudo dos problemas especiais cuja solução exija a acção coordenada do exército e da armada, e como órgão de estado do Conselho Superior Militar, é criada, sob a direcção do Presidente do Conselho de Ministros (...) uma comissão inter – estados maiores...” Artigo 13º do Decreto 25:857 in *Diário do Governo* I Série de 19/09/1935;

⁷⁰ “Art. 16º Directamente dependente do Presidente do Conselho de Ministros (...) ao qual compete: 1º Receber e centralizar todos os documentos, propostas e pareceres destinados à apreciação da Comissão de Estudos, do Conselho Superior Militar e do Conselho Superior de Defesa Nacional ou do Conselho Superior da Direcção da Guerra.” Artigo 16º do Decreto 25:857 in *Diário do Governo* I Série de 19/09/1935;

⁷¹ “A formulação da Lei nº1905 não tem um caminho linear. Num certo sentido, ela congrega duas ópticas: a visão militar, que procura um controlo mais abrangente da política de defesa que lhe assegurasse não só o domínio das operações, mas o da própria mobilização da nação, e a perspectiva de Salazar, oriunda da necessidade de ter um controlo mais directo sobre as Forças Armadas e principalmente sobre o Exército...” Duarte, António Paulo, *A política de defesa nacional*, p. 51;

Rodrigues como “o triunfo da corrente pragmática”⁷²,coincidente com o esmagamento irreversível das oposições até pelo menos ao *aftermath* da II Guerra Mundial. Com uma variante política e técnica, que vinha sendo preconizada por ele e pelo então tenente – coronel José Filipe de Barros Rodrigues.⁷³ Claramente, Santos Costa advogou que o Exército devia circunscrever - se às suas funções de defesa do território e de preparação para uma eventual conjuntura de guerra, não devendo assumir nem uma feição política, nem policial. Por conseguinte, as leis nºs 1905 e 1906 fazem parte desse paradigma de subordinação do Exército, através de uma renovada estruturação dos comandos superiores militares.⁷⁴

1.4 Uma nova política militar

O projecto político de Salazar teve como propósito central romper com o passado republicano/liberal em todas as vertentes: política, económica, social, cultural, etc. A tal corte, uma instituição central como as Forças Armadas não poderia ficar imune. As centrais e profundas reformas militares de 1937 foram o corolário lógico de uma política militar que se caracterizou por instituir uma nova forma de relacionamento político – militar: como descreve e sublinha a socióloga Maria Carrilho, o Estado Novo nos anos 30 consagrou uma forma totalitária de relacionamento entre o Exército e o governo salazarista.

⁷² “Ao iniciar – se o ano de 1936 o triunfo da corrente pragmática ou salazarista era já praticamente indiscutível (...) o Estado Novo era já um regime consolidado e, quanto ao essencial, Salazar tinha liquidado as pretensões dos Nacionais Sindicalistas e preparava-se para dar mais um passo decisivo no sentido da subordinação da instituição militar, assumindo a chefia do Ministério da Guerra.” Rodrigues, Luís Nuno, *A Legião Portuguesa*, p. 32;

⁷³ “...a linha salazarista no progresso político e técnico do Exército será assegurada por Santos Costa e Barros Rodrigues (...) procurando mais soluções reformadoras para o Exército que intervenções directas na cena pública e política. Era necessário, todavia, defender politicamente, para o interior e para o exterior da instituição militar, a urgência de uma reforma profunda no Exército, e nada melhor do que a iniciativa partir de vezes do círculo salazarista...” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, p. 56;

⁷⁴ “A nova legislação constituía, desta forma, um passo intermédio. Para o Salazar e para o regime representava uma primeira tentativa de afirmação da sua primazia política, embora ainda mitigada...” Duarte, António Paulo, *A política de defesa nacional*, p. 61;

A política de ruptura com o passado das reformas republicanas de 1911 apenas foi concretizável após a tomada da pasta da Guerra por Salazar. Supostamente com o estatuto dúbio de ministro interino, Salazar consagrou-se em 1936 como o verdadeiro detentor do poder junto do Exército, sendo o estatuto de interino meramente nominal. Na prática, o Presidente do Conselho manteve-se como ministro da Guerra até 1944, marcando uma subordinação efectiva das Forças Armadas aos seus desideratos políticos. Em inícios de 1936, os planos de reforma, rearmamento e modernização do Exército estavam no centro das preocupações políticas do chefe do governo.⁷⁵ As diferentes matizes geopolíticas fizeram-no hesitar na definição estratégica da grande reforma projectada, oscilando entre duas perspectivas em Fevereiro de 1936, prevenir a nação contra o tradicional inimigo espanhol, reforçando a fronteira terrestre, nunca assegurada pela aliança britânica, ou apostar decisivamente na protecção das colónias.⁷⁶ Decorrente destes pressupostos, restavam duas concepções distintas aplicáveis à nova política militar: apostar na defesa das colónias através da renovação e expansão da armada e formação de um exército colonial capaz de garantir a soberania imperial sobre as colónias ou assentar a política de defesa na aliança britânica. A segunda alternativa levaria à constituição de um vasto exército metropolitano – de recrutamento mais alargado – com o fito de dissuadir um eventual expansionismo espanhol, delegando a defesa do império no poderio naval do aliado britânico.

A nova política de defesa nacional apresentada nesta conjuntura coaduna - se com a vertente económico-financeira em que estava alicerçado o regime, e com as posições de Portugal enquanto aliado e parceiro menor na geopolítica europeia da segunda metade dos anos 30.⁷⁷ Concomitante a uma eternamente adiada modernização das forças

⁷⁵ “Uma nova política militar e a execução do programa de armamento em curso são problemas intensamente debatidos num conselho de ministros, realizado no mês de Fevereiro de 1936.” Carrilho, Maria, *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX*, p. 309;

⁷⁶ “...expõe duas hipóteses, embora com diferentes cenários: na primeira, aparece a Espanha, como inimigo externo, ou então o envolvimento numa guerra decorrente da aliança com a Inglaterra; na segunda hipótese, verifica-se uma guerra nas colónias.” Carrilho, Maria, *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX*, p. 309;

⁷⁷ “...Salazar apresenta óbvia solução intermédia (...) e expõe as linhas mestras da política de defesa nacional: uma economia estável e disponibilidade financeira, aliás em consonância com as já referidas opções internacionais de “nação em guerra”...” Carrilho, Maria, *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX*, p. 309;

terrestres do exército metropolitano, de modo a fortalecer a defesa da fronteira terrestre com Espanha. Que serviu de “moeda de troca” ao regresso dos militares aos quartéis.⁷⁸ Sendo uma questão que reuniu consenso entre os oficiais.⁷⁹ A promessa de concretizar a modernização das Forças Armadas tinha como propósito apaziguar as tensões existentes com este meio.

A partir de Maio de 1936, ao finalmente assumir a pasta da Guerra, Salazar ficou com o caminho livre para aplicar as suas reformas militares, apoiando-se no seu elo de ligação com a instituição militar, o capitão Santos Costa, que foi elevado ao estatuto de Subsecretário de Estado do Exército, sendo a par de Salazar o grande responsável e teórico da elaboração da legislação reformista de 1 de Setembro de 1937.

Santos Costa, membro do corpo do estado-maior, para além de servir de ligação com o exército, foi essencialmente o responsável por um novo equilíbrio nas relações entre o poder político e as Forças Armadas. A política gizada centrou-se largamente no vector terrestre, na apologia do reforço do exército metropolitano em vez da armada. A aliança com o império britânico preservava o império nacional da voracidade das grandes potências europeias, sem nunca garantir a defesa da metrópole face a Espanha. A política de defesa nacional foi sensível à posição britânica. Por conseguinte, a reforma e modernização do exército fizeram-se a pensar na ameaça espanhola, que teve um aspecto múltiplo: temia - se a vitória dos “vermelhos”, isto é das diversas forças fragmentadas que representavam o lado republicano da contenda, tal como a putativa acção de membros dispersos da oposição ligada ao revirvalho, a partir de Espanha. Na realidade, a oposição republicana e revirvalhista – por altura da Guerra Civil de Espanha – já tinha sido quase totalmente esmagada e anulada. Temia - se também o contágio que a guerra em

⁷⁸ “Para conseguir dividir, atrair, em suma, neutralizar a desconfiança de uma hierarquia militar, à sua direita ou à sua esquerda, pouco inclinada a largar o controlo do aparelho do Estado, é óbvio que Salazar também teve de oferecer alguma coisa. Essa barganha consistiu essencialmente no seguinte: às Forças Armadas, além de se lhes reconhecer, uma vez regressadas às suas funções tradicionais sob a autoridade do novo poder constitucional, o papel de supremo garante e penhor da “revolução nacional”, seriam dados os meios financeiros, técnicos e materiais indispensáveis à sua modernização e plena capacitação para o cumprimento das suas missões.” Rosas, Fernando, *O Estado Novo*, vol. 7 da História de Portugal, Dir. José Mattoso, p. 170;

⁷⁹ “...a grande questão que vinha a contrair apoios entre os principais oficiais era a esperança da modernização do Exército...” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, p. 64;

Espanha pudesse trazer, mormente a partir de acções armadas na fronteira portuguesa. Por último, receava-se uma invasão espanhola. Com o desenrolar da guerra civil, o apelo falangista de uma expansão para ocidente, para corrigir o “erro histórico” de 1640, naturalmente começou a ser atendido por alguns sectores do regime.

Antes das reformas de 1937 existiram outras propostas de modernização do exército, uma das quais particularmente ambiciosa e dificilmente exequível. Planeou-se entre 1935/1936 a concretização dum plano de reformas que não se coadunava com as possibilidades reais da nação: previa a criação duma divisão de fronteira suficientemente modernizada e equipada para a poder defender; de cinco divisões para a defesa da Lisboa, que a pudessem aguentar até à chegada de possível ajuda externa, e por último a constituição duma força que apenas poderia existir no âmbito da imaginação, constituída por dez divisões para conter uma invasão espanhola.

Em 1934, na sua comunicação ao primeiro congresso da União Nacional, Santos Costa considerou a entrada de Portugal em beligerância inevitável. Tendo como contendor o tradicional inimigo espanhol, apresentado como muito forte, Santos Costa colocou a hipótese de a formação de um exército nacional de 700 000 homens e preconizou um consenso relativo à política de defesa nacional, ineficiente perante as ameaças exógenas que por si se abatiam.⁸⁰ Em Outubro de 1935, propôs ao chefe do governo um exército constituído por 100 000 homens. Proposta muito mais congruente com a realidade e alicerçada em alianças geo - políticas conjunturais e momentâneas.⁸¹ E contrária à visão do ministro Passos e Sousa, que propugnava a existência de um forte exército terrestre, para garantir a protecção da fronteira, propondo a formação de cinco divisões permanentes, em tempo de paz. Por motivações políticas e financeiras, tal

⁸⁰ “Santos Costa traça uma radiografia sobre o sector e junta-lhe apreensões pela situação internacional, pelo que esta promete de guerra geral ou a possibilidade das “contingências de um conflito nos colocarem em campo oposto” ao da vizinha Espanha, levando o jovem oficial a perspectivar uma ameaça directa incontornável para a qual a defesa nacional não estava devidamente preparada (...) na linha das conclusões que os estudos de Estado Maior vinham preconizando.” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, pp. 56 – 57;

⁸¹ “...defende a criação de uma convenção tripartida entre Portugal, Espanha, e Inglaterra, permitindo assim que se conceba um “Exército de proporções modestas” (...) se se considerar que a Espanha não é o inimigo, deve – se recusar a linha geral do plano do ministro, dado que se pode evitar o “pesado fardo” de um serviço militar obrigatório de 500 000 homens.” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, p. 80;

proposta nunca foi levada a sério pelo chefe do governo,⁸² podendo considerar-se que existiu uma profunda divergência estratégica entre ambos neste período, sendo a posição do ministro representativa de uma noção prevalecente: a de construir a defesa nacional *contra* a Espanha.

As reformas da dupla Salazar/Santos Costa produziram alterações importantes na estruturação e pensamento estratégico do exército. As mudanças sentiram-se ao nível do meio de recrutamento e de serviço militar, da sua organização interna e obviamente em termos do conteúdo político das reformas, que subalternizaram as Forças Armadas. O conceito que subjaz à reorganização de 1937 é o princípio da nação armada e não o conceito mais moderno de nação em guerra, fundado pela experiência da I Guerra Mundial. A socióloga militar Maria Carrilho defende que o conceito de nação em guerra esteve na base das reformas de 1937. No entanto, discordo de tal posição e penso – na esteira do historiador Medeiros Ferreira – que o conceito clássico de nação armada é mais adequado para explicar a reorganização em questão, planeando-se através deste conceito, uma mobilização absoluta da população idónea, no caso da integridade nacional ser posta em causa.⁸³ O recrutamento militar obrigatório tentou produzir um exército de massas⁸⁴, passando o serviço militar a ser de seis anos, contra os anteriores quatro. Em termos orgânicos a principal mudança foi mesmo a refundação do CEM, concebido para ter voz nas concepções estratégicas e de comando operacional.

⁸² “...o alegado esforço financeiro considerado astronómico é também um factor decisivo, sem excluir a importância do controlo político directo que Salazar deseja manter sobre tão delicado sector do seu regime.” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, p. 81;

⁸³ “No momento do perigo é toda a Nação em armas que corre às fronteiras. Como consequência deste princípio, instrução militar em todas as idades e em todas as circunstâncias: preparação física e moral da juventude, instrução pré-militar, instrução técnica das fileiras durante a obrigação normal do serviço, instrução post-militar dos licenciados e reservistas para que a sua eficiente actuação na luta esteja assegurada.” *Reformas militares de 1937*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1938, p. 7;

⁸⁴ “O sistema de recrutamento baseia-se no princípio do serviço geral e obrigatório para todos, a fim de que nenhum cidadão deixe de receber a instrução militar necessária para poder desempenhar no acto da mobilização a função que lhe for determinada, de harmonia com a sua capacidade física e as suas aptidões profissionais.” *Reformas militares de 1937*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1938, p. 7;

1.5 Uma afirmação lenta e atribulada

A afirmação do poder político de Salazar face à instituição militar constituiu um processo complexo e atribulado. Procurarei contextualizar e descrever os episódios mais importantes deste contenda. Em Janeiro de 1934 houve um movimento grevista que colocou pressão sobre o governo, levando inclusive Salazar a refugiar-se no governo civil, e mais tarde no regimento de caçadores 5. Os insurrectos e grevistas, de extracção essencialmente popular, são esmagados pelas forças do governo, prefigurando mais um capítulo na história do acentuar da repressão fascizante sobre as massas. Dentro das Forças Armadas, o regime sancionou diversos oficiais associados aos acontecimentos em questão, causando ressentimentos. A 15 de Abril de 1934 ocorre um novo incidente durante a comemoração da proclamação de Carmona como Presidente da República, no regimento de caçadores 5.⁸⁵ Os discursos dos oficiais presentes acentuaram a ligação entre Carmona e as Forças Armadas e não a sua relação com Salazar,⁸⁶ acentuando a ideia de existir um grupo de oficiais que não se reconheciam nem coadunavam com as correntes salazaristas.⁸⁷ Poderá admitir-se que durante este período a instituição castrense nutrisse uma maior deferência e primazia pelo Presidente da República.⁸⁸

⁸⁵ “Numa cerimónia em Caçadores 5, a 15 de Abril, chefes militares e o ministro da Guerra desafiam abertamente a chefia de Salazar e instam de forma velada Carmona para que aja contra este.” Rosas, Fernando, *O Estado Novo*, vol. 7 da História de Portugal, Dir. José Mattoso, p. 158;

⁸⁶ “Dias depois, a oficialidade de Lisboa, debaixo da batuta do seu governador militar, general Daniel de Sousa, organiza uma festa de homenagem ao Presidente da República, em Caçadores 5. Alberto de Oliveira secunda as manifestações do major Luna de Oliveira, que (...) refere: “não há, nem o Exército o admite outro chefe a não ser Carmona.” E o ministro da Guerra reforça esta acção pouco “simpática” para Salazar demonstrando o desprimor pelo seu chefe de Governo ao dirigir – se ao Presidente da República nestes termos: “Se sou ministro da Guerra, sou – o pela mão de V. Ex^a...” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, pp. 53 – 54;

⁸⁷ “As “manobras junto de Carmona” que consistiam na recolha de um abaixo assinado de inspiração militar para a sua recandidatura traduziam sem equívocos a existência de uma “clique” em nada alinhada com as posições salazaristas...” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, p. 60;

⁸⁸ “A instituição militar mostra uma certa preferência por Carmona nesse período entre 1933 e 1937, mas a tendência geral da acumulação do poder político irá concentrar-se em Salazar.” Ferreira, Medeiros, *O comportamento político dos militares* p. 178;

No dia seguinte, o Presidente do Conselho ameaça demitir – se, acção que leva a cabo, impondo condições para voltar a liderar o executivo. Carmona, pressionado, proclama publicamente a sua fidelidade e confiança em Salazar.⁸⁹ Os ressentimentos acumulados pelos oficiais contra este voltam a manifestar-se. No entanto, o presidente do conselho aproveita para demonstrar uma posição de força.⁹⁰ No I Congresso da União Nacional, os salazaristas tentaram aproveitar o evento para consagrar e afirmar a sua força.⁹¹

Outro factor de instabilidade política foi a actividade exercida pelos nacionais-sindicalistas, chefiados por Rolão Preto,⁹² havendo lugar a contactos entre oficiais próximos do nacional-sindicalismo (como no caso do brigadeiro João de Almeida) e republicanos da direita conservadora, como os generais Vicente de Freitas, Farinha Beirão e Schiappa de Azevedo. No processo de consolidação e afirmação interna do Estado Novo, os nacionais-sindicalistas e os republicanos conservadores foram os primeiros inimigos que Salazar tratou de anular, tanto dentro das Forças Armadas como fora delas, dado que eram tendências políticas contrárias às estabelecidas pelo novo regime. Trata-se de um processo lento e complexo, ao qual é difícil estabelecer uma cronologia estável e precisa. No entanto, aquando da criação da Legião Portuguesa, podemos afirmar que estas tendências tinha sido completamente descredibilizadas e “destruídas.” “Na verdade, a nível da luta política no interior da ditadura, o ano de 1936

⁸⁹ “Em Abril de 1934, perante o agudizar das tensões, o Governo apresenta a sua demissão colectiva e Salazar só aceita continuar na presidência do conselho se o Presidente da República lhe manifestar a sua confiança em nota oficiosa, o que sucede pouco depois.” Rodrigues, Luís Nuno, *A Legião Portuguesa*, pp. 60 – 61;

⁹⁰ “Mas Salazar sente-se agora seguro. O Governo responde de imediato: a 16 de Abril apresenta a sua demissão colectiva, e Salazar só aceita continuar à cabeça do ministério depois de, em nota oficiosa, o presidente lhe reafirmar a sua confiança. Seguem-se desmentidos na imprensa por parte dos principais generais supostamente envolvidos em manobras conspiratórias. O chefe do Governo não perde também na exploração do sucesso: nos dias seguintes os oficiais de Caçadores 5 homenageiam Salazar (e saúdam Carmona por o ter nomeado para o cargo); a 27 de Abril organiza-se uma manifestação em Lisboa para assinalar o sexto aniversário da sua entrada para o Governo; e, no dia seguinte, parte uma “jornada de apoteose” no Porto. “Rosas, Fernando, *O Estado Novo*, vol. 7 da História de Portugal, Dir. José Mattoso, p. 158;

⁹¹ Rosas, Fernando, *O Estado Novo*, vol. 7 da História de Portugal, Dir. José Mattoso, p. 158;

⁹² Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, p. 52;

representa um momento decisivo no sentido da subordinação do sector dos militares liberais-conservadores ao salazarismo, processo a que a criação da Legião Portuguesa não é alheia. Este é o ano em que Salazar chama a si a pasta da guerra (...) A assunção da pasta da Guerra por Salazar foi um facto fundamental na sua estratégia de subordinação do Exército ao Estado Novo.”⁹³ E o início da sua neutralização política remota a 1934. “Nos anos imediatamente anteriores travara-se uma verdadeira luta entre os sectores militares e o Governo, que foi progressivamente vencida por Salazar. O ano de 1934 é particularmente significativo neste contexto. Desde o seu início que os rumores de um eventual golpe militar, que agruparia oficiais liberais e outros próximos do nacional-sindicalismo.”⁹⁴ As sensibilidades de extrema-direita eram heterogéneas e de modo algum se limitaram a ter expressão no grupo de Rolão Preto. Apesar deste ter funcionado como “pólo aglutinador”, a tendência existia também no meio militar.⁹⁵

Em Outubro de 1934, após rumores que apontavam para uma possível sublevação entre os militares, Salazar consegue “expulsar” do governo o ministro da guerra, general Alberto de Oliveira.⁹⁶ Toma o seu lugar o general Passos e Sousa, oficial próximo do Presidente da República, no que significou, sem dúvida, mais uma vitória do Presidente do Conselho.⁹⁷ Ministro com preocupações reformistas, Passos e Sousa tomou como

⁹³ Rodrigues, Luís Nuno, *A Legião Portuguesa*, p. 60;

⁹⁴ Rodrigues, Luís Nuno, *A Legião Portuguesa*, pp. 60 – 61;

⁹⁵ “No extremo oposto encontramos os sectores política e socialmente mais à direita. (...) Muitos dos jovens tenentes que haviam protagonizado esse mesmo movimento encontravam – se ligados a este sector verdadeiramente “fascizante”, onde se encontravam em companhia de homens oriundos do Integralismo Lusitano, antigos apoiantes de Sidónio Pais e membros de uma multitude de pequenos grupos, ligas ou movimentos, como o Nacionalismo Lusitano, a Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira e a Liga 28 de Maio. O Movimento Nacional Sindicalista acabou por agrupar em 1932, a maioria destes elementos.” Rodrigues, Luís Nuno, *A Legião Portuguesa*, p.31;

⁹⁶ “...a situação interna de Alberto de Oliveira, ministro da Guerra, tornara – se insustentável face às pressões internas, sobretudo depois da acção que havia desenvolvido na campanha de Carmona suportada por alguns dos tradicionais adversários de Salazar. Deixando cair o ministro, Salazar, na pequena remodelação que introduz em Outubro, aproveitando o quadro de tensão existente, não assume ele próprio a pasta nem nomeia qualquer oficial ou civil da sua estrita confiança (...) o consenso só é possível perante Carmona com nítidas cedências do presidente do Conselho nesta crise.” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, p. 61 – 62;

⁹⁷ “Mas a sua presença no Governo é mais uma rendição do que a defesa de uma posição. Passos e Sousa, tal como Morais Sarmiento, Farinha Beirão e outros oficiais republicanos mantidos em altos cargos militares, irão, quase todos, aceitar o compromisso com o regime e a sua tutela política. O próprio Passos e

prioridades o rearmamento do exército e a reformulação do Estado-Maior ou a criação de uma sub-secretaria de estado da guerra, assuntos para os quais se preparou teoricamente.⁹⁸ Acabará – como o seu antecessor – por se incompatibilizar com o Presidente do Conselho, facto para o qual contribuiu a sua atitude subversiva e conspiratória.⁹⁹ As críticas de Passos e Sousa às políticas – ou à ausência delas – de Salazar tornaram-se públicas¹⁰⁰ e suscitaram uma resposta cáustica.¹⁰¹

Abílio de Passos e Sousa não teve na figura do chefe do regime o seu único inimigo político. O major-general do exército Morais Sarmiento foi um deles. Opôs-se claramente à acção política do ministro e em Janeiro de 1936 apresentou um relatório devastador em relação ao estado em que se encontrava o exército, tecendo duras críticas ao ministro que o tutelava. Nas reuniões ministeriais dedicadas à questão militar, a 24 de Fevereiro de 1936, Passos e Sousa recusou frontalmente as acusações do seu major-general do exército, inclusive as de alegado centralismo político. Nesta ocasião, a

Sousa integrará, em 1932, a primeira comissão central da União Nacional.” Rosas, Fernando, *O Estado Novo*, vol. 7 da História de Portugal, Dir. José Mattoso, p. 159;

⁹⁸ “...Passos e Sousa que desencadeia uma intensa actividade de estudo na qual se inicia a elaboração de um plano mínimo para aquisição de armamento...” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, pp. 72-73;

⁹⁹ “A situação não passa despercebida a importantes sectores da elite militar, como Domingos de Oliveira, governador militar de Lisboa, que após diversas *démarches* e informações recebidas sobre o comportamento político de Passos e Sousa resolve informar Carmona por carta e chama a atenção do Chefe do Estado para um conjunto de iniciativas “conspirativas” do ministro da Guerra. Os receios do governador militar haviam ganho consistência depois de se defrontar com uma campanha panfletária para fazer fracassar um anunciado “porto de honra” entre Salazar e a guarnição de Lisboa. (...) Estas movimentações demonstrativas da instabilidade no meio militar não se restringiam apenas a Lisboa, dado que do Porto algumas sensibilidades militares vinham acusando junto de Domingos de Oliveira o ministro Passos e Sousa de ser mesmo “um chefe dum movimento para derrubar o actual governo”” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, p. 73;

¹⁰⁰ “São subtis as criticas e dominam toda a sua argumentação, realizando mesmo considerações sobre o regime, referindo que Salazar ainda não cumprira o que prometera na Sala do Risco em 1930, ao afirmar que “os problemas vitais têm sido metodicamente tratados nos ramos financeiro, económico, social e político” mas falta, todavia, o problema militar.” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, p. 75;

¹⁰¹ “No momento de encerrar o encontro perante os oficiais de Lisboa Salazar elabora uma longa intervenção (...) mas não entra na questão militar (...) limitando-se a demonstrar que não ignora a delicada situação interna que abraça o meio castrense, sobretudo ao ironizar:”...os factos apresentados e o seu ligeiro comentário foram trazidos para aqui com o intento de demonstrar como é natural haver entre nós (...) certo estado de descontentamento ou insatisfação.” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, p. 76;

relevante questão do rearmamento do exército foi de novo protelada. A 9 de Abril, realizou-se outro conselho de ministros, onde Passos e Sousa pediu a compra urgente do material de guerra necessário ao rearmamento. E requereu novamente a convocação do Conselho Superior de Defesa Nacional, órgão que na sua perspectiva deveria ditar a política de defesa nacional,¹⁰² organismo definitivamente desvalorizado pelo Presidente do Conselho, em prol do peso político do seu Conselho de Ministros. No entanto, acabou por anuir a convocar o Conselho Superior de Defesa Nacional, que se reuniu a 21 de Abril de 1936, onde não saíram novas conclusões ou deliberações políticas. A 23 de Abril, Morais Sarmiento decidiu demitir-se do seu cargo. Quiçá a reunião de 9 de Abril terá sido o fim da carreira política deste ministro, como afirma o historiador Telmo Faria.¹⁰³ A política aqui apresentada é categoricamente oposta à preconizada por Passos e Sousa, que se refugiou em acusações de “incompetência” perante o Conselho de Ministros presidido por Salazar.

As divergências entre ambos deviam-se em parte a distintas concepções sobre a forma que o reformado exército deveria ter.¹⁰⁴ Passos e Sousa era um veemente “adepto” da constituição de um grande exército de massas, visão muito distante da preconizada pelo chefe de governo.¹⁰⁵ Outra questão que os separava durante o ano de 1935 prendia-se com as ameaças à soberania nacional. O chefe do governo não sentia que ela estivesse

¹⁰² “De acordo com o ministro (...) a política militar devia ser definida no CSDN (...) chamando à presença do governo as chefias militares (...) Passos e Sousa (já o reclamava desde Dezembro), reforçaria os seus pedidos para se convocar uma reunião deste organismo, acto que repetiria num Conselho de Ministros de 9 de Abril.” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, p. 108;

¹⁰³ Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, p. 77;

¹⁰⁴ “...entramos numa outra fase onde as divergências ganham agora uma natureza doutrinária e abre-se, por assim dizer, um longo ciclo de tensão entre o ministro e Salazar assente sobretudo em perspectivas distintas sobre a constituição do futuro Exército cujo mote será dado com a apresentação, em finais de Agosto do “Plano de Rearmamento do Exército Metropolitano”, apresentado por Passos e Sousa.” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, p. 77;

¹⁰⁵ “Em primeiro lugar, as divergências estratégicas (...) se descortinam entre Salazar e Passos e Sousa e que se podem encontrar através de toda a acção “encomendada” por Salazar ao capitão Santos Costa.” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, p. 85;

em causa, enquanto o seu ministro desconfiava do inimigo “habitual”,¹⁰⁶ intuição partilhada por importantes sectores castrenses. Salazar, que confiava nas então sólidas relações mantidas com Espanha, não esperava nesse particular momento uma guerra defensiva. Em Dezembro de 1935, Passos e Sousa demonstrou o seu desagrado perante o rumo que a política militar estava a tomar, numa carta dirigida ao Presidente do Conselho, pedindo insistentemente a sua clarificação.¹⁰⁷ Tratou-se de mais uma tentativa, por parte do ministro, de não ficar arredado do processo reformista que estava iminente. Antes deste avançar, já o ministro tinha sido removido.

Em 1935, Salazar usará as eleições para a presidência da República como uma forma alternativa de legitimar o seu regime. Antecipando-se aos militares que pensavam existir uma fractura entre ambos, o chefe do governo propôs a candidatura de Carmona à presidência da República,¹⁰⁸ como tinha feito anteriormente, no plebiscito à constituição de 1933 e nas eleições para a Assembleia Nacional no final de 1934. Desta forma, pretendia-se “legalizar” o regime, retirando autoridade e legitimidade aos militares.¹⁰⁹

¹⁰⁶ “Esta visão “cor de rosa” do problema contrasta com a de Passos e Sousa e de alguns sectores militares, muito mais alarmistas (...) A Espanha mantém-se na perspectiva do ministro como a ameaça tradicional, visão essa de certo modo também ela dominante entre o Estado Maior do Exército, que acompanhava tanto quanto possível o estudos dos Exércitos espanhóis como um exercício geo-estratégico de capital importância.” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, p. 79;

¹⁰⁷ “...em Dezembro de 1935, Passos e Sousa escreve uma carta muito dura a Salazar aclarando a crispação existente (...) pressionando (...) para a definição da política militar (...) o que nos confirma todo o interesse da parte de Salazar em “reter” num primeiro momento a possibilidade de aprofundar a sua posição militar antes de alargar o seu universo decisório. (...) Passos e Sousa (...) procurasse “picar” o recém-nascido Conselho Superior da Defesa Nacional para apressar a definição da política militar (...) o ministro refere que o presidente do conselho ainda não se pronunciara sobre as verbas a “inscrever” no orçamento 1936 para o rearmamento do Exército.” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, pp. 83 – 84;

¹⁰⁸ “Por ocasião do 5 de Outubro, uma delegação de oficiais encabeçada por Vicente de Freitas é recebidas em audiência por Carmona, que não acede à insistência do chefe do Governo para que esteja presente um membro do ministério na entrevista. Vêm-lhe os generais comunicar que corre um abaixo-assinado propondo a sua recandidatura às eleições presidenciais de 1935: os militares tentavam “apoderar-se”, por antecipação, do único candidato possível do próprio Governo. (...) A 12 desse mês, Salazar tem finalmente uma entrevista crucial com Carmona, onde se salda um novo acordo: Carmona será o candidato do Governo às eleições presidenciais; este aceita convocar eleições para a Assembleia Nacional e apressar assim o regresso, ao menos formal, à “normalidade constitucional”...” Rosas, Fernando, *O Estado Novo*, vol. 7 da História de Portugal, Dir. José Mattoso, pp. 158 – 159;

¹⁰⁹ “Nas diversas sessões públicas em que participam, os oficiais do Exército e da Marinha vêm confirmar o que a realidade política do País já ditara: com as eleições terminou de facto a intervenção da Força Armada

Sem a criação de instrumentos políticos de controlo exteriores às Forças Armadas, o domínio salazarista sobre a instituição militar teria permanecido frágil e precário.¹¹⁰ A criação dos serviços de informação e da respectiva polícia política inserem-se neste pressuposto.¹¹¹ A qualidade e eficácia dos novos serviços de informação foram uma grande vantagem para o líder do Estado Novo: a “conspiração” encabeçada pelo comandante Mendes Norton fracassou porque havia um conhecimento prévio da fracassada intentona de 10 de Setembro de 1935.¹¹² A centralização das funções policiais e de informação na P. V. D. E., constituída em Agosto de 1933, é realizada após a extinção da Direcção – Geral de Segurança Pública a 16 de Maio de 1935.

A crescente vaga de repressão que desabou sobre a sociedade abateu-se também sobre as Forças Armadas. Os seus membros foram impedidos de pertencerem a associações secretas, a par da ilegalização da Maçonaria em 1935, provocando novamente desagrado nos meios militares. Em Setembro do mesmo ano ocorre uma nova tentativa de conspiração entre os militares, anulada pelo governo, que congregou diversas sensibilidades políticas, opostas ao rumo salazarista.¹¹³ Salazar aproveitou para publicar na imprensa uma nota relativa a assuntos militares, em que descreveu o papel político que

na política da Nação.” Rosas, Fernando citado em Ferreira, Medeiros, *O comportamento político dos militares* p. 181;

¹¹⁰ “Seria, no entanto, muito aleatório o domínio de Salazar sobre as Forças Armadas, caso não desenvolvesse aparelhos exteriores a estas para desempenharem funções mais ligadas à *ordem pública interna*.” Ferreira, Medeiros, *O comportamento político dos militares* p. 182;

¹¹¹ “Ainda antes dos acontecimentos relevantes que permitiram a Salazar operar a subordinação das Forças Armadas, o ditador preparou o poder político para se separar dos serviços prestados pela instituição militar.” Ferreira, Medeiros, *O comportamento político dos militares* p. 182;

¹¹² “Um grupo de oficiais – monárquicos e nacionais-sindicalistas – sob o capitão-de-mar e guerra Mendes Norton, chegam a preparar o golpe para 20 de Maio, mas a polícia e as tropas rapidamente entram de prevenção e impedem qualquer êxito dos revoltosos. As prisões e o endurecimento do regime sobre os implicados criará alguma debilitação no movimento não impedindo a sua saída, a 10 de Setembro, que será, no entanto rapidamente dominada pelas forças do regime.” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, p. 77;

¹¹³ “Enquanto isso, desde 10 de Setembro, o País vive em mais um rescaldo de uma abortada intentona. Dominada por nacionais-sindicalistas (...) mas alargada a uma plataforma de oficiais republicanos liberais e conservadores monárquicos constitucionais.” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, p. 77;

as elites militares tiveram depois do 28 de Maio, considerando que deviam retomar as suas funções tradicionais, retomando a sua feição apolítica,¹¹⁴ deslegitimando-as para assumirem funções políticas decorrentes da sua participação no golpe militar de 1926, afirmando, nessa ocasião, que a reforma e resolução da “questão militar” teria de aguardar face à necessidade de resolução e clarificação da situação política.¹¹⁵

As reacções e comportamentos das Forças Armadas durante o período que medeia entre 1935 e Maio de 1936 foram um derradeiro estertor, antes da preponderância governamental se tornar irreversível. A perda do controlo do Ministério da Guerra por parte do Exército tornou-se uma realidade, que se compreende pela acção de Salazar – que propositadamente adiou a resolução da questão militar para a conjuntura certa, ignorando sistematicamente as pressões de Passos e Sousa para convocar o Conselho Superior de Defesa Nacional.¹¹⁶ Em Janeiro de 1936, é feita uma remodelação no governo, que ainda mantém o mesmo ministro da Guerra, embora continue por apenas mais cinco meses no cargo. O chefe do governo atendeu às pretensões e pressões do meio militar, afastando dois dos ministros mais criticados por este, Sebastião Ramires e Duarte Pacheco. Ainda não era o momento certo de tomar a pasta da Guerra.¹¹⁷ A 9 de Maio de

¹¹⁴ “O *Diário de Lisboa* comenta que “um Exército que se preze – da Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Rússia e Estados Unidos – não consagram à política maior atenção que a suficiente, enquanto o chefe do governo se indigna publicamente com esta notória intervenção directa na política e é peremptório no apelo aos militares ao expressar que nunca quis ter nenhuma milícia ou força armada “sua”. O Exército pode impor se quiser outra direcção, dramatiza Salazar, sabendo perfeitamente que a força armada está cada vez mais dependente da situação política que se encontra consolidada.” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, p. 78;

¹¹⁵ “A note oficiosa que publica a 24 de Outubro é clara: os problemas absorventes de ordem política existentes pedem, nas palavras de Salazar que se adie a resolução do problema militar. (...) Se não tarefa demasiada nas presentes circunstâncias e não estarem ainda resolvidas muitas questões de pormenor para facilitar o caminho às grandes soluções, poderia agora discutir-se a conveniência da constituição da pasta da Defesa Nacional.” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, p. 63;

¹¹⁶ “Daí que Salazar não convocasse para já o CSDN como Passos e Sousa insistentemente pressionava. O presidente do Conselho só levará a questão militar ao seio do seu governo, apenas em Fevereiro de 1936, depois de se inteirar e de chamar o assunto directamente a si.” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, p. 82;

¹¹⁷ “A remodelação de Janeiro não é ainda propícia à acumulação da pasta da Guerra por Salazar que perante grande pressão de círculos militares procura pacificar algum descontentamento pelos atrasos e indefinições do Governo.” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, p. 94;

1936, Passos e Sousa apresentou a sua demissão, deixando caminho livre à acumulação da pasta da Guerra pelo chefe do governo. A eclosão da guerra no país vizinho permitiu a Salazar concentrar em si o poder – característica transversal às diversas versões do fascismo – acumulando as pastas dos Negócios Estrangeiros, das Finanças, da Guerra e da Presidência do Conselho. A pasta dos Negócios Estrangeiros foi chamada a si em Setembro de 1936.

A consolidação política não poderia ser feita sem a colaboração de Santos Costa, que com o seu plano de rearmamento do exército, que começou a ser aplicado a partir de 1935/1936, procurou acudir a uma das suas principais pretensões, afastando os militares da vida política ao centrar as suas preocupações em aspectos técnicos como o rearmamento do exército.

Em Maio de 1936, as relações de força mudam drasticamente a favor do poder político, com a tomada de posse da pasta da Guerra por Salazar, o que lhe permitiu no ano seguinte proceder à reestruturação do exército.¹¹⁸ Chegada a nova posição de poder, Salazar definiu as suas principais linhas estratégicas, assentes numa economia e finanças estáveis, para permitir preparar e equipar um exército para uma possível guerra aberta; reestruturar e modernizar o exército metropolitano para defender a porosa fronteira terrestre; manter um exército colonial, e principalmente manter a aliança britânica como o pêndulo da orientação geopolítica da política de defesa nacional. Objectivos que não seriam uma realidade sem a colaboração do capitão Santos Costa, verdadeiro braço direito do presidente do conselho junto dos militares.

Um novo exército

¹¹⁸ “O que é certo é que Salazar não deixa de realizar o que expressa nesta nota oficiosa, na medida em que o adiamento do “problema militar” será uma realidade. A sua resolução está intimamente ligada ao controlo político da pasta, o que só será possível em Maio de 1936...” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, pp. 63-64;

Na tomada de posse da pasta da Guerra, a 11 de Maio de 1936, o presidente do conselho foi contundente na afirmação dos princípios de uma renovada política para um novo exército. Afirmou a necessidade de constituir um exército capaz de responder às necessidades de defesa nacional num curto espaço de tempo, tarefa para a qual a sua condição de civil poderia ser uma mais valia,¹¹⁹ num lugar habitualmente ocupado por oficiais. Pouco depois, iniciou o tão necessário processo de rearmamento do exército, preliminar à grande reforma que se avizinhava.¹²⁰

¹¹⁹ “Temos de ter em prazo relativamente curto o Exército que nos é necessário para a defesa dos grandes interesses da Nação. Para esse objectivo é que me disponho a sacrificar mais um bocado da minha vida, pondo ao serviço desta causa a maior liberdade de movimentos e de acção que me podem dar a minha qualidade de civil, a Presidência do Conselho e o Ministério das Finanças.” Salazar, discurso de tomada de posse como ministro da Guerra, citado em Ferreira, Medeiros, *O comportamento politico dos militares* p. 188;

¹²⁰ “Há muito tempo já vem o Governo afirmando insistentemente ao país a necessidade de fazer acompanhar o rearmamento da reforma geral do exército, isto é, da sua reorganização.” *Reformas militares de 1937*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1938, p. 3;

Capítulo 2: A refundação do CEM e as reformas de 1937

2.1 As Reformas de 1937

As reformas militares de 1937 foram precedidas de um amplo debate sobre o modo como deveriam ser realizadas. Até se chegar a uma forma de consenso mais ou menos alargado foi preciso ultrapassar inúmeras dificuldades, de questões técnicas ou doutrinárias até ao fundamento “ideológico” que deveria presidir às reformas. Algumas preocupações presidiram às reformas, nomeadamente a criação dum corpo de oficiais profissionais, enquadrados por um ensino específico, orientado para as necessidades técnicas do Exército.

Em 1926 tinha sido feita uma primeira reestruturação das Forças Armadas. No entanto, o seu alcance foi muito mais limitado. As reformas de 1937 traçaram a estrutura que as Forças Armadas mantiveram, essencialmente sem alterações de fundo, até às reformas militares de 1958. A reforma de 1926 pode ser considerada um primeiro distanciamento em relação às políticas militares da I República, consideradas desadequadas face às necessidades do Exército,¹²¹ permanecendo largamente a base organizativa militar até 1937.

A sua concretização ficou para a historia através da legislação de 1 de Setembro de 1937, as Leis 1:960 e 1:961, de organização do exército e de recrutamento e serviço militar, respectivamente. A lei de reorganização do exército foi o corolário pragmático de discussões teóricas entre a elite militar – entre si – e desta com a elite política. A lei de recrutamento teve três objectivo principais: instruir o maior número de militares possível,

¹²¹ “Em Julho do mesmo ano (1926) é publicada volumosa legislação sobre a reorganização geral do Exército. A organização militar de 1911 é considerada inadequada às necessidades de um Exército “tal como se entende ele deve ser constituído e preparado.” Carrilho, Maria, *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX*, p. 306;

mobilizando-os o mais rapidamente possível, consoante as necessidades de defesa nacional, e assegurar a efectiva cobertura do território e dos seus recursos nacionais.¹²² Tratou-se de uma questão pragmática e não necessariamente ideológica, que finalmente correspondeu, em parte, aos desejos dos militares. Como pressuposto basilar da nova organização do exército estaria obviamente – como em todos os exércitos modernos – o de defesa da integridade territorial da nação e do Estado,¹²³ assente na soberania da nação, sendo a questão da independência nacional face ao estrangeiro, e essencialmente face à tradicional “ameaça espanhola”, um *leitmotiv* do regime e estará na base do seu apoio aos nacionalistas de Franco.

Desejadas tanto pela elite castrense como pelo regime¹²⁴, na base da formulação das reformas esteve a necessidade de formar um exército de massas, rapidamente mobilizável.¹²⁵ Salazar manobrou os acontecimentos, de modo a que as reformas correspondessem aos seus objectivos políticos, atrasando – as propositadamente. Por conseguinte, o *timing* das reformas foi imposto pelo Presidente do Conselho, alterando a estrutura das Forças Armadas por dentro¹²⁶, reduzindo substancialmente o número de oficiais. Desde 1926 que o poder esteve assente no Exército, situação que foi sendo alterada diacronicamente com a institucionalização progressiva do Estado Novo,

¹²² “A organização militar de um país deve visar essencialmente aos seguintes fins: instruir no exercício das armas a massa válida da nação; garantir a fácil constituição do exército de campanha por uma mobilização rápida e metódica, e assegurar, em caso de perigo iminente, a cobertura do território e a protecção da mobilização de todos os recursos nacionais. Assim a lei de recrutamento, elemento fundamental da organização militar, deve permitir ao exército de tempo de paz o desempenho dessas três missões: instruir, mobilizar e cobrir.” *Reformas militares de 1937*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1938, p. 8;

¹²³ “A organização militar do País tem por fim essencial a manutenção da integridade do território e a defesa da soberania do Estado.” Artigo 1º da lei nº 1:960 in *Diário do Governo* I Série de 01/09/1937;

¹²⁴ “A reforma do Exército parecia ser um grande objectivo desta era de reformas das forças Armadas (...) Ela não era apenas desejada pelo regime, mas também pelo Exército...” Duarte, António Paulo, *A política de defesa nacional*, p. 61;

¹²⁵ “Em contrapartida a organização militar dele derivada deve prever e garantir uma mobilização quase instantânea de pelo menos uma parte importante das forças militares propriamente ditas e das forças vivas da Nação.” *Reformas militares de 1937*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1938, p. 8;

¹²⁶ “Salazar soube aproveitar o tempo para mexer as peças de modo a controlar o próprio processo de reforma, gerindo a partir de dentro a transformação da estrutura militar.” Duarte, António Paulo, *A política de defesa nacional*, p. 61;

tornando-se uma instituição instável, devido às múltiplas sensibilidades políticas que congregava. Salazar, com o propósito essencial de retirar os militares da vida política, procurou perceber as suas intenções políticas, de forma a se servir delas para concretizar o seu projecto político.¹²⁷ A “normalização” política assentava na neutralização do poder detido pelos militares, livrando-se o Governo da influência castrense na actividade política, ficando a “revolução nacional” consolidada, sem a necessidade da protecção da instituição que esteve na sua génese.¹²⁸

É importante referir que as reformas de 1937 apenas foram possíveis após a tomada da pasta da Guerra por Salazar, no ano transacto, e após o lento afastamento de oficiais com tendências republicanas, mormente dos oficiais associados ao republicanismo conservador.¹²⁹ As reformas – que essencialmente reproduziram a visão da dupla Salazar/Santos Costa – traduziram-se na formação de um exército pequeno e funcional¹³⁰, adaptado às debilidades intrínsecas da nação, sem meios para ceder às pressões de certos sectores das Forças Armadas, que pretendiam a constituição dum exército maior, e mais consentâneo com a sempiterna necessidade de conter o tradicional inimigo espanhol. O sentido geopolítico é um dos vectores fundamentais das reformas¹³¹, produto da conjuntura histórica e do receio que ela pusesse em causa a sobrevivência do

¹²⁷ “Desde o início que Salazar procurou auscultar as sensibilidades militares e, a partir da sua interpretação do que elas pretendiam, tentou conduzi-las em proveito do seu próprio projecto político, que exigia um retorno dos militares aos quartéis...” Duarte, António Paulo, *A política de defesa nacional*, pp. 62-63;

¹²⁸ “O primeiro principio apontado condiciona de maneira decisiva a finalidade da organização militar do País: o exército deve ser um organismo essencialmente defensivo, encarregado de velar pela segurança e pela honra da Pátria, e não um instrumento de conquista.” *Reformas militares de 1937*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1938, p. 5;

¹²⁹ “Uma leitura atenta ao eixo do comando militar em inícios de 1935 aproxima – nos ainda mais da conclusão que os postos cimeiros da estrutura político-militar são largamente preenchidos por militares que fizeram a sua carreira durante o período demo-liberal português, e alguns foram mesmo defensores na Ditadura Militar da família republicana conservadora quando ocuparam pastas governativas. (...) reformar com “esta” hierarquia militar era politicamente errado na perspectiva salazarista o que configura a questão da modernização numa lógica não só militar mas também política: era preciso esperar por oficiais mais novos...” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, p. 64;

¹³⁰ “...Salazar optaria por levar em frente o seu projecto de consecução de um pequeno mas eficiente exército de duas, no máximo três divisões...” Duarte, António Paulo, *A política de defesa nacional*, pp. 97-98;

¹³¹ “No fundo, Salazar enquadra a reforma do Exército entre dois parâmetros, um de carácter geopolítico, outro de cunho financeiro.” Duarte, António Paulo, *A política de defesa nacional*, pp. 97-98;

regime. A par da independência nacional, que nunca seria possível sem as alianças militares e políticas que o regime nunca pôs verdadeiramente em causa¹³², a vertente financeira deve ser entendida à luz da ortodoxia financeira salazarista, à qual um sector fundamental como o das Forças Armadas não poderia ficar imune.¹³³ Parte da redução dos oficiais é explicável por tais pressupostos, sendo os restantes produto das suas filiações ou sensibilidades políticas.

O pendor geopolítico das reformas deve ser entendido como, em parte, assente na tradicional aliança com a então potência britânica,¹³⁴ que assegurava a defesa do “imenso” império português, razão mais do que suficiente para que a Armada apenas tivesse recebido alterações superficiais e não uma reforma ou aumento de capacidade substanciais. Claramente centrada no Exército, a reforma é inteligível apenas à luz da necessidade que Salazar teve de sobre ele estabelecer um controlo firme¹³⁵. Seria consubstanciada na legislação de 1 de Setembro de 1937.

Dada a vertente colonialista e imperialista do nacionalismo “unitário” do Estado Novo, o Exército foi dividido entre exército metropolitano e exército colonial.¹³⁶ O exército metropolitano apenas podia ser constituído por membros da “comunidade nacional”, isto é, somente por portugueses, naturais ou naturalizados. Tinha como função

¹³² “Dois princípios constitucionais devem ser em primeiro lugar lembrados. Consiste o primeiro em Portugal dever cooperar com outros Estados na preparação e adopção de soluções que interessem à paz entre os povos e preconizar a arbitragem como meio de dirimir os litígios internacionais.” *Reformas militares de 1937*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1938, pp. 4-5;

¹³³ “Procura-se assim para a Nação uma armadura cuja organização não seja muito onerosa e seja suficientemente maleável e flexível: tão maleável que o pequeno mas eficiente exército português de tempo de paz seja capaz de muito rapidamente absorver todos os cidadãos válidos e de se transformar em forte organismo de guerra, tão flexível que seja capaz de se adaptar às diferentes circunstâncias de defesa metropolitana e colonial.” *Reformas militares de 1937*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1938, p. 12;

¹³⁴ Do ponto de vista geopolítico, a reorganização militar tem por base a aliança com a Grã – Bretanha e a função das Forças Armadas de Portugal no contexto dessa mesma aliança.” Duarte, António Paulo, *A política de defesa nacional*, pp. 100 – 101;

¹³⁵ “Na realidade, o poder do Exército saía cerceado com a nova reforma e demonstrava o grau de liberdade de acção que Salazar adquirira sobre o Exército desde que assumira a pasta das Finanças em 1928.” Duarte, António Paulo, *A política de defesa nacional*, pp. 114-115;

¹³⁶ “Os exércitos metropolitano e colonial são solidários na manutenção da integridade e na defesa da Nação e podem ser empregados pelo Governo, dentro ou fora do território, conforme as conveniências nacionais o exigirem.” Artigo 2º da lei nº 1:960 in *Diário do Governo* I Série de 01/09/1937;

a defesa da integridade do território nacional. Já o exército colonial, além de portugueses, podia incluir indígenas desde de que devidamente assimilados à cultura do colonizador. Tinha como objectivo defender a integridade territorial do império colonial português.

Para além das suas funções mais tradicionais, o refundado exército passou a ser concebido como instrumento de repressão do regime.¹³⁷ Numa conjuntura de radicalização geral do Estado Novo, o exército assumir uma colaboração com as polícias era algo de *natural*.

O princípio de unidade do exército foi também consagrado na lei¹³⁸, tendo em consideração as diversas fricções que existiram dentro da elite castrense e na sua relação com a esfera civil, no período de consolidação do Estado Novo. A premissa de subordinação do Exército ao poder político está presente nesta lei, sendo colocado na dependência do governo.¹³⁹ É reafirmada novamente a dependência da Legião Portuguesa em relação ao Ministério da Guerra, ligação indissolúvel, assente num controlo absoluto da milícia pelo Estado, em qualquer circunstância.¹⁴⁰

Na divisão territorial do país prevaleceu também uma posição pragmática: a metrópole foi dividida em cinco regiões militares, sem contar com as ilhas atlânticas.¹⁴¹

¹³⁷ “...bem como por um conjunto de razões suficientemente apelativas, na perspectiva de Salazar, para uma reforma global das forças armadas às quais as questões de ordem pública estão intimamente ligadas.” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, p. 39;

¹³⁸ “Salvo as especialidades impostas pelas circunstancias, a unidade de organização militar, prevista na Constituição, assegurará a intermutabilidade das unidades....” Artigo 5º da lei nº 1:960 in *Diário do Governo* I Série de 01/09/1937;

¹³⁹ “O exército metropolitano está inteiramente subordinado, em tempo de paz ou de guerra, ao Ministro da Guerra.” Artigo 6º da lei nº 1:960 in *Diário do Governo* I Série de 01/09/1937;

¹⁴⁰ “Em tempo de guerra, a Legião Portuguesa ficará submetida às leis militares e dependerá, para efeitos de emprego, do Ministério da Guerra Em tempo de paz, as forças da Legião Portuguesa poderão também ser colocadas na dependência do Ministério da Guerra, para efeito da manutenção da paz e ordem públicas...” Artigo 7º da lei nº 1:960 in *Diário do Governo* I Série de 01/09/1937;

¹⁴¹ “O território da metrópole divide-se em cinco regiões no continente e dois comandos militares nos arquipélagos dos Açores e da Madeira.” Artigo 8º da lei nº 1:960 in *Diário do Governo* I Série de 01/09/1937;

Com um claro propósito descentralizador¹⁴², as regiões militares corresponderam às principais cidades do país, com a excepção de Tomar. As restantes regiões militares eram Lisboa, com governo militar próprio, Porto, Coimbra e Évora. Esta organização territorial visou estabelecer um controlo mais directo sobre as forças militares.¹⁴³ Novamente, a herança do reformismo republicano é refutada, sendo a organização territorial republicana de 1911 considerada inadequada.

A hierarquização intrínseca às forças armadas não foi esquecida nesta legislação, ficando o comando das grandes unidades a cargo, quase exclusivo, de generais. A sua orgânica dividia-se por considerações tático/estratégicas. Como grandes unidades fundamentais considerou-se a divisão, sob o ponto de vista tático, e o próprio exército, sob a perspectiva organizativa e estratégica.

A lógica de delegação do poder e de subordinação dos militares ao governo civil reflecte-se nesta legislação, até mesmo na administração de forças em caso de beligerância.¹⁴⁴ Fica a ideia de que o governo não pretendia garantir nenhuma forma de autonomia ao exército. O conceito de nação armada justifica a mobilização da massa humana que deveria compor o exército, noção de um nacionalismo intrínseco e moderno¹⁴⁵, que de todo não se opõe à herança da revolução francesa.¹⁴⁶ A mobilização

¹⁴² “A divisão militar tem por fim permitir: a) A descentralização da acção do Ministro da Guerra...” Artigo 8º da lei nº 1:960 in *Diário do Governo* I Série de 01/09/1937;

¹⁴³ “O general comandante de cada região militar depende directamente do Ministro da Guerra, perante quem responde pela disciplina, administração e eficiência das forças militares e órgãos territoriais que lhe estejam subordinados.” Artigo 30º da lei nº 1:960 in *Diário do Governo* I Série de 01/09/1937;

¹⁴⁴ “A administração das forças militares em operações é superiormente exercido pelo comandante em chefe, que recebe os respectivos poderes, por delegação, conforme o território onde tiverem lugar as operações, do Ministro da Guerra, do Ministro das Colónias ou do governador colonial, a quem representa relativamente aos escalões subordinados.” Artigo 20º da lei nº 1:960 in *Diário do Governo* I Série de 01/09/1937;

¹⁴⁵ “A mobilização das massas faz-se em torno da guerra, onde forças políticas dissimulam pressões e hegemonomizam a “denominada” cultura nacional, reestruturando os velhos estados-nação e promovendo uma comunidade imaginada.” Correia, Sílvia, *Políticas da Memória da I Guerra Mundial em Portugal*, p. 417;

¹⁴⁶ “A mobilização militar, preparada desde o tempo de paz, será integrada na mobilização nacional prevista pela lei da organização geral da Nação para o tempo de guerra...” Artigo 22º da lei nº 1:960 in *Diário do Governo* I Série de 01/09/1937;

militar dependia directamente do arbítrio do poder político, representado pelo Ministro da Guerra.¹⁴⁷

A ameaça do “perigo espanhol”, recorrente na história peninsular da primeira metade do século XX, está tacitamente presente nos objectivos que presidiram à organização geral do exército metropolitano em tempo de paz. A preocupação em garantir a integridade territorial da metrópole é premente¹⁴⁸. Foram inclusive constituídas unidades de fronteira, preparadas para entrarem em combate¹⁴⁹, sintomático da conjuntura bélica espanhola. A organização das forças militares em tempo de paz dividiu-as entre unidades de linha e unidades de fronteira. O medo de uma vitória das esquerdas apenas desaparecerá por volta de 1938, quando já era garantido que os nacionalistas iriam levar a melhor na contenda ideológica do país vizinho. A ameaça continental, nesta conjuntura, não era despicienda.¹⁵⁰

Reforma feita sem grande pendor ideológico, destaca-se a importância dada à instrução do exército no seu todo e aos oficiais em particular.¹⁵¹

A outra lei estrutural das reformas de 1937 é a lei do recrutamento e serviço militar (lei 1961 de 1 de Setembro de 1937). Nela é consagrado o princípio da nação

¹⁴⁷ “A execução da mobilização militar será estabelecida em ordens de mobilização, assinadas e transmitidas pelo Ministro da Guerra às autoridades civis e militares interessadas.” Artigo 26º da lei nº 1:960 in *Diário do Governo* I Série de 01/09/1937;

¹⁴⁸ “A organização do exército metropolitano em tempo de paz terá por fim: 1º Garantir a vigilância e protecção militar, inicialmente necessárias para assegurar a inviolabilidade do território da metrópole, designadamente nos seus pontos ou zonas vitais...” Artigo 27º da lei nº 1:960 in *Diário do Governo* I Série de 01/09/1937;

¹⁴⁹ Em tempo de paz, a organização das tropas compreende: 1º *Unidades de fronteira*, organizadas segundo o tipo das unidades de campanha, constituídas com efectivos, e armadas, equipadas e instruídas em condições de poderem entrar imediatamente em acção e de assegurarem a guarda e vigilância dos pontos vitais do território nacional e especialmente das fronteiras;” Artigo 34º da lei nº 1:960 in *Diário do Governo* I Série de 01/09/1937;

¹⁵⁰ “Fosse uma agressão de Espanha, fossem incidentes de fronteira decorrentes da guerra, o cenário mais provável seria sempre o de uma ameaça continental.” Teixeira, Nuno Severiano, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha* in *Nova História Militar de Portugal*, vol.4, p. 43;

¹⁵¹ “3º Facultar a instrução geral militar de todos os indivíduos recrutados para o serviço no exército metropolitano, garantir a instrução complementar do pessoal presente nas fileiras e formar os seus quadros permanentes e de complemento de oficiais::” Artigo 27º da lei nº 1:960 in *Diário do Governo* I Série de 01/09/1937;

armada¹⁵², através do serviço militar obrigatório, que todos os membros da nação estavam obrigados a cumprir.¹⁵³ Este princípio consagrava unidade necessária ao seu funcionamento, que dependia duma doutrinação e potencial mobilização de toda a população numa situação de potencial beligerância.¹⁵⁴

Havia uma particular preocupação em atrair os jovens para a vida militar, algo característico de regimes que à sua escala, e tendo em consideração o seu meio cultural, tentaram militarizar a sociedade. Muito provavelmente, os seus líderes concebiam a actividade bélica à luz de uma concepção de nacionalismo simultaneamente construtivo, aglutinador e potencialmente destrutivo.¹⁵⁵ Todos os jovens tinham de contribuir para a defesa nacional.¹⁵⁶ Através de organizações paramilitares como a Mocidade Portuguesa¹⁵⁷, foi desde muito cedo concebida uma educação doutrinária e nacionalista dos jovens menores de idade.¹⁵⁸ O nacionalismo, como construção ideológica, deveria ser

¹⁵² “Consiste o segundo em ser o serviço militar geral e obrigatório e em a organização geral da Nação para o tempo de guerra dever obedecer ao conceito da Nação armada.” *Reformas militares de 1937*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1938, pp. 4 – 5;

¹⁵³ “Artigo 1º Todo o cidadão português, originário ou naturalizado, ilhé de pais europeus, é obrigado ao serviço militar em harmonia com as suas aptidões físicas e intelectuais.” Artigo 1º da lei nº 1:961 in *Diário do Governo* I Série de 01/09/1937;

¹⁵⁴ “Pelo segundo o povo português afirma não pretender entregar à comiserção internacional a sua liberdade e a sua independência. (...) aceita o princípio da obrigação universal do serviço militar e estabelece que, em caso de grave perigo para a sua soberania, o exército é toda a Nação em armas e não apenas uma parcela, mais ou menos importante, da população.” *Reformas militares de 1937*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1938, p. 5;

¹⁵⁵ “Jay Winter e Antoine Prost apresentam, porém, uma série de argumentações que solidificavam a perspectiva de que este tipo de análise deve ser fundamentalmente nacional: a guerra é a “apoteose destrutiva da nação em crise, nomeadamente dos valores do Estado-Nação; a história é escrita de um ponto de vista nacional em que o historiador se insere.” Correia, Sílvia, *Políticas da Memória da I Guerra Mundial em Portugal*, p. 38;

¹⁵⁶ “Art. 25º A preparação da juventude para a defesa nacional abrange todos os indivíduos do sexo masculino...” Artigo 25º da lei nº 1:961 in *Diário do Governo* I Série de 01/09/1937;

¹⁵⁷ “O ensino será confiado à organização nacional Mocidade Portuguesa...” Artigo 25º da lei nº 1:961 in *Diário do Governo* I Série de 01/09/1937;

¹⁵⁸ “1º Desde os sete aos dezoito anos; (...) No primeiro escalão será especialmente cuidada a educação física e moral da juventude, que visará a formação do carácter e à devoção á Pátria...” Artigo 25º da lei nº 1:961 in *Diário do Governo* I Série de 01/09/1937;

ensinado e inculcado nas crianças como forma de as enquadrar na ideologia do regime.¹⁵⁹ As milícias constituídas com o propósito de inculcar o ideário nacionalista na juventude estavam na mais absoluta dependência do Governo¹⁶⁰, nunca existindo para além do Estado.

A Legião Portuguesa assumia-se como uma organização de voluntários, com objectivos claramente nacionalistas,¹⁶¹ sendo considerada pelo Governo como força patriótica de defesa dos valores tradicionais e revolucionários do estado fascista.

As reformas militares de 1937 tiveram como complemento legislativo os decretos-lei n.ºs 28.401, 28.402 e 28.403, relativos à reorganização dos quadros e efectivos do exército, regulação de promoções e passagens à reserva e fixação de vencimentos dos oficiais do exército, respectivamente. Articulam-se com a lei 1.960, de reorganização do exército, sendo o relatório dos decretos-lei de 31 de Dezembro de 1937 informativo acerca dos propósitos reformistas do governo, que começam por sublinhar que a reforma teve efeitos práticos desde que as suas leis fulcrais foram publicadas,¹⁶² levando ao lento e complicado processo de rearmamento do exército¹⁶³. Quanto ao quadro de efectivos das unidades do exército, ele não sofre grandes alterações com a

¹⁵⁹ “Através de uma “educação nacional”, reformada e assim crismada pelo Carneiro Pacheco, em 1936, concebida para moldar os jovens nos valores do nacionalismo, designadamente através da Mocidade Portuguesa...” Rosas, Fernando, *O Estado Novo*, vol. 7 da História de Portugal, Dir. José Mattoso, p. 218;

¹⁶⁰ “O ensino será confiado exclusivamente à Mocidade Portuguesa para os estudantes e à Legião Portuguesa para os restantes indivíduos, organizações respectivamente subordinadas aos Ministérios da Educação Nacional e do Interior, mas sob a orientação e fiscalização do Ministério da Guerra na parte relativa à preparação militar.” Artigo 25º da lei n.º 1:961 in *Diário do Governo* I Série de 01/09/1937;

¹⁶¹ “Art. 72º A Legião Portuguesa compreende todos os portugueses válidos maiores de dezoito anos, sujeitos ou não ao serviço militar, que nela se alistem voluntariamente, tendo em vista os seus fins patrióticos...” Artigo 72º da lei n.º 1:961 in *Diário do Governo* I Série de 01/09/1937;

¹⁶² “Promulgadas as leis da organização geral do exército e do recrutamento e serviço militar...” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

¹⁶³ “...definidas ou em via de definição as linhas gerais do nosso rearmamento...” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

legislação complementar,¹⁶⁴ sendo a lei 28.401 apresentada como o seu complemento definitivo.¹⁶⁵

Após um longo conflito de ideias entre os defensores de um exército maior e dispendioso e os realistas, que acabaram por prevalecer, foi formado um novo exército “minimalista”.¹⁶⁶ A visão de um exército “barato”, com poucas divisões, capaz de assegurar a defesa da fronteira terrestre, prevaleceu,¹⁶⁷ sem sofrer alterações significativas nos novos decretos. Em termos de unidades de linha, foi estabelecido um efectivo de quatro divisões.

No entanto, a política de diminuição de custos intrínseca às grandes reformas manteve-se, e até foi reforçada, reflectindo-se na diminuição do número de unidades e efectivos das diversas armas,¹⁶⁸ justificada por uma maior eficiência trazida pela concentração de meios, e a omnipresente dimensão económica das reformas.¹⁶⁹ Concentrando unidades onde era necessário e premente, nas fronteiras, evitando uma desnecessária e inconsequente proliferação de unidades ao longo do território nacional.¹⁷⁰

¹⁶⁴ “O número e a composição das unidades das várias armas e serviços do exército em tempo de paz derivam naturalmente dos princípios estabelecidos na lei da organização do exército...” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

¹⁶⁵ “...da qual a lei de quadros e efectivos se deve considerar complemento indispensável.” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

¹⁶⁶ “...em matéria de organização militar tinha ficado assente que os recursos financeiros não permitiam mais do que uma defesa “minimalista” sujeita e dependente estrategicamente de auxílio britânico...” Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, p. 99;

¹⁶⁷ “E porque a lei da organização do exército, tal como foi votada pela Assembleia Nacional, fixa já em quatro divisões, além das indispensáveis ...” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

¹⁶⁸ “De uma maneira geral o número de unidades e formações das diversas armas e serviços estabelecido pela anterior legislação sai reduzido da presente reforma. “Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

¹⁶⁹ Assim se conseguirá maior concentração de meios, a que não pode deixar de corresponder maior eficiência militar e menor nível de despesas.” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

¹⁷⁰ “Não interessa realmente ao Governo, como não interessa à defesa nacional, a distribuição pelo País de grande número de unidades das diversas armas...” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

A visão realista quanto às possibilidades de um país pobre e periférico¹⁷¹ levou o governo a não tentar criar a ilusão de que um país assim pudesse ter um grande exército de massas.¹⁷² A dimensão económica da reforma nunca é abandonada¹⁷³, tendo sido um dos seus eixos fundamentais, não escapando à rigidez da ortodoxia financeira de Salazar.¹⁷⁴

A diminuição das unidades implicou também a sua modernização, redimensionamento e adaptação às necessidades de defesa da nação,¹⁷⁵ prevalecendo a ideia de criar – através destas reformas – uma força pequena mas mobilizável em caso de uma crise que pudesse levar a nação à beligerância.¹⁷⁶ Atendendo à conjuntura vivida em Espanha. A legislação sublinha que as reformas partiram da iniciativa do governo, e não da elite castrense.

A diminuição dos regimentos foi substancial: na arma de infantaria foram reduzidos de 21 para 16. À redução não é alheio um esforço de modernização das

¹⁷¹ “...prefere as medidas sérias, embora modestas e proporcionadas aos meios que é possível mobilizar...” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

¹⁷² “Procedendo – se assim, ilude – se o País, criando – lhe um sentimento de força que realmente não possui...” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

¹⁷³ “O sistema pressupõe evidentemente a menor duração possível da obrigação de permanência nas fileiras e a diminuição dos efectivos do exército de tempo de paz para que os recursos financeiros possam assegurar instrução eficiente a todos os cidadãos.” *Reformas militares de 1937*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1938, pp. 7-8;

¹⁷⁴ “...o dispêndio constante de importantes somas sem alcance prático e sem utilidade, com grave prejuízo de tantas pequenas e grandes cousas que interessam à economia, à riqueza e ao bem – estar das populações...” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

¹⁷⁵ “...o número de unidades das diversas armas será realmente diminuído (...) o Governo empregará os seus esforços no sentido de que dentro de curto prazo, cada unidade constituída em tempo de paz seja uma realidade viva na orgânica militar e corresponda, em material e pessoal, a um sério elemento de força com que a defesa nacional possa realmente contar.” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

¹⁷⁶ “...ter-se-á facilitado até limites entre nós ainda não verificados a mobilização das forças armadas, preocupação que tem presidido a todas as reformas militares a que o Governo ultimamente se tem consagrado.” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

unidades de combate, sendo criado um batalhão de carros de combate,¹⁷⁷ peças que se revelaram fundamentais durante a Segunda Guerra Mundial. Esta modernização pretendia estender-se a todo o exército, com uma forte aposta na motorização das reformadas forças, de modo a satisfazer os propósitos de uma moderna guerra de massas.¹⁷⁸

Na arma de artilharia foram eliminados um grupo de artilharia de montanha, dois grupos de artilharia montada e dois grupos de artilharia a cavalo. Num esforço claro de possuir menos unidades, mas facilmente mobilizáveis em caso de necessidade, e que por conseguinte garantissem ao governo uma maior eficácia militar.¹⁷⁹ Nesta arma, a premente modernização do exército também teve eco: pensando na evolução das modernas formas de conceber a guerra, as unidades de artilharia apostaram na motorização dos seus efectivos.¹⁸⁰ Foi uma tentativa de transformar um exército que material e tecnologicamente ainda pertencia largamente ao paradigma oitocentista. Aumentou o número de unidades dedicadas à defesa anti-aérea.¹⁸¹

Na arma de cavalaria, os regimentos foram diminuídos, procedendo-se também à sua modernização, através da criação dum regimento motorizado.¹⁸² A arma de

¹⁷⁷ “Em contrapartida é criado um batalhão de carros de combate, instrumento de luta imprescindível em todas as acções de guerra...” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

¹⁷⁸ “...e passam a ser motorizados os três batalhões de metralhadoras, que assim verão aumentar de maneira acentuada as suas possibilidades de emprego como massa importante de fogos em todas as situações de campanha.” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

¹⁷⁹ “Na orientação agora seguida pelo Governo todas as unidades efectivamente constituídas deverão dispor nos parques ou nos depósitos de todo o material necessário à sua integral mobilização.” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

¹⁸⁰ “A evolução das doutrinas sobre o emprego da cavalaria em campanha levaram a grande maioria dos exércitos a substituir por artilharia de tracção automóvel os antigos grupos a cavalo das brigadas e das divisões da cavalaria. (...) leva a reduzir os grupos de artilharia de cavalaria numa única unidade motorizada...” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

¹⁸¹ “...é criado um grupo de defesa móvel de costa e elevado a três o número de grupos de artilharia contra aeronaves, um dos quais destinado à defesa da cidade do Porto...” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

¹⁸² “Na arma de cavalaria são reduzidos de nove para sete os regimentos actualmente existentes (...) é criado um regimento motorizado essencialmente destinado a fornecer às brigadas de cavalaria esquadrões

engenharia adaptou-se à necessidade de assegurar a defesa das fronteiras terrestres.¹⁸³ E os seus quatro batalhões foram transformados em dois regimentos de engenharia.

A reforma tentou dotar as unidades dos efectivos necessários, tornando-as pequenas e operacionais,¹⁸⁴ implicando a redução dos membros das unidades,¹⁸⁵ reformando o quadro de oficiais, tornando a legislação coerente e uniformizada,¹⁸⁶ nunca descurando o factor económico e a sua devida racionalidade.¹⁸⁷

As reformas militares de 1937 marcaram uma decisiva mudança no paradigma de relacionamento cívico-militar e na construção e definição de um novo exército ausente da vida política e centrado na defesa da nação. Constituindo um epílogo para a autonomia que o exército tinha alcançado desde o século XIX, entre 1933 e 1937 essa autonomia relativa foi estilhaçada pelo poder político salazarista, configurando um poderoso controlo político sobre os militares. Inauguraram uma nova realidade nas relações de poder, através da implantação de um modelo totalitário de relacionamento civil/militar, conceito proposta pela socióloga Maria Carrilho, que se baseou na criteriosa selecção – feita pelo poder político – da reformada elite militar. Assente em pressupostos

de auto metralhadoras, esquadrões de motos e esquadrões autotransportados...” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

¹⁸³ “...quatro batalhões independentes de engenharia, a localizar nas áreas das quatro regiões militares transfronteiriças.” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

¹⁸⁴ “...ter sido preocupação dominante da reforma o aumento em proporções razoáveis dos actuais efectivos das unidades.” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

¹⁸⁵ “Quer isto dizer que a menor efectivo presente nas fileiras devem corresponder maior velocidade na mobilização e a garantia de que o mobilizável tem o grau de preparação militar suficiente para poder entrar rapidamente em combate.” *Reformas militares de 1937*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1938, p. 8;

¹⁸⁶ “...finalmente, a de restabelecer a ordem que uma legislação anárquica e de circunstancia perverteu, obriga a profunda remodelação do estado de cousas existentes no que diz respeito a quadros de oficiais...” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

¹⁸⁷ “A necessidade de reduzir determinadas despesas militares em proveito de outras de momento julgadas mais úteis...” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

ideológicos e de preferências e simpatias políticas. O exército reformado tornou-se mais facilmente controlável pelo poder político devido à forte redução do número de oficiais, que se devem a objectivos políticos e não de racionalização de meios.

Em síntese, as reformas Salazar/Santos Costa foram um êxito quase absoluto no que se refere ao plano de domínio político sobre a actividade militar.¹⁸⁸ No entanto, a modernização do exército nunca passou de uma fantasia, plasmada na sua débil capacidade operacional. No final da Guerra Civil de Espanha, o estado das reformadas forças armadas portuguesas era pouco mais do que sofrível.

2.2 A refundação do corpo de estado-maior (1937)

O corpo do estado-maior não foi fundado pela legislação reformadora de 1937. Desde o final da guerra civil entre miguelistas e liberais que existiu um corpo do estado – maior, mais concretamente desde 1834. A primeira legislação referente ao corpo do estado-maior data precisamente de 1834. Tratou-se de um decreto sobre a orgânica militar, em que 40 membros do corpo do estado-maior são referidos no quadro do exército liberal de D. Pedro IV. Ainda não se tratava de um exército nacional, mas de um exército de facção, numa força militar partidária. O corpo do estado-maior foi fundado a

¹⁸⁸ “Mas também neste campo o novo presidente do Conselho se arriscou pouco: a modernização do Exército só seria lançada quando Salazar, em 1936, logra, finalmente, chamar a si a pasta da Guerra. E as leis reorganizadoras de 1936 – 1937, concebidas pelo novo subsecretário de Estado da Guerra, o capitão Santos Costa, homem da sua inteira confiança, seriam acompanhadas das medidas indispensáveis (a nível de promoções, passagens à reserva, etc...) a assegurar o efectivo controlo político do Estado Novo sobre a instituição.” Rosas, Fernando, *O Estado Novo*, vol. 7 da História de Portugal, Dir. José Mattoso, p. 170;

18 de Julho de 1834¹⁸⁹, no *aftermath* da vitória liberal na guerra civil entre liberais e miguelistas.

Em 1837 iniciaram-se os cursos de estado-maior, que eram leccionados nas Escolas do Exército e Politécnica. Os oficiais formados nestes cursos especializados passaram a exercer as funções de estado-maior, eminentemente teóricas e não operacionais, centradas no estudo, planeamento e preparação para a guerra. Formação eminentemente técnica, as cadeiras leccionadas ainda não tinham um cariz exclusivista, inserindo-se no corpo de matérias da Escola do Exército.¹⁹⁰ Durante um século, as designações destes oficiais variaram, entre oficiais do Corpo do Estado-Maior, como na reforma de 1849, e membros do Serviço do Estado-Maior. As reformas republicanas de 1911 mantiveram o Serviço do Estado-Maior, herdado da monarquia constitucional, e criaram a Escola Central de Oficiais, designação que permanecerá até 1940, data da fundação do Instituto de Altos Estudos Militares. No entanto, a Escola Central de Oficiais só se tornou uma realidade com a sua instalação em Caxias em 1927, já em plena Ditadura Militar. Em 1928, o curso do estado-maior reformulado passou aí a ser leccionado.

O modelo essencial adoptado desde finais do século XIX foi o prussiano. Na história contemporânea, a invenção de um corpo do estado-maior deve-se precisamente ao reformismo prussiano.¹⁹¹ A necessidade de estabelecer uma rede de transportes e comunicações face à ameaça napoleónica, que implicava uma forte capacidade de organização, levaram ao desenvolvimento e consolidação do corpo do estado-maior prussiano.¹⁹² Antes de finais do século XIX, a influência prussiana em Portugal foi

¹⁸⁹ “Não devemos deixar despercebido este ano de 1934 sem recordar que completou um século, em 18 de Julho, *O Corpo do Estado-Maior...*” Passos, Álvaro Teles Ferreira de, *Os 100 anos do corpo do estado-maior*, notas sobre a evolução do curso do estado-maior in *O Centenário do Curso do Estado Maior*, Caxias, Editorial Império, 1937;

¹⁹⁰ “As cadeiras estudadas ao longo dos dois anos de duração do curso eram de feição exclusivamente técnica e faziam parte do leque de matérias leccionadas na Escola do Exército, sem, que, portanto, fosse proporcionada aos oficiais uma preparação específica.” Carrilho, Maria, *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX*, p. 136;

¹⁹¹ “...a instituição do Estado-Maior em termos modernos pertence à Prússia e data de 25 de Novembro de 1903.” Carrilho, Maria, *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX*, p. 135;

¹⁹² “...ou privilegiar a capacidade de mobilização do exército em todo o país, o que implicava não só transportes e comunicações como um acrescido poder organizativo. È a escolha desta última via – organizativa – que está na origem do rápido desenvolvimento do Corpo de Estado-Maior prussiano.” Carrilho, Maria, *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX*, p. 135;

marginal e não fundadora.¹⁹³ Reflectiu-se na orgânica do curso do estado-maior, que passou a ter um estatuto distinto e um carácter mais exclusivista e de difícil acesso.¹⁹⁴ O curso teve diversas designações: em 1890 passou a chamar-se Curso Superior de Guerra; em 1891, devido a ressentimentos de classe, passou a designar-se Curso de Guerra; voltou a ter o nome tradicional de Curso do Estado-Maior em 1894, com a reorganização de Pimentel Pinto. Com a revolução republicana e a sua apensa reforma militar, o curso do estado-maior passou a ser ensinado na Escola de Guerra, tornando-se um curso distinto dos demais,¹⁹⁵ alongando-se após a I Guerra Mundial para três anos, com cadeiras próprias, havendo uma última reorganização durante a I República em 1919.

As reformas de 1926 deram especial atenção – por motivações essencialmente políticas – ao quadro do existente corpo de estado-maior. O tratamento que os oficiais deste quadro receberam incluiu um aumento dos vencimentos e o acelerar do processo de obtenção de promoções. O curso de acesso ao corpo foi pensado para dificultar o seu acesso, sendo dada ênfase à formação dos oficiais em ciências sociais e humanas.¹⁹⁶

O corpo do estado-maior foi finalmente reformulado em 1937, aquando da publicação da nova lei de reorganização do exército, datada de 1 de Setembro de 1937 (lei 1.960). Por conseguinte, a reorganização do corpo do estado-maior deve ser

¹⁹³ “Em Portugal, a influência do sistema prussiano, (...) faz-se sentir concretamente apenas em 1890, data em que o Estado-Maior deixa de ser um corpo fechado para passar a ser composto por oficiais provenientes de todas as armas.” Carrilho, Maria, *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX*, pp. 136-137;

¹⁹⁴ “Paralelamente, o curso de Estado-Maior assume um estatuto mais elevado em relação aos restantes cursos da Escola do Exército, na medida em que se torna um curso complementar, só acessível a oficiais já formados com o curso de uma das Armas do Exército.” Carrilho, Maria, *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX*, pp. 136-137;

¹⁹⁵ “...a partir de 1913, o curso de Estado-Maior, ministrado na Escola de Guerra, inicia o seu processo de afirmação de especificidade de objectivos e de autonomização em relação aos outros cursos ali ministrados.” Carrilho, Maria, *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX*, p. 237;

¹⁹⁶ “...reconhecia-se que “o nível intelectual que deve ter o oficial que pretende fazer o Curso de Estado-Maior pode manter-se ou até ser beneficiado suprimindo algumas cadeiras de Ciências Matemáticas (...) e substituindo-as por outras de Ciências Sociais, altamente vantajosas para a frequência do mesmo curso e para a futura vida profissional dos oficiais do Exército.” Carrilho, Maria, *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX*, p. 318;

entendida à luz da maior e mais relevante reforma militar do Estado Novo. A legislação de 31 de Dezembro de 1937 serviu de complemento à lei 1.960, principalmente o Decreto-Lei nº 28. 401, de reorganização dos quadros e efectivos do exército, e como um dos decretos regulamentadores da organização do novo corpo do estado-maior.

Como durante grande parte do século XIX, o reformado corpo do estado-maior foi pensado como uma organização de elite separada do conjunto da instituição militar, com um quadro e sistema de promoções próprio, de início muitos oficiais ligados ao 28 de Maio mostraram a sua animosidade perante o novo corpo. Criticaram a dificuldade de entrada no corpo e a exiguidade gritante do número dos seus membros. A sua constituição em corpo separado implicou uma nova divisão e dissociação de competências no âmbito mais alargado do Corpo de Oficiais, ficando no CEM a maioria das funções teóricas de estudo e de planeamento, prefigurando também uma separação de poderes crescente dentro do Exército, ficando a elite em questão detentora de um poder de decisão enorme em relação aos restantes oficiais das armas, exercendo um monopólio teórico, intelectual e conceptual quase absoluto. Deu-se uma verdadeira divisão e fractura entre quem pertencia ao CEM e os restantes oficiais.

Devido à habilidade política intrínseca do Presidente do Conselho, ao refundado corpo não foram atribuídos os meios necessários para cumprir cabalmente as tarefas a que estava associado, permitindo uma divisão de poder que favoreceu os propósitos políticos do governo.¹⁹⁷

Na lei de reorganização do exército, o corpo do estado-maior começa por ser referido pelas suas funções no âmbito da organização militar do território. Para além da sua componente vincadamente teórica, o corpo do estado-maior assumiu também importantes responsabilidades práticas na definição da nova organização territorial do país, aparecendo na lei como o segundo corpo mais importante no âmbito do serviço de

¹⁹⁷ “A formação de um corpo separado de Estado-Maior (...) e, por outro lado, o facto de não se lhe conferir a dimensão e capacidade necessárias para satisfazer com o maior sucesso as tarefas que lhes respeitavam (...) irão, no campo militar, resultar funcionais ao projecto e realização do poder ditatorial salazarista.” Carrilho, Maria, *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX*, p. 319;

organização territorial, acima das diferentes armas e abaixo do corpo de generais.¹⁹⁸ O facto comprova a importância atribuída ao corpo do estado-maior nesta reorganização territorial.

A componente teórica que cabia ao corpo do estado-maior é referida como a sua principal função e, das suas atribuições, a mais fundamental. O corpo ficou – desde a sua refundação – associado à elaboração de estudos e formas de conceber e praticar a guerra, com uma forte componente de preparação do exército para uma conjuntura de beligerância.¹⁹⁹ Corpo de elite, com funções eminentemente teóricas, o corpo do estado-maior foi criado para pensar a forma como o exército se deveria organizar, adaptando e recebendo inúmeras doutrinas e concepções estrangeiras, sendo o garante e responsável pelo processo de modernização do exército.

A refundação do corpo do estado-maior é indissociável do contexto político-militar de relações difíceis, e amiúde conflituosas, entre a elite militar e Salazar. Entre 1934 e 1937, as reformas militares foram sendo sucessivamente adiadas pelo Presidente do Conselho, devido a motivações essencialmente políticas. Por conseguinte, as reformas militares de 1937 tiveram propósitos claramente políticos, sendo um deles anular a influência que ainda poderiam ter alguns oficiais republicanos que se opunham à constituição do corpo do estado-maior.

É necessário compreender que o regime nunca escondeu ou menosprezou a sua genealogia militar,²⁰⁰ que explica, em parte, a importância decisiva que os militares tiveram na fase de consolidação e afirmação do Estado Novo, enquanto forças que se opunham aos desideratos de Salazar. O seu objectivo principal em relação aos militares

¹⁹⁸ “Para o serviço da organização territorial e das tropas haverá: a) O corpo de generais; b) o corpo do estado-maior; c) As armas;” Artigo 39º da lei nº 1:960 in *Diário do Governo* I Série de 01/09/1937;

¹⁹⁹ “O corpo do estado maior é destinado: a) A realizar estudos relativos à organização e preparação do exército para a guerra;” Artigo 41º da lei nº 1:960 in *Diário do Governo* I Série de 01/09/1937;

²⁰⁰ “Salazar tem, porém, consciência de que o regime emana do Exército. Ele é o penhor da “revolução nacional”...” Duarte, António Paulo, *A política de defesa nacional*, p. 65;

foi desde o início dessa nova fase o regresso dos militares aos quartéis, isto é, afastar definitivamente a elite militar da vida política.

Este processo foi designado tradicionalmente pela historiografia como de subordinação das Forças Armadas ao poder político e teve diversas dimensões, que passaram pela radicalização do regime, com a criação da policia política²⁰¹ e da Legião Portuguesa, retirando ao exército o monopólio do exercício da violência²⁰², e através das acções políticas de índole rectificativa, como as eleições presidenciais e legislativas.²⁰³ A isto acrescia a progressiva e implacável perseguição política feita à oposição.²⁰⁴

Portanto, as reformas militares de 1937 foram um marco fundamental na subordinação do exército ao Estado salazarista.²⁰⁵ Reformas que propositadamente acentuaram a componente técnica do exército, tentando condicionar e neutralizar a acção política dos militares. Como garante da “revolução nacional”, o exército deveria adquirir uma feição apolítica e centrada nas suas funções “tradicionais” de defesa da integridade territorial da nação e a da sua respectiva independência, que dependia da correcta utilização das potencialidades de uma pequena nação face à ameaça de potências maiores.²⁰⁶

²⁰¹ “A subordinação das Forças Armadas ao regime político do Estado Novo não será efectuada apenas pela via da criação orgânica de aparelhos e instrumentos de controlo como a criação da P. V. D. E. ...” Ferreira, Medeiros, *O comportamento político dos militares*, p. 184;

²⁰² “...o desenvolvimento do processo de subordinação do exército ao Estado Novo e a Salazar, que conhece um ponto alto em 1936 com o desenvolvimento de determinadas instituições exteriores às Forças Armadas que lhes retirem o monopólio exclusivo do uso da força e de violência, como é o caso da Mocidade Portuguesa e da Legião Portuguesa...” Rodrigues, Luís Nuno, *A Legião Portuguesa*, pp. 33-34;

²⁰³ “...mas também pela via da acção política, desde o recurso às eleições legislativas e presidenciais como forma de legitimação e expansão da maquina política e administrativa do Estado Novo...” Ferreira, Medeiros, *O comportamento político dos militares*, p. 184;

²⁰⁴ “...até à perseguição à Maçonaria e aos oficiais suspeitos de pertencerem a esta associação ou de pretenderem a restauração do regime republicano.” Ferreira, Medeiros, *O comportamento político dos militares*, p. 184;

²⁰⁵ “A reforma da instituição militar de 1937 é reconhecida unanimemente como uma das maiores na senda da subalternização das Forças Armadas ao poder político do Estado Novo.” Ferreira, Medeiros, *O comportamento político dos militares*, p. 197;

²⁰⁶ “É este o único sistema que permite aos países de pequeno potencial lançar mão de todos os seus recursos quando a integridade do seu território se encontra ameaçada por nações de potencial superior. È também ele o adoptado pela nossa Constituição, e por esse motivo, e por evidentes razões de ordem militar que não carecem de mais explicações, o preconizado na presente proposta.” *Reformas militares de 1937*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1938, p. 8;

A legislação definiu como segunda característica central do corpo a sua função de comando. Com capacidade de intervir directamente com os comandos das grandes unidades²⁰⁷, o corpo assumiu uma feição burocrática e de efectivo comando. As atribuições que a lei consagrou ao corpo são de uma relevância elevada no âmbito das funções gerais de funcionamento das Forças Armadas.

Desde 1937 que estava prevista a criação de um instituto de altos estudos militares, que apenas seria fundado em 1940.²⁰⁸ Aí seriam leccionados os cursos de estado maior, de promoção a oficial superior e o curso de altos comandos. Em suma, tratava-se de uma instituição de ensino dedicada a formar oficiais de elite.

Os decretos leis complementares à lei de reorganização do exército, e os seus respectivos relatórios, versam sobre a refundação do corpo do estado-maior. Mais concretamente, é referida a criação do quadro do corpo do estado-maior e a fixação dos seus efectivos.²⁰⁹ A discussão sobre a criação ou não deste corpo de elite, e as suas características, é mencionada.²¹⁰ É interessante verificar a ambiguidade existente no citado relatório entre a constituição de um corpo fechado – de difícil acesso – ou um corpo aberto às promoções de efectivos.²¹¹ A solução encontrada foi uma espécie de meio

²⁰⁷ “b) A auxiliar directa e imediatamente os comandantes das grandes unidades no exercício das suas funções.” Artigo 41º da lei nº 1:960 in *Diário do Governo* I Série de 01/09/1937;

²⁰⁸ “2º Num instituto de altos estudos militares, onde funcionarão o curso de estado maior e os cursos e estágios necessários à preparação dos altos comandos do exército;” Artigo 53º da lei nº 1:960 in *Diário do Governo* I Série de 01/09/1937;

²⁰⁹ “Em obediência a um dos princípios estabelecidos na lei da organização do exército é criado e fixado o quadro do corpo do estado maior.” Relatório dos decretos-lei nºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404, p. 1688 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

²¹⁰ “Questão muito debatida entre nós, a da constituição ou não constituição de um quadro para este serviço...” Relatório dos decretos-lei nºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404, p. 1688 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

²¹¹ “...e, em caso afirmativo, se se deve tratar de quadro aberto ou de quadro fechado, não é difícil observar que no fundo da discussão se encontra o problema do acesso dos seus componentes e, consequentemente, que a mesma é dominada por interesses particulares,” Relatório dos decretos-lei nºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404, p. 1688 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

termo²¹², permitindo a fundação dum corpo de elite, com claros benefícios em termos de carreira para os oficiais que o integravam.

O corpo do estado-maior é definido como o corpo de elite por excelência das novas Forças Armadas, que deveria funcionar como o cérebro teórico de todo o exército.²¹³ Recebendo e adaptando doutrinas teóricas estrangeiras, assimilando-as ou tornando-as suas, o corpo tornou-se o centro da produção teórica e “literária” do exército português. Estávamos perante um corpo de oficiais de elite, com responsabilidades proporcionais ao seu estatuto²¹⁴, garantido pelas reformas de 1937, refundado com objectivos claramente ambiciosos, concretizando-se num grupo de oficiais capazes de produzir um trabalho teórico consistente, que sublinhasse a importância das suas funções dentro da orgânica do exército.²¹⁵

A questão da forma das promoções dos oficiais afectou o quadro do corpo do estado-maior, para o qual a decisão de integração no corpo era eminentemente arbitrária, sendo as promoções a oficial superior feitas por escolha, que deveriam seleccionar os oficiais mais aptos.²¹⁶ A promoção por escolha visava promover o mérito e as capacidades dos oficiais. Os membros do corpo do estado-maior foram pensados para exercer cargos de chefia, que assumiram e nalguns casos até monopolizaram. Nas colocações como adidos militares junto das embaixadas portuguesas no estrangeiro, nos comandos superiores regionais (essencialmente nos centros urbanos) e nos cargos de maior prestígio e responsabilidade no Exército, existiu um quase monopólio por parte dos

²¹² “...mas como por outro lado interessa ao exército um quadro de oficiais do serviço do estado maior devidamente seleccionado, adoptou-se uma solução intermédia,” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28.402, 28.493 e 28.404, p. 1688 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

²¹³ “Se no fim de tudo o corpo do estado maior representar o verdadeiro escol do exército...” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28.402, 28.493 e 28.404, p. 1688 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

²¹⁴ “...e se mostrar apto a assumir todas as responsabilidades inerentes à função a que é destinado...” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28.402, 28.493 e 28.404, p. 1688 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

²¹⁵ “...haverá a certeza de se ter produzido obra útil e duradoura, que acima de tudo importa.” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28.402, 28.493 e 28.404, p. 1688 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

²¹⁶ “C) O da promoção por escolha, mediante a prestação de provas de aptidão, como meio de assegurar aos oficiais que mais qualidades tenham revelado...” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28.402, 28.493 e 28.404, p. 1688 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

membros do CEM. As reformas militares tentaram criar as condições para formar bons comandantes²¹⁷, líderes de homens que não se formam através do acaso.²¹⁸ Pretendiam-se criar não só comandantes mais aptos, como verdadeiros líderes de massas.²¹⁹ Por conseguinte, o critério de promoção por antiguidade tornou-se inútil²²⁰. Somente a promoção por escolha poderia promover o mérito e a qualidade,²²¹ opção tomada, com base no paradigma francês.²²² A promoção por escolha é justificada novamente com a intenção de proceder a uma selecção mais rigorosa dos novos oficiais.²²³

O quadro do corpo do estado-maior permitiu que os oficiais que nele entrassem progredissem automaticamente dois anos na sua carreira, vantagem importante para

²¹⁷ ““No caso particular de um exército, as qualidades dos chefes são elemento decisivo.” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404, p. 1689 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

²¹⁸ “Mas o chefe militar, o condutor de homens em combate, aquele que tem de levar os outros até ao maior sacrifício, não se improvisa.” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404, p. 1689 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

²¹⁹ “O problema da formação dos chefes, dentro do exército, não pode estar sujeito à flutuação de legislações de acaso, inspiradas o mais das vezes pelo caso concreto e as necessidades de momento, e é indispensável que os seus grandes princípios orientadores sejam claramente estabelecidos numa das leis fundamentais da organização militar que, por natureza, seja o mais estável possível. (...) havemos de lutar também contra a ilusão não menos perigosa do valor das massas sem dirigentes: o simples aglomerado de homens, a multidão desorganizada e abandonada a si própria, não tem qualquer interesse como instrumento de defesa do agregado social a que respeita. A multidão apenas começa a ter valor quando um chefe a sabe conduzir; e quanto mais se impuserem a inteligência, a audácia, o valor, enfim as qualidades do chefe, maiores serão as probabilidades de obter das massas que dirigir a actuação conveniente.” *Reformas militares de 1937*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1938, p. 13;

²²⁰ “...e ninguém ignora que o sistema de promoções em vigor no nosso exército, baseado exclusivamente em tal critério, além de estar em desacordo com o principio da escolha (...) não tem sido garantia suficiente da boa selecção dos quadros.” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404, p. 1689 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

²²¹ “É evidente que, se desejamos o chefe militar como acaba de ser descrito, não podemos deixar a sua designação dependente do critério de antiguidade...” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404, p. 1689 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

²²² “A promoção por escolha vigora em França (...) desde 14 de Abril de 1832 (...) e desde 1933 todas as promoções ao posto de major e superiores são no mesmo país feitas exclusivamente por esse sistema.” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404, p. 1689 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

²²³ “Este ponto é fundamental para o novo regime de promoções, , o rejuvenescimento dos quadros e a possibilidade da sua mais selecta composição.” Relatório dos decretos-lei n.ºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404, p. 1691 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

eles.²²⁴ Certamente atractivo, tinha como propósito fazer deles homens mais aptos a exercer as suas funções de comando.²²⁵ A questão financeira foi alterada pelas reformas, passando os oficiais superiores a serem mais bem remunerados.²²⁶ Aqueles que pertenciam ao corpo do estado-maior recebiam ainda mais do que os oficiais das armas, mais um facto que os distinguia.²²⁷ As despesas com a defesa nacional eram consideradas com apreensão crescente por parte do governo.²²⁸ A antecipação da antiguidade em dois anos dos membros que ingressaram no corpo é confirmado pelo decreto-lei nº 28.402²²⁹, referente às promoções dos oficiais. Ter o curso do estado maior não implicava a entrada automática no corpo; outros critérios de idoneidade pesavam nesse ingresso.

Na definição estrutural da orgânica do corpo do estado-maior o decreto-lei 28.401, de reorganização dos quadros e efectivos do exército, é preponderante. Começa por reiterar a centralidade de ter um número de unidades mínimo, de modo a que fossem congruentes com a realidade demográfica e económico-financeira do país²³⁰ e eficientes na garantia da defesa nacional. Na estrutura do exército, o corpo do estado-maior aparece como segundo elemento da organização do exército metropolitano, estando apenas

²²⁴ “A isso se destinam não só a constituição de um quadro especial e as vantagens de promoção para ele e dentro dele...” Relatório dos decretos-lei nºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404, p. 1690 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

²²⁵ “...mas diferença sensível no exercício que compete em cada posto aos oficiais do quadro.” Relatório dos decretos-lei nºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404, p. 1690 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

²²⁶ “ A generalidade, sobretudo nos postos superiores, vai sem dúvida ser mais bem paga do que era dantes...” Relatório dos decretos-lei nºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404, p. 1692 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

²²⁷ “Os capitães e oficiais superiores do Corpo de Estado-Maior (CEM) têm desde 1937 um vencimento de exercício superior ao das restantes armas e serviços.” Matos, Luís Salgado de, *A orgânica das Forças Armadas Portuguesas* in *Nova História Militar de Portugal*, volume 4, p. 160;

²²⁸ “...a manterem – se as necessidades actuais, o peso dos exércitos é tam grande sobre os orçamentos e a economia das nações...” Relatório dos decretos-lei nºs 28.401, 28. 402, 28.493 e 28.404, p. 1692 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

²²⁹ “Os oficiais das diferentes armas habilitados com o curso do estado maior e julgados idóneos para o serviço respectivo antecipam dois anos a sua antiguidade no posto de tenente.” Artigo 23º do decreto-lei nº 28:402, p.1731 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

²³⁰ “O número de unidades, formações, estabelecimentos e outros órgãos será o necessário para efectuar: a) o recrutamento do pessoal nos termos da lei nº1:961, de 1 de Setembro de 1937, sobre o recrutamento e serviço militar...” Artigo 2º do decreto-lei nº 28:401, p.1695 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

abaixo do corpo de oficiais generais.²³¹ Os dois organismos encimam a orgânica do exército reformado.²³²

O corpo do estado-maior foi inicialmente concebido como tendo 84 membros no seu quadro, número que se manterá inalterado até à sua extinção em 1974. Não incluiu nem brigadeiros nem generais, que constituíram o corpo de oficiais generais, constituindo a promoção a brigadeiro ou general uma das formas de saída do corpo. O corpo incluiu, na sua reformulação de 1937, 40 capitães e 44 oficiais superiores.²³³

Os membros “fundadores” do corpo do estado-maior foram promovidos por escolha a partir dos seus postos nas suas armas de origem,²³⁴ escolha assente na capacidade dos oficiais e do arbítrio da comissão nomeada para a sua selecção.²³⁵ No entanto, os oficiais escolhidos para integrarem o corpo foram hierarquizados segundo a sua antiguidade no posto de tenente.²³⁶

Comparando com o quadro de oficiais de infantaria, o CEM afirma – se pela sua “excepcionalidade”. A arma de infantaria tinha um total de 296 capitães, 95 majores, 45 tenentes-coronéis, 40 coronéis e 7 brigadeiros. Tendo somente 84 membros, o corpo do estado-maior primou por ser um corpo de elite de acesso limitado aos melhores e mais aptos oficiais. Espécie de “darwinismo social” a que se deve associar a necessidade de

²³¹ “O pessoal do exército metropolitano compreende: a) Oficiais generais; b) Oficiais;” Artigo 3º do decreto-lei nº 28:401, p. 1695 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

²³² “O pessoal do exército metropolitano distribuir-se-á pelos seguintes organismos: 1º Corpos de generais e do estado maior.” Artigo 4º do decreto-lei nº 28:401, p.1695 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

²³³ “O corpo do estado maior é constituído por: 12 coronéis. 12 tenentes-coronéis. 20 majores. 40 capitães.” Artigo 6º do decreto-lei nº 28:401, p.1695 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

²³⁴ “No quadro do corpo do estado maior ingressarão inicialmente os actuais oficiais das diferentes armas...” Artigo 6º do decreto-lei nº 28:401, p.1695 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

²³⁵ “...julgados idóneos para o serviço respectivo e propostos por uma comissão composta pelo major general do exército, pelo chefe e pelo sub-chefe do estado maior do exército.” Artigo 6º do decreto-lei nº 28:401, p.1695 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

²³⁶ “Os oficiais escolhidos para inicialmente ingressarem no corpo do estado maior serão inscritos na escala por ordem de antiguidade, tomando – se como base a antiguidade no posto de tenente...” Artigo 6º do decreto-lei nº 28:401, p.1695 in *Diário do Governo* I Série de 31/12/1937;

tornar os oficiais do CEM ótimos comandantes,²³⁷ facto que se comprova também pensando nos números da arma de artilharia: 120 capitães, 44 majores, 18 tenentes-coronéis, 15 coronéis e 4 brigadeiros. O conjunto do corpo de oficiais era constituído por 3000 membros, ilustrativo da relevância que o corpo do estado-maior adquiriu.

Em síntese, a refundação do corpo do estado-maior acabou por se tornar numa das mais duradouras e relevantes heranças da reestruturação do exército feita em 1937. Criando um corpo de elite, destinado ao comando e à preparação e doutrinação bélicas, o governo de Salazar tentou apaziguar a elite das Forças Armadas, dando-lhe a reforma que há tanto tempo pediam.

²³⁷ “No caso particular de um exército as qualidades dos chefes são elemento decisivo. Toda a organização armada em que os oficiais não estejam em condições de ser os guias seguros dos seus homens está de antemão condenada a soçobrar no momento em que for necessária empregá-la como instrumento de luta. Mas o chefe militar, o condutor de homens ao combate (...) não se improvisa. Sobre qualidades naturais, que se não inventam, mas se cultivam, aperfeiçoam e desenvolvem pela educação, tem de formar – se o chefe militar que se imponha aos seus subordinados pelo saber, pela dignidade e pelo valor.” *Reformas militares de 1937*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1938, p. 13;

Capítulo 3: O Corpo de estado-maior e a Guerra Civil de Espanha

3.1 O apoio de Salazar a Franco

“O resultado da guerra de Espanha terá ficado assente em Londres, Paris, Roma ou Berlim – mas fosse lá onde fosse, não em Espanha.”²³⁸

Como introdução a este capítulo tentarei explicar como a ajuda prestada por Salazar aos nacionalistas, nas suas diversas formas, ajudou-os a consolidar as suas posições depois da guerra ter começado, e possibilitou-lhes os meios para a desencadearem.

A maioria da historiografia internacional ignora quase por completo o papel que o fascismo português desempenhou na ajuda à revolta de Franco, num conflito internacional marcado por muitas ingerências exógenas.

Os anos 30 foram essencialmente os anos de institucionalização do Estado Novo. Em 18 de Julho 1936, quando eclode a revolta nacionalista em Espanha, Salazar percebeu que se jogava o seu destino político e o do seu regime nos campos de batalha de Espanha. Em processo de consolidação interno, o Estado Novo sabia que estava em causa a sua própria sobrevivência enquanto regime político.²³⁹ A existência de um regime republicano de esquerda seria o suficiente para pôr em causa o regime e por conseguinte a independência nacional; esta ideia foi propagandeada por Salazar para justificar o Estado Novo como indispensável à sobrevivência de Portugal como nação.

O envolvimento português na Guerra Civil de Espanha constituiu uma excepção à política externa do regime, verdadeiro *ensauz* da diplomacia da monarquia constitucional: fidelidade à aliança com o império britânico, com prioridade dada à vertente atlântica das

²³⁸ Orwell, George, *Recordando a Guerra Espanhola*, Antígona, Lisboa, 2003, p.36;

²³⁹ “A Guerra Civil espanhola não é para Portugal uma questão de ideologia política; é uma questão de paz ou de guerra, de vida ou de morte, de dependência ou de independência.” Armindo Monteiro, no Verão de 1936 a Ralph Glyn, secretário-particular do primeiro-ministro inglês. Citado em Oliveira, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, p.137;

relações externas e ao império colonial português. Segundo a propaganda do fascismo, em Espanha decidia-se a luta entre a civilização ocidental cristã e a “barbárie comunista”. Desde o início, Salazar não escondeu o seu apoio incondicional à causa nacionalista, dado que para Portugal a vitória dos sublevados significaria a existência de um regime com que partilharia pressupostos ideológicos e políticos, constituindo um aliado em vez dum inimigo. A realidade histórica revelou que a posição do regime de Franco em relação a Portugal sempre foi ambígua, sendo o desiderato falangista de anexação uma realidade muito forte quando as potências do Eixo estavam a ganhar a guerra.

A eclosão da guerra no país vizinho permitiu a Salazar concentrar em si o poder – característica transversal às diversas versões do fascismo – acumulando as pastas dos Negócios Estrangeiros, das Finanças, da Guerra e da Presidência do Conselho. A sublevação nacionalista foi feita contra um governo democraticamente eleito e legítimo, violando o direito internacional e demonstrando a fraqueza da Sociedade das Nações. Como sinal da importância concedida por Salazar à causa nacionalista, Pedro Teotónio Pereira foi destacado como agente especial junto de Franco.

Portugal teve uma importância muito significativa no desenrolar dos primeiros meses do conflito: sem a ajuda prestada pelo governo português, que permitiu a entrada de munições e armamento pelo porto de Lisboa, num contexto em que os principais portos de Espanha se encontravam na posse das forças republicanas, o resultado deste conflito poderia ter sido diferente²⁴⁰. A posição ambivalente do Estado Novo no comité – de não intervenção londrino, ao qual Salazar aderiu de forma contrariada, e na Sociedade das Nações, permitiu aos nacionalistas de Franco ter uma voz que defendesse os seus interesses e a sua causa perante a comunidade internacional. Junto da Grã-Bretanha, Salazar, coadjuvado por Armindo Monteiro, tentou demonstrar os benefícios que o apoio à Junta de Burgos poderia produzir.²⁴¹

²⁴⁰ “...o apoio logístico e material do Estado Novo se arrastar ao longo de todo o conflito, ele é particularmente importante na sua primeira fase, quando as tropas sublevadas tentavam a todo o custo a união entre as forças do Norte e do Sul. Nesse momento Portugal constituiu uma importante e decisiva retaguarda para os revoltosos...” Rezola, Maria Inácia, *O Estado Novo e o apoio à causa franquista in Portugal e a Guerra Civil de Espanha, Catálogo do Museu da República e Resistência*, pp. 42-43;

²⁴¹ “Em audiência efectuada em 7 de Agosto com o encarregado de negócios britânico, Charles Dodd, Armindo Monteiro vai colocar a parada bem alto, reclamando “apenas” a confirmação da aliança inglesa como contrapartida para a adesão de Lisboa ao acordo – dito de outro modo, a cobertura político-

O apoio logístico dado por Portugal foi fundamental para o sucesso de Franco. O Estoril foi base da conspiração espanhola na antecâmara do conflito, tendo os membros da “colônia espanhola” plena liberdade de actuação. Os hotéis Vitória e Avis foram embaixadas franquistas em Lisboa. Sebastião Ramirez foi nomeado coordenador do envolvimento português na guerra civil de Espanha, havendo a preocupação – por parte de Salazar – de acompanhar todas as questões relativas ao conflito. A ajuda prestada por Portugal teve diversas vertentes²⁴², sendo a financeira uma das mais relevantes. A abertura de créditos no Banco de Portugal e no Banco Espírito Santo foi um importante contributo financeiro dado pelo Estado português ao esforço de guerra nacionalista.

Motivações para defender os nacionalistas

Salazar defendeu a posição específica de Portugal, para pela primeira vez se imiscuir nos assuntos de política europeia. A razão para o envolvimento estava no perigo que um governo com as características do da Frente Popular significava para o fascismo português.

A criação de um novo inimigo externo, presente na propaganda como o iminente perigo vermelho, permitiu a Salazar ter uma causa de coesão interna, levando-o a incitar ao patriotismo e a reforçar o seu próprio poder pessoal. A política ibérica de Salazar, apesar das suas intrínsecas ambiguidades e do seu carácter excepcional, nunca pretendeu verdadeiramente sair da órbita de influência inglesa, da qual o país dependia para garantir a sua própria sobrevivência. No entanto, isto não impediu que existisse uma clara identificação ideológica com o fascismo italiano e o nacional-socialismo, aproximação

diplomática da potência aliada para as ingerências portuguesas no conflito (...) E, “como amigo da Inglaterra”, desfiava uma série de observações que os responsáveis britânicos deveriam ter em conta na análise do conflito espanhol: a possibilidade da Espanha se transformar numa “dependência de Moscovo”, com todas as consequências que daí adviriam para a posição inglesa no Mediterrâneo; ou, na eventualidade da vitória dos nacionalistas se ficar a dever em exclusivo ao auxílio ítalo-germânico, o risco da aliança dos “países de autoridade” se fortalecer em prejuízo da Inglaterra. Para evitar este último cenário, ainda segundo o ministro português, bastava que Londres não hostilizasse os paladinos da “ordem” em Espanha.” Oliveira, Pedro, *Armando Monteiro, uma biografia política*, pp. 158-159;

²⁴² “...esse apoio, de ordem diplomática, material, política e logística (...) foi factor determinante na vitória franquista. “ *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, coord. de Fernando Rosas, p. 44;

ideológica que a aliança britânica impediu a priori que se tornasse numa relação política mais próxima.

A imprensa próxima do poder justificou a entrada portuguesa na guerra com explicações eminentemente propagandísticas: a defesa da civilização cristã contra a barbárie, de apoio ao lado civilizado da Península Ibérica, contenção da ameaça bolchevique à independência e aos valores da Pátria, protecção dos valores tradicionais da família e da religião cristã contra o ateísmo comunista.²⁴³

Por conseguinte, o apoio incondicional do regime fascista aos militares sublevados foi o assumir de uma posição sobretudo defensiva face a uma nova conjuntura de conflitos e de tensões na Europa. Como sublinhou o historiador José Medeiros Ferreira, a primeira verdadeira decisão de política externa do regime foi apoiar a revolta dos militares espanhóis. A primeira metade da década de trinta foi dedicada à consolidação interna do fascismo, anulando a oposição reviralista e *democrática*, e definindo a estrutura corporativa da economia.

Apoio Militar

A economia portuguesa foi redireccionada para permitir consolidar o esforço de guerra franquista, sendo fabricadas munições e armamento nas fábricas portuguesas para fornecer a frente de guerra. O governo facilitou a passagem de material de guerra italiano e alemão, sendo fundamentais os aviões desmontados que os alemães fizeram passar pelo porto de Lisboa, dado que a força aérea espanhola ficou sob controlo das forças leais aos republicanos.

O exército português não colaborou directamente na guerra, havendo espaço para que voluntários portugueses combatessem junto dos seus congéneres nacionalistas. Como

²⁴³ “Como já se afirmou, o terror, os actos bárbaros, as violências gratuitas, o clima de ódio e de vingança eram sempre, na imprensa portuguesa e na generalidade dos casos, identificados com a República, os “marxistas”, “os vermelhos” e eram situados quase sempre num contexto global internacional em que a “maçonaria internacional” e o “comunismo internacional” constituíam como que os centros directores das violências que se cometiam na Espanha republicana.” Oliveira, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, p.211;

sublinhou Iva Delgado, a intervenção portuguesa foi de apoio inequívoco à causa de Franco, mantendo uma cooperação ambivalente com o propósito de não hostilizar a principal potência aliada de Portugal.²⁴⁴ A intervenção estritamente militar de Portugal foi insignificante, procurando manter o seu *status quo* nas relações externas com as principais potências europeias, mormente com a Inglaterra.

Na primeira fase do conflito, como já referimos, a permissão que existiu para a passagem de armamento por Portugal, a fim de abastecer as tropas sublevadas, foi crucial. Parte do auxílio bélico alemão aos nacionalistas passou – a 22 de Agosto – pelo porto de Lisboa, através dos navios Kamerun e Wigbert, carregados com aviões, bombas e munições para abastecer as tropas de Franco. São inúmeros os exemplos da fabricação em território português de material bélico, com o fim de abastecer os nacionalistas: munições, pólvora e dinamite foram produzidas pela Indústrias Portuguesas de Munições, de Sacavém; dinamite, metralhadoras e granadas na Lima Mayer e C^a, em Lisboa; granadas e munições para armas de guerra, na Fábrica do Estado, em Barcarena. Isto apesar de o decreto-lei publicado no Diário do Governo, a 27/08/1936, proibir a exportação de armamento para Espanha, decorrente da adesão de Portugal ao tratado de não-intervenção. Esta posição reflectia a estratégia diplomática portuguesa, mantendo uma fachada de legalidade e de não-intervencionismo, concomitante a um prolongamento resolutivo e oficioso da ajuda a Franco.

Salazar impediu também que navios mexicanos, carregados de munições, armamento e aviões com destino ao governo republicano, chegassem ao seu destino incólumes. Portugal tornou-se o território privilegiado para o fornecimento do apoio bélico e material nazi a Franco, essencialmente em meios aéreos de transporte e de combate que possibilitaram a passagem das tropas instaladas em Marrocos para a península.

O governo português providenciou – directa ou indirectamente – armamento, munições e material diverso ao *Rzizamento* do exército espanhol, numa fase inicial da guerra, quando as carências eram gritantes na frente nacionalista. Em relação aos

²⁴⁴ “A própria essência da intervenção portuguesa é de natureza político-ideológica (...) Tem um interesse eminentemente relativo, restringindo-se ao campo de uma ambígua cooperação.” Delgado, Iva, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, p.16;

voluntários portugueses que foram combater ao lado dos nacionalistas, denominados de Viriatos, a historiografia diverge em relação ao seu envolvimento na guerra, devendo ter-se cifrado nuns quantos milhares de voluntários. Em Maio de 1937, constituiu-se a Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha, que teve como objectivos: aprender com as novas formas de conduzir e conceber a guerra, ganhando contacto com as inovadoras técnicas de conflito de massas experimentados na Guerra Civil de Espanha; assegurar um estatuto político vantajoso para Portugal no quadro peninsular e europeu; ajudar e enquadrar os voluntários portugueses que combatiam ao lado dos nacionalistas. A Missão igualmente serviu como elemento de propaganda interna.

Os portugueses, voluntários na frente de batalha, nunca constituíram unidades autónomas, integrando-se nas preexistentes. Muitos foram integrados nas Bandeiras da Légion Etrangera, nas milícias da Falange e dos Requetés, em unidades regulares do exército e até nos serviços médicos. A Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha teve uma acção diversificada: enquadrou a sua missão, colaborou nas unidades do exército nacionalista, realizou “visitas de estudo” a Espanha, envolvendo-se na frente de batalha.

Apoio Moral

Na primeira fase do conflito, a motivação que a imprensa portuguesa e especialmente o Rádio Clube Português incutiu às tropas nacionalistas foi extremamente importante, tanto os que esperavam um sucesso rápido da sublevação como os que se encontravam encurraladas e desmoralizadas no Norte de Espanha tiveram como único contacto e verdadeira reserva moral e ideológica as emissões do Rádio Clube Português. As tropas ganharam novo ânimo após o contributo da rádio portuguesa. A RCP permitiu que os sitiados em Alcazar de Toledo fossem informados dos avanços produzidos pelas colunas militares que partiram de Talavera de la Reina para os libertar.

Toda a Guerra Civil de Espanha foi seguida com grande interesse e particular destaque pela imprensa portuguesa. A RCP teve dois locutores espanhóis: Santiago

Tarodo Fortes e Marisabel de Colomina. Aos seus microfones foram transmitidas informações úteis às tropas nacionalistas, lidas inúmeras mensagens de apoio e incentivo aos sublevados, sendo dadas indicações estratégicas do posicionamento das tropas republicanas. Tornou-se paradigmático o episódio de Alcácer de Toledo. Houve lugar a uma campanha de propaganda forte e à contra-informação relativa à informação veiculada pelos meios de comunicação republicanos.²⁴⁵

Apoio Logístico

Mesmo antes do início do conflito, Portugal foi uma base de conspiração das direitas espanholas, tendo o general Sanjurjo vivido durante anos refugiado no Estoril. O episódio do seu falecimento, após a queda do avião em que se encontrava, devida a carga excessiva, é representativo do apoio que o Estado Novo prestou desde muito cedo aos protagonistas directos e indirectos do golpe do 18 de Julho de 1936. O governo republicano agiu no sentido de evitar a saída de Sanjurjo de Portugal, através do seu embaixador Sanchez Albornoz, que contactou o ministério dos negócios estrangeiros nesse sentido, e de um pedido feito directamente ao governo português. Salazar comunicou ao governo de Madrid que não autorizaria a partida do general de qualquer aeroporto militar, afirmando que nada teria a ver com o que acontecesse em aeródromos privados. Resposta ambivalente, que permitiu ao ditador português manter as aparências junto do governo espanhol e da comunidade internacional, sem nunca descurar o interesse dos nacionalistas. Abordagem diplomática que seria prolongada ao longo da guerra, permitindo a Portugal defender os interesses de Franco junto das potências não-intervencionistas, tentando não hostilizar abertamente a república espanhola. No Verão

²⁴⁵ “Foi pois inevitável que a grande imprensa portuguesa, quase unânime no apoio ao Estado Novo e ao seu líder, tivesse noticiado, com larga reprodução de pormenores descritivos, os actos de violência cometidos na zona republicana e tendesse sempre a silenciar actos de violência concretizados na zona “nacional” ou levados a efeito pelas tropas nacionalistas. De resto, os serviços de censura encarregavam-se de cortar, parcial ou totalmente, as referências dos jornalistas e dos telegramas das agências noticiosas a actos de violência praticados pelos “nacionais”. E a sua acção reforçava a tonalidade dominante na imprensa portuguesa, de apoio inequívoco à Espanha “nacional” e de ataque sistemático à Espanha republicana.” Oliveira, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, p.211;

de 1936, os nacionalistas tornaram Lisboa um centro político de auxílio à sua sublevação, cuja principal prioridade foi obter material de guerra. Neste quadro deu-se a criação da Junta de representação do Estado Espanhol, dirigida por um antigo diplomata, Mariano Azaña, estrutura que só seria dissolvida em Maio de 1938, quando a vitória de Franco parecia quase certa.

A liberdade concedida pelo regime aos emigrados políticos espanhóis foi absoluta: entre o Estoril, Santo Amaro de Oeiras, a Parede e Lisboa, os conspiradores espanhóis conspiraram livremente, tendo a polícia política portuguesa recusado conceder qualquer espécie de informação relativa aos representantes da direita espanhola, quando contactada pelas autoridades consulares e diplomáticas da República espanhola. Os emigrados políticos que atravessaram a fronteira depois do *Aztlamento*, foram rapidamente integrados na colónia espanhola residente em Portugal.

Logo após a sublevação de 18 de Julho, a Falange espanhola conseguiu constituir núcleos seus em Portugal. Verdadeira milícia de inspiração fascista, contribuiu para ratificar a opinião de que o Estado Novo foi um fascismo. Em termos institucionais, entre os dias 8 e 15 de Agosto de 1936, formou-se a representação da Junta de Burgos em Lisboa, que passou a coordenar toda a ajuda material e política portuguesa à Espanha nacionalista.

Por acção directa do Estado português, Portugal tornou-se uma retaguarda logística indispensável para Franco, mormente durante a fase inicial do conflito, quando as tropas encerradas no Norte de Espanha ainda não se tinham reunido às presentes no sul do território, permitindo a existência de meios de comunicação entre as duas zonas ocupadas pelos nacionalistas no começo do conflito e tendo os refugiados políticos vermelhos sido frequentemente entregues aos seus inimigos espanhóis. A GNR, a Guarda-fiscal e algumas unidades do exército e da polícia foram mobilizados para guardar a fronteira terrestre com Espanha, prevenindo contra a entrada de refugiados vermelhos.

Apoio Diplomático

Uma das mais importantes formas que Portugal teve de apoio à causa nacionalista foi a apologia das suas posições feitas junto da comunidade internacional, especialmente junto da aliada inglesa. Nos organismos de regulação da ordem política emanada do Tratado de Versalhes, como a Sociedade das Nações, os sublevados não tinham qualquer representação, sendo o governo de Madrid considerado legítimo junto de potências como a Grã-Bretanha e a França, estando representado na SDN e no Comité de não-intervenção londrino. Portugal foi o porta-voz dos interesses de Franco nestas instituições.

Na primeira fase do conflito, Portugal (seguindo a diplomacia italiana e germânica) tentou protelar ao máximo as negociações de um acordo de não – intervenção, arrastando a situação enquanto os sublevados não tomassem posse de localidades costeiras e encontrassem alternativas ao abastecimento de equipamento militar que passava pelo porto de Lisboa. Quando as forças sublevadas estivessem plenamente abastecidas de armamento e munições e conseguissem dominar alguns pontos estratégicos do litoral de Espanha, Portugal poderia aceitar a ficção da não-intervenção no conflito, verdadeiro corolário da manifesta impotência que a comunidade internacional tinha para conter os ímpetos belicistas das potências fascistas.

Salazar orientou a sua política referente ao Comité de não-intervenção londrino com a intenção de o tornar uma instituição inócua e impotente perante os desideratos das potências fascistas, sem nunca procurar hostilizar abertamente a Inglaterra. Concertando estratégias políticas com o fascismo italiano e o nazismo alemão, Portugal prestou um significativo apoio à causa nacionalista no comité londrino. A política portuguesa de não intervenção conheceu o seu fim logo em 1937,²⁴⁶ assumindo Portugal um estatuto ambivalente de intermediário entre as potências democráticas ocidentais (a França e a Inglaterra) e os nacionalistas espanhóis.²⁴⁷ O governo português “rompeu”

²⁴⁶ “No Verão de 1937, tendo a Alemanha, a Itália e Portugal suspenso a sua participação no sistema de fiscalização marítima e terrestre, como represália pelo bombardeamento republicano ao couraçado alemão *Leipzig*, a política de não-intervenção recebe o seu golpe de misericórdia.” “Oliveira, Pedro, *A Diplomacia Portuguesa e a Guerra Civil de Espanha in Portugal e a Guerra Civil de Espanha, Catálogo do Museu da República e Resistência*, pp. 92-93;

²⁴⁷ “...o general Franco encontrou em Oliveira Salazar um interlocutor privilegiado junto de governos com os quais Portugal mantinha um relacionamento mais íntimo, designadamente o britânico.” “Oliveira, Pedro,

diplomaticamente com o governo legítimo de Madrid, após acusações de “quebra” do acordo de não-intervenção.

Salazar e os seus ministros nunca realmente questionaram a prevalência da aliança britânica. A ajuda diplomática aos nacionalistas de Franco nunca verdadeiramente pôs em causa a vital importância da aliança inglesa.²⁴⁸ No entanto, pela primeira vez, Portugal aceitou apoiar uma força política que, teoricamente, poderia ser hostil aos interesses do império britânico.

Na Sociedade das Nações, onde os nacionalistas não tinham representação, Armindo Monteiro interveio em Setembro de 1936, advogando que a sublevação nacionalista representava a expressão da vontade do povo espanhol. Na 18ª Assembleia-geral da SDN, Portugal votou contra a resolução que condenava a acção dos nacionalistas, ficando sem efeito por falta de unanimidade.

A representação em Lisboa da Junta de Burgos teve a seguinte estrutura: na presidência, Mariano Amoedo, sendo composta por vogais, delegados e funcionários, recrutando parte dos seus elementos na comunidade espanhola e nos membros da Falange residentes em Portugal. Figuras destacadas da colónia espanhola, como os marqueses de Quintanar e de Contadero e o conde de Peña Castillo, fizeram parte da representação, que desempenhou um papel substancial na aquisição de material de guerra para o governo de Burgos, no controle dos portugueses e espanhóis que partiam para a frente de guerra e dirigindo os serviços consulares nacionalistas em território português.

Apoio Financeiro

Certamente, a abertura de linhas de crédito pelo governo português, essencialmente para comprar material de guerra, adquirido ou transitado em Portugal, foi

A Diplomacia Portuguesa e a Guerra Civil de Espanha in Portugal e a Guerra Civil de Espanha, Catálogo do Museu da República e Resistência, p. 87;

²⁴⁸ “Em 1936, por exemplo, a Inglaterra é a principal parceira comercial de Portugal, com 21% das importações e 27% das exportações (...) É igualmente o principal investidor estrangeiro, a origem da maioria da energia consumida e a fonte mais significativa de inovação tecnológica. “Telo, António José, *As Relações Peninsulares num período de Guerras Globais in “ Portugal e a Guerra Civil de Espanha, coord. De Fernando Rosas, pp.134 – 135;*

uma das principais contribuições para o esforço de guerra de Franco. A utilização de empresas e instituições bancárias portuguesas pela representação da Junta de Burgos em Lisboa facilitou o fornecimento das necessidades materiais da frente nacionalista. Foram abertos créditos no Banco de Portugal, na Caixa Geral de Depósitos e Banco Lisboa e Açores, fundamentais para o financiamento das forças de Franco.

Consequências da vitória dos Franquistas

A vitória de Franco teve importantes consequências para Portugal. No discurso oficial do Estado Novo, o comunismo tornou-se o seu inimigo principal, substituindo a oposição republicana/reviralista. Na economia, houve um reforço do corporativismo, solução que será repetida no pós II Guerra Mundial. No plano ideológico, manteve-se vivo o nacionalismo português, havendo uma declarada componente fascizante que prevaleceu até ao fim da II Guerra Mundial.

Em termos institucionais e de afirmação do regime deu-se a criação das milícias fascistas da Legião Portuguesa e da Mocidade Portuguesa, verdadeira consequência da conjuntura histórica e de identificação ideológica e doutrinal com as versões italiana e alemã do fascismo. A Legião Portuguesa foi criada como corpo voluntário, destinado a uma intervenção cívica de defesa dos interesses do Estado e à própria contenção do inimigo comunista na conjuntura bélica espanhola. A Mocidade Portuguesa funcionou como instrumento de formação e enquadramento patriótico da juventude.

O combate ao comunismo tornou-se uma das principais inclinações ideológicas do Estado Novo durante um largo período de tempo. O conflito em Espanha levou a um endurecimento da repressão do regime, consubstanciado na criação do campo de concentração do Tarrafal em Abril de 1936. As características estruturantes – em termos institucionais e ideológicos do salazarismo – formaram-se durante a Guerra Civil de Espanha e prolongar-se-ão durante décadas.

A principal consequência diplomática foi a assinatura do tratado de amizade e de não-agressão entre Portugal e Espanha (o “pacto ibérico”), em Março de 1939, e de um

protocolo adicional, em Julho de 1940. Procuraram assegurar ao Estado Novo estabilidade face às tentativas “anexionistas” da Falange espanhola.

Concluindo, a Guerra Civil criou as condições propícias a um alargamento da base social de apoio do Estado Novo, consolidando um bloco coeso, militante e ideologicamente concentrado no combate ao comunismo, cerrando fileiras em torno deste novo inimigo político e ideológico.

A Missão Militar de Observação Portuguesa e a Guerra Civil de Espanha

A Guerra Civil de Espanha foi o acontecimento histórico mais marcante e problemático da Europa entre guerras, num período histórico claramente marcado pela memória da I Guerra Mundial.²⁴⁹ Acontecimento histórico de ruptura, que foi essencialmente produto de uma reacção cultural contra o liberalismo,²⁵⁰ com raízes no pensamento filosófico, político e militar do precedente século.²⁵¹ Foi o culminar dum processo de vitória das direitas políticas fascizantes, do qual o regime português esteve particularmente ligado e comprometido desde o início do *Azizamento*, em Julho de 1936.

Várias visitas à frente nacionalista foram feitas por membros do corpo de estado-maior durante o conflito, na antecâmara e após a refundação do CEM. Muitas conclusões

²⁴⁹ “...embora sem impedir que os republicanos colocassem Portugal no quadro dos formatos comemorativos europeus. O que, no horizonte deste raciocínio, faz ecoar, pela dissonância política do calendário comemorativo, as seguintes observações: “a cultura de guerra” irriga todas as actividades sociais, culturais e políticas do entre – guerras...” Correia, Sílvia, *Políticas da Memória da I Guerra Mundial em Portugal*, p.271;

²⁵⁰ “A política não desempenhou nenhum papel significativo na Primeira Guerra Mundial. Pelo contrário, a Primeira Guerra Mundial foi uma extraordinária, monstruosa aberração cultural...” Keegan, John, *Uma História da Guerra*, p. 44;

²⁵¹ “Educado num mundo em que o *mana* real e os tabus militares se tinham aparentemente extinguido de vez, Clausewitz encontrou as palavras para legitimar a nova ordem. Não compreendeu que não se tratava de uma ordem e que a sua filosofia da guerra era uma receita para a destruição da cultura europeia.” Keegan, John, *Uma História da Guerra*, p. 51;

podem ser retiradas dos relatórios escritos por alguns dos mais destacados membros do corpo, sugerindo que os militares vivem numa realidade distinta da restante sociedade²⁵², não sendo a sua actividade passível de ser enquadrada apenas por motivações políticas ou diplomáticas²⁵³, de modo algum devendo ser considerada somente “a continuação da política por outros meios”, como afirma a tradição clausewitziana.²⁵⁴

A Missão Militar portuguesa de observação à frente fascista da guerra civil espanhola teve como propósitos o estudo do material, meios técnicos de acção e organização, métodos de combate e psicologia do exército nacionalista. Pensando nos valores “guerreiros” e da apologia moral da guerra preconizados pela ideologia fascista, a missão deveria elevar a moral “guerreira” do exército português, a partir do exemplo do seu congénere espanhol. Santos Costa refere inclusive a “tentativa de criação de uma mística militar”, retórica muito próxima da dos revolucionários fascistas²⁵⁵, que pretenderam destruir a sociedade liberal através da utilização de símbolos, do uso de uma retórica violenta e irracionalista, sempre associada a um nacionalismo omnipresente e omnipotente, apelando aos valores da guerra entendida como actividade irracional.²⁵⁶

²⁵² “Os soldados não são como os outros homens – foi esta a lição que aprendi ao longo de uma vida construída entre guerreiros. Esta lição ensinou-me a ter extremas reservas em relação a todas as teorias e representações da guerra que a colocam em pé de igualdade com qualquer outra actividade humana.” Keegan, John, *Uma História da Guerra*, p. 17;

²⁵³ “A guerra é totalmente diferente da diplomacia ou da política porque deve ser travada por homens cujos valores e competências não são os dos políticos ou diplomatas. São os de um mundo à parte, um mundo muito antigo que existe em paralelo ao mundo do dia-a-dia mas que não lhe pertence. Ambos os mundos ao longo do tempo, e o mundo dos guerreiros adapta-se a par do civil.” Keegan, John, *Uma História da Guerra*, p. 17;

²⁵⁴ “A GUERRA não é a continuação da política por outros meios. (...) No entanto, a guerra precede em muitos milénios o estado, a diplomacia e a estratégia.” Keegan, John, *Uma História da Guerra*, p. 21;

²⁵⁵ “Pelo exemplo oferecido, procurar elevar a moral, até há alguns anos bastante deprimido, do Exército português. Tentativa de criação de uma mística militar destinada a convencer que os exércitos se fazem para combater e não para se burocratizarem.” Costa, Santos, *nota do sub-secretário de estado da guerra*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1938, p.1;

²⁵⁶ “Olhar para lá da escravatura militar, para as ainda mais estranhas culturas militares dos polinésios, dos zulus e dos samurais, cujas formas de fazer a guerra desafiam por completo a racionalidade da política tal como é entendida pelo Ocidente, permite compreender quão incompleta, limitada e enganadora é a ideia de que a guerra é a continuação da política.” Keegan, John, *Uma História da Guerra*, p. 47;

3.2 Visita à frente de D. Benito, pelo tenente de artilharia do CEM José António da Rocha Beleza Ferraz

Dentro da mais vasta missão de observação portuguesa realizada às frentes da Guerra Civil de Espanha, inclui-se o relatório assinado pelo então tenente de artilharia José António da Rocha Beleza Ferraz, a 8 de Junho de 1937, a partir do Quartel-General da IV Região Militar, em Évora.

Às visitas ao Sul de Espanha devem-se factores essencialmente políticos, devido à proximidade com a fronteira portuguesa.²⁵⁷ Assentes num putativo contágio da conjuntura bélica a Portugal, mormente se os “vermelhos”, isto é, as fragmentadas e heteróclitas forças republicanas, se conseguissem superar perante os nacionalistas. O medo do imperialismo espanhol não assentava exclusivamente numa eventual vitória da Frente Popular,²⁵⁸ cenário cada vez mais longe da realidade no Verão de 1937, depois dos nacionalistas terem conseguido estabilizar as suas posições.

A viagem de reconhecimento à frente sul do exército nacionalista começou no dia 5 de Junho de 1937 e o autor acusou a escassa duração da visita para justificar as falhas do seu relatório.²⁵⁹ A primeira paragem da visita foi em Badajoz, onde Ferraz, acompanhado pelo governador militar de Elvas e por mais 4 oficiais daquela guarnição, encontrou-se com o governador militar local, que os guiou até Almendralejo, sede do Quartel-General da 21ª Divisão, pequena povoação a sudeste de Badajoz. Ali, confraternizou com o general comandante do Corpo do Exército da Estremadura, General

²⁵⁷ “Julgo que no presente momento internacional é a fronteira de Elvas a que mais cuidado e atenções deve merecer, dada a maior facilidade de terreno e dado o caso e dado o caso da frente da guerra civil espanhola estar a 60 quilómetros aproximados de Badajoz.” Nascimento, Júlio Mário da Silva, *nota do chefe do estado – maior interino*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p.1;

²⁵⁸ “Julgo que a vitória da guerra civil de Espanha, pertencerá aos Nacionalistas. (...) se a vitória dos partidos da frente popular espanhola, é extraordinariamente perigosa para nós portugueses, e que nos poderá conduzir a situações difíceis, que não posso prever, com o seu sonho da união das repúblicas ibéricas, eu julgo todavia, que embora com perigo menor, no entanto esse perigo existe com a vitória dos nacionalistas, com a sua ambição imperial da unidade ibérica.” Nascimento, Júlio Mário da Silva, *nota do chefe do estado-maior interino*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p.1;

²⁵⁹ “O tempo destinado a este reconhecimento, foi demasiado escasso, para se poder fazer um trabalho completo e consciencioso, como seria nosso desejo.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p.1;

Solans, e com o comandante da 21ª Divisão, coronel D. Eduardo Canizares. O espírito de camaradagem é recorrente ao longo das viagens efectuadas por oficiais portugueses à frente espanhola, sendo um *leitmotiv* que se repete.²⁶⁰

Seguiu-se uma visita ao sector de Sta. Amália, muito próximo de D. Benito. O reconhecimento do território constitui uma parte interessante do relatório, levando o autor a comparar as pequenas povoações da Estremadura espanhola com as do Alentejo.²⁶¹ Era um terreno diferente daquele ocupado pelas tropas de Franco, e da zona a norte de Almendralejo até ao rio Guadiana. Numa guerra marcada também por ofensivas algo dilatadas no tempo, um bom reconhecimento do terreno tornou-se crucial, sendo as protecções naturais realçadas e aproveitadas. Ferraz destaca a existência de “grandes cerros e cabeços, isolados, afastados entre si, alguns vários quilómetros, 4, 6 e mais e com cotas chegando a atingir 200 metros o que oferece óptimos postos de observação com vistas amplas em todos os sentidos.”²⁶²

O território plano facilitou a movimentação das tropas, devido à inexistência de acidentes naturais, no entanto, os pontos de observação constituíam um perigo, porque a sua localização favorável podia beneficiar o inimigo. O reconhecimento efectivo da frente da região de D. Benito permitiu concluir que pertencia à mais abrangente frente da Estremadura, que começava em Villar de Rena, a escassos 12 quilómetros de D. Benito, e se estendia até às proximidades de Córdova.

Tropas de Cáceres guardavam a zona a norte de Villar de Rena, até ao Tejo, ficando o sul da região de Córdova protegido pelas divisões da Andaluzia. A defesa da relevante, para os interesses de Portugal, frente da Estremadura esteve a cargo de duas divisões, chefiadas pelo general Solana, ocupando uma frente de 240 km. Existia nesta região também uma brigada de tropas italianas, constituída por camisas negras (milicianas) e tropas regulares, unidade independente subordinada directamente ao

²⁶⁰ “Terminado o almoço, que decorreu na mais franca e leal camaradagem...” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p.1;

²⁶¹ “...mantendo – se as estradas em muito bom estado, ligando entre si todas as povoações que, com as do nosso Alentejo se assemelham, mas para pior.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p.2;

²⁶² Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p.2;

comandante dos exércitos do sul, general Queipo del Llano. Recentes estudos historiográficos espanhóis²⁶³ destacam que a ajuda italiana aos nacionalistas foi de maior dimensão e certamente de maior importância do que a ajuda alemã, facto que se deveu às ambições imperialistas de Mussolini.²⁶⁴

A 21ª Divisão estava colocada à esquerda da frente da Estremadura e o oficial português visitou-a. Liderada pelo coronel D. Eduardo Canizares, tinha como missão guarnecer uma frente substancialmente extensa, de cerca de 100 km. A divisão era constituída por duas brigadas de infantaria, comandadas por tenentes-coronéis, cada uma sendo composta por 4 e 6 batalhões. Sendo a primeira característica bastante comum.²⁶⁵ Na guerra moderna, as brigadas constituíram a mais pequena e operativa das “Grandes Unidades” dos exércitos terrestres, sobretudo no âmbito da guerra convencional, paradigma a que a Guerra Civil de Espanha não fugiu. Os batalhões em causa tinham uma composição heteróclita, havendo companhias de falangistas e de infantaria de linha. Um dos batalhões era constituído exclusivamente por marroquinos. A divisão continha ainda oito esquadrões de cavalaria, compostos por mouros, tropas de linha e falangistas. O quartel-general desta divisão ficava localizado em Almendralejo, a 40 km da frente.

Diversas pequenas povoações ficaram sob o controlo da 21ª Divisão.²⁶⁶ A linha ocupada pelas tropas situava-se sensivelmente a poucos quilómetros destas localidades. Em termos estritamente militares, os efectivos que guarneciam as posições desta divisão

²⁶³ “SE FRANCO VOGLIAMO seguire/,/Per la Spagna dobbiam moriré./Viva, viva il caballero,/Viva Franco il Condottiero.” Este es uno de los cantos de los italianos del bando franquista, cuya acción estudia la obra *Militares italianos en la Guerra Civil española*. Esta obra vuelve a poner sobre la mesa la gran importancia de la ayuda de Benito Mussolini a Franco, más decisiva que la alemana. (...) El análisis de la contribución italiana sería incompleto sin tener en cuenta la marina y la aviación, como destacan J. Mª Manrique, C. Murias y C. Castanón en *Militares italianos en la Guerra Civil española* (...) De este modo, la Regia Marina suplió la falta de flota de Franco (...) La aviación italiana también tuvo un papel destacado, especialmente desde 1937.” Casals, Xavier, *Así fue a intervención italiana en la guerra civil* in *Clio, História*, Ano 9, nº 109, pp. 18-25;

²⁶⁴ “...a Itália com o pé dentro da Espanha, tendo já fortificado Ceuta, quererá num futuro próximo, atirar com Gibraltar ao mar, para ficar senhora do Mediterrâneo.” Nascimento, Júlio Mário da Silva, *nota do chefe do estado-maior interino*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p.1;

²⁶⁵ “BRIGADA – (...) Comporta geralmente vários batalhões de infantaria...” Freire, João, *Glossário de termos militares*, p.8;

²⁶⁶ “A posição a cargo da 21ª Divisão era, até ao dia 5, definida duma maneira geral, pela seguinte linha de povoações, todas na posse das tropas nacionalistas – Villar de Rena – Sta. Amália – Valdetorres – Oliva de Mérida – Palomas – Puebla de la Rena – Hornachos – Retenal – Campillo de Lorena – La Granja de Torrecharmosa.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p.4;

eram absolutamente escassos, havendo dificuldade em assegurar uma frente de 100 km, situação que levou o comando operacional a procurar soluções menos convencionais, devido à impossibilidade de manter uma ocupação regular e efectiva do território,²⁶⁷ afastando-se duma concepção mais clássica. O conceito de nação armada prevê um papel determinante prestado pelos reservistas²⁶⁸, que transparece no modo como as forças nacionalistas estavam organizadas.²⁶⁹

Beleza Ferraz adjectiva o inimigo em termos desprestigiantes, considerando-o ineficiente.²⁷⁰ A escassez das tropas de Franco é novamente realçada, havendo poucos efectivos entre a região de D. Benito e Mérida.²⁷¹ A preocupação em manter os republicanos sob vigilância é referido²⁷², não havendo uma posição sistemática de observação do inimigo, mas sim uma “simples cortina de fogos”²⁷³. Na generalidade, com efectivos inferiores ao desejável, as posições de observação contavam com

²⁶⁷ “...o Comando adoptou um sistema que, devo dizer, me parece mais adequado à situação. (...) mantém na frente uma ligeira cortina de fogos, obtida com o cruzamento das trajectórias das armas automáticas aproveitando o máximo alcance, sem profundidade alguma, e até mesmo, em muitos sítios sem continuidade.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p.4;

²⁶⁸ “No sistema da Nação armada o princípio da preponderância das reservas é lei suprema da organização militar: não mais distinção entre exército activo e exército de reserva ou de segunda linha.” *Reformas militares de 1937*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1938, p. 7;

²⁶⁹ “À retaguarda, existem reservas prontas a actuar e a acorrer a qualquer ponto ameaçado. Estas reservas, escalonadas em profundidade, e que chegam a estar situadas a mais de 40 km; serão, no dizer do Comando, deslocadas para a frente por meios auto, ou a cavalo se trata de cavalaria.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p.4;

²⁷⁰ “Não vi, durante todo o percurso pelas estradas, nenhum agrupamento de material auto; é n entanto provável que exista e como se trata, ou pelo menos se tem tratado, de um inimigo nada enérgico e empreendedor, é possível que cheguem a tempo.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, pp. 4-5;

²⁷¹ “Assim, por exemplo, em Sta. Amália, um dos pontos mais próximos de D. Benito e por onde passa a estrada principal que se dirige a Mérida, as tropas que ali vi estacionadas, não deviam de ser mais de 2 companhias de infantaria incompletas e 1 esquadrão de cavalaria. Em Mérida, talvez outras 2 companhias.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p. 5;

²⁷² “Vejam agora como é que está ocupada propriamente a posição em contacto com o inimigo.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p. 5;

²⁷³ Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p. 5;

demasiados homens, na opinião crítica do autor.²⁷⁴ Segue -se uma descrição dos abrigos dos nacionalistas, em termos críticos, reminiscentes de um qualquer estudo etnográfico mordaz.²⁷⁵

Seguidamente, a narrativa descritiva de Beleza Ferraz é muito próxima, nalguns aspectos, da de George Orwell.²⁷⁶ Começando por destacar a precariedade dos abrigos construídos pelos nacionalistas²⁷⁷, muito longe do expectável perante as práticas de guerra modernas. A ausência de combates e a falta de perspectivas que aconteçam, como narrado também na primeira pessoa por Orwell²⁷⁸, está presente neste testemunho, de forma subjacente ao relatado.²⁷⁹ Em síntese, o relatório de Beleza Ferraz está próximo de uma análise psico-social dos membros das forças nacionalistas e republicanas, com uma forte componente técnico-militar. Focarei em pormenor de seguida estes relatórios tal como as suas semelhanças com o do eminente escritor britânico George Orwell²⁸⁰.

²⁷⁴ “No alto dos cabeços ou cerros têm montado os postos de observação e de ligação óptica, guarnecidos aliás com gente de mais para aquele serviço.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p. 5;

²⁷⁵ “Como observatórios devo dizer que são esplêndidos, com óptimas vistas e horizontes extensos. Aí têm uns abrigos ligeiríssimos e umas choças onde dormem, tudo rodeado por um muro de pedra solta o que dá ao conjunto, um aspecto de uma sanzala africana.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p. 5;

²⁷⁶ Cf. Orwell, George, *Recordando a Guerra Espanhola* e principalmente Orwell, George, *Homenagem à Catalunha*;

²⁷⁷ “As obras que vi são mal executadas, ligeiras e visíveis. Os abrigos pareceram – me pouco resistentes, incómodos e as trincheiras mal construídas.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p. 6;

²⁷⁸ “Devo de dizer de passagem que vi muitos poucos combates durante todo o tempo que permaneci em Espanha. Estive na frente de Aragão de Janeiro a Maio, e entre Janeiro e fins de Março pouco ou nada aconteceu nessa frente, excepto em Teruel. (...) As coisas que geralmente consideramos os horrores da guerra raramente me aconteceram. Nunca nenhum avião largou uma bomba perto de mim; não creio que tenha explodido alguma granada a menos de cinquenta metros da minha pessoa, e só uma vez participei num combate corpo-a-corpo (e devo dizer que uma vez já é de mais). Claro que estive muitas vezes sob forte fogo de metralhadora, mas geralmente de muito longe. Até em Huesca estávamos, de modo geral, em relativa segurança, se tomássemos precauções razoáveis.” Orwell, George, *Homenagem à Catalunha*, pp. 32 – 33;

²⁷⁹ “Quanto à dissimulação é coisa em que ninguém pensa, do lado inimigo as coisas passam – se da mesma forma, ou talvez para pior.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p. 6;

²⁸⁰ “Parecia não haver esperança de qualquer combate a sério. Quando saímos do monte Pocero contei as minhas balas e verifiquei que em quase três semanas disparara apenas três vezes contra o inimigo. Dizem

Ferraz ridiculariza o aspecto exterior dos militantes nacionalistas, tacitamente condenando a sua denodada falta de rigor e profissionalismo. “A visita que fiz foi tão rápida que a nada mais me poderei referir se não ao estado do seu fardamento e ao aspecto exterior. Isto é francamente mau. Vêm-se tropas de linha, mouros, réquetés e falangistas cada um com o seu fardamento mais variado e à vontade possível.”²⁸¹ É nestas passagens que o seu testemunho se assemelha mais às de um etnógrafo cáustico, demonstrando inclusive um certo desdém pela forma risível em que os nacionalistas se apresentavam. “Vi nas trincheiras soldados falangistas com chapéus de palha na cabeça, idênticos aos dos nossos segadores alentejanos, fatos macacos e alpercatas, tudo num grande desalinho e porcaria. Um capitão com quem falei bastante estava vestido da seguinte forma: fato macaco cinzento com as três estrelas indicativas do posto, alpercatas brancas e barrete de bivaque na cabeça.”²⁸² Para um oficial dum corpo de elite separado e fechado às massas, é natural e compreensível que nutrisse um particular desprezo perante a falta de “postura”, de um sentido de *ethos* castrense, por parte destes franquistas.

Segue-se um apontamento sobre o estado moral das forças fiéis a Franco, que me permite concluir que a guerra é sempre uma actividade *MORAL*, cultural²⁸³ e concebida com valores, neste caso particularmente ideológica. A moral dos seus aliados pareceu-lhe positiva²⁸⁴ e o desenrolar do conflito veio dar razão às suas intuições de que a vitória fascista não estava em verdadeiro risco. No entanto, os nacionalistas não pensavam que a sua vitória adviesse da sua superioridade em termos de equipamento e armamento, que se

que são precisas mil balas para matar um homem e, por aquele andar, só dali a vinte anos mataria o meu primeiro fascista. No monte Oscuro as linhas estavam mais próximas e disparávamos com mais frequência, mas estou razoavelmente convencido de que nunca atingi ninguém. Na realidade, naquela frente e naquele período da guerra, a verdadeira arma não era a espingarda e, sim, o megafone. Impossibilitados de matar o inimigo, ao menos gritávamos – lhe. Este método de guerrear é tão extraordinário que se torna necessário explicá-lo.” Orwell, George, *Homenagem à Catalunha*, p. 53;

²⁸¹ Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p. 7;

²⁸² Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p. 7;

²⁸³ Keegan, John, *Uma História da Guerra*, p.10;

²⁸⁴ “Sobre este ponto, somente poderei referir-me ao que observei no Quartel General, visto terem sido quase os únicos elementos com quem tomei contacto. Entre estes, o estado moral pareceu – me bom. Esperam a vitória final com a certeza absoluta, não receando qualquer reviravolta na situação, que julgam ser absolutamente favoráveis a eles.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p. 7;

deveu à ajuda dos congéneres fascistas italianos e alemães. De forma tácita, declararam que a vitória se deveria a um factor *MORAL*, aos valores que presidiram à ideologia fascista, em detrimento dos valores do inimigo.²⁸⁵

O conceito de economia de guerra – fundamental para perceber o desenrolar e o resultado das duas grandes guerras – também serve como instrumento de análise da Guerra Civil de Espanha. Por volta de 1937, os nacionalistas não dominavam os principais centros industriais de Espanha, beneficiando sim do facto de terem em seu controlo a zona agrícola do país vizinho,²⁸⁶ como refere Ferraz.

O relato de Beleza Ferraz volta a aproximar-se bastante do de Orwell²⁸⁷ ao referir a ausência de combates, até de disparos ou de qualquer espécie de actividade bélica.²⁸⁸ A negligência algo grosseira decorrente desta inactividade reflectiu-se tanto na acção dos republicanos²⁸⁹ como da dos nacionalistas.²⁹⁰ Para quem está familiarizado com a obra de

²⁸⁵ “Dizem que a vitória talvez mais do que pela força das armas, há-de vir pela decomposição interior e como eles têm a retaguarda firme, a vitória pertencer-lhes-á.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p. 7;

²⁸⁶ “Dizia-me também que eles, nacionalistas, têm que vencer porquanto têm na mão a zona produtora de Espanha, enquanto os outros, os vermelhos, só têm a zona consumidora. Eu acrescentarei; produtora mas agrícola, visto que a mineira e a industrial não têm.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p. 8;

²⁸⁷ “Um dia, em Fevereiro, vimos aproximar-se um avião fascistas. Como de costume, arrastou-se uma metralhadora cá para fora, levantou-se o cano e toda a gente se deitou de costas, para apontar bem. As nossas posições isoladas não valiam a pena ser bombardeadas e, normalmente, os poucos aviões fascistas que passavam por ali desviavam-se, para evitarem ser alvejados pelas metralhadoras. Desta vez, porém, o aparelho passou-nos mesmo por cima, mas tão alto que seria inútil disparar, e em vez de bombas deitou-nos umas coisas brancas, que revolteavam no ar. Algumas caíram na posição. Eram exemplares de um jornal fascista, o *Heraldo de Aragón*, anunciando a queda de Málaga.(...) Até fins de Março, não aconteceu nada – quase literalmente nada – no lado leste de Huesca.” Orwell, George, *Homenagem à Catalunha*, p. 55 e p. 59;

²⁸⁸ “Na região por mim percorrida, e durante o tempo que por ali me conservei, a actividade era absolutamente nula. Não ouvi um tiro de espingarda, metralhadora ou canhão, pareceu-me tudo em sossego absoluto.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p. 8;

²⁸⁹ “Dois factos bastam para melhor mostrar o que acabo de dizer. Vi, nas linhas inimigas executar trabalhos de fortificação perfeitamente à vontade e sem a menor preocupação de se dissimularem, reunindo-se em grupos bastante numerosos.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p. 8;

Orwell²⁹¹, a passividade extrema dos combatentes não é de todo estranha, atingindo uma atitude de quase indolência,²⁹² que amiúde se repete,²⁹³ Tornando-se uma realidade que parecia prolongar-se indefinidamente.²⁹⁴

Antes da Segunda Guerra Mundial, o bombardeamento estratégico de posições constituídas mormente por civis foi uma realidade,²⁹⁵ manobra ensaiada na Guerra Civil de Espanha e que será utilizada tanto pelas potências fascistas como pelos aliados ocidentais.

²⁹⁰ “Do lado nacionalista as coisas passam-se de forma idêntica.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p. 8;

²⁹¹ “O tempo passava e não acontecia nada, nunca acontecia nada. Os ingleses tinham adquirido o hábito de afirmar que aquilo não era uma guerra, era uma maldita pantomina. A bem dizer, não nos encontrávamos sob o fogo directo dos fascistas. O único perigo era o das balas perdidas que, em virtude de a linha curvar para a frente de ambos os lados, vinha de várias direcções. Todas as baixas que tivemos nesse período foram causadas por balas perdidas. (...) Havia um pouco de fogo de artilharia, mas de uma ineficácia extraordinária. Até considerávamos o silvo e o estampido das granadas uma espécie de divertimento. As granadas dos fascistas nunca caíam no nosso parapeito. (...) E continuava sem acontecer nada, parecia que nunca aconteceria nada. “Quando atacamos?”, “Por que não atacamos?”, eram as perguntas que ouvíamos noite e dia tanto de espanhóis como de ingleses. Quando pensamos no que significa combater, parece estranho que soldados queiram combater, mas a verdade é que querem, sem dúvida.” Orwell, George, *Homenagem à Catalunha*, pp. 60-62;

²⁹² “Numa das trincheiras andava um grupo cavando e removendo terras, cujo efectivo não seria menor do que uma companhia. Noutras trincheiras e no alto dos cerros viam-se outros homens em atitude de quem descansa, sem que ninguém os hostilizasse, apesar de estarem ao alcance de artilharia, e noutros pontos, pareceu-me a mim, das próprias armas portáteis.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p. 8;

²⁹³ “Alem disso, quando íamos para um posto de observação nas proximidades de Medellin, fizemo-lo de automóvel. Quatro carros fazendo uma grande quantidade de pó subiram a encosta juntos, tudo às vistas do inimigo, sem que este tivesse a menor reacção.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p. 8;

²⁹⁴ “Parece que de longe a longe, às vezes com intervalos de dias, se disparam de parte a parte alguns tiros de artilharia, e com mais frequência uma ou outra rajada de metralhadora e é tudo.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p. 8;

²⁹⁵ “Informaram-me que esta (Actividade aérea) é maior um pouco traduzindo-se em bombardeamentos feitos a algumas povoações. (...) Os nacionalistas, por sua vez, bombardeiam outras povoações, parece que com mais eficácia.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p. 9;

A fase da guerra caracterizada por Ferraz não envolve grandes movimentações ou combates decisivos por parte dos nacionalistas, havendo uma maior preocupação em garantir as posições conquistadas.²⁹⁶ Por sua vez, os republicanos estariam a planejar uma ofensiva mais abrangente, que poderia “tocar” a fronteira portuguesa,²⁹⁷ mas na realidade mantiveram-se longe de realizar uma ofensiva estruturada e consequente.²⁹⁸ Hipótese algo remota, dada a pouca expressão dos efectivos das heterogêneas forças de esquerda.²⁹⁹

Beleza Ferraz conclui que a sua visita foi demasiado curta para conceber um juízo próximo da realidade no que se referia ao potencial de guerra dos republicanos. Não lhes reconhecendo grande capacidade de aguentarem as suas linhas, junto à frente nacionalista.³⁰⁰ Em relação à frente nacionalista, a opinião de Beleza Ferraz era mais segura,³⁰¹ considerando-a muito precária e que para ser derrubada não seriam necessárias grandes forças da parte dos republicanos, somente uma boa organização e um comando

²⁹⁶ “Do lado nacionalista, e no sector da 21ª Divisão, parecem haver somente objectivos de alcance limitado. Melhor rectificação das frentes, traduzida por um ou outro pequeno ataque para a conquista de melhores observatórios, ou porções de terreno (...) Porém, ataques com a ideia de exploração do sucesso, não tem havido nem parece que os haja, a não ser que aumentem muito os efectivos.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p. 9;

²⁹⁷ “Do lado vermelho, neste sector, nada tem havido que possa desmascarar as suas intenções. Seria sedutor para eles um ataque a Mérida, possivelmente prolongado até à fronteira portuguesa. Para isso, porém, necessitam de efectivos que dizem no Quartel General, não é fácil reunir, entre outras razões por falta de vias de comunicação.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p. 10;

²⁹⁸ “Alem disso, têm na linha férrea de D. Benito a Ciudad Real, uma locomotiva e alguns vagões e blindados e armados que, de vez em quando, avançam e fazem alguns tiros sem consequência. (...) O sector da 21ª Divisão, tem-se mantido calmo, não tendo havido há muito tempo quaisquer ataques nem outras acções por parte das tropas do governo de Valência.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p. 11;

²⁹⁹ “Quanto a efectivos, fiquei com a impressão de que no Quartel General não tinham informações muito seguras. Atribuem-lhe no entanto, na frente da 21ª Divisão, uma força aproximada a 6.000 espanhóis e uma Brigada Internacional.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p. 11;

³⁰⁰ “No entanto, pareceu-nos, por aquilo que tivemos à vista, não ser difícil da parte dos nacionalistas, e desde que estes tivessem forças, romper aquela frente.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p. 13;

³⁰¹ “Quanto à frente nacionalista, já podemos falar com um pouco mais de segurança.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p. 13;

forte.³⁰² Por conseguinte, uma ruptura táctica da frente sul do exército nacionalista estava ao alcance das forças de esquerda, não necessitando para tal de grandes efectivos. No entanto, tal não significava que a frente nacionalista não se pudesse recompor ou que seria – com uma ofensiva inimiga – absolutamente derrotada. Utilizando o conceito castrense de “exploração do sucesso”, Ferraz explica cabalmente que a ocupação dos nós de comunicação, na direcção de Mérida, cortando os elos de comunicação entre os Exércitos do Norte e do Sul, seria potencialmente desastrosa para os nacionalistas e inclusive para os portugueses, porque poria a fronteira em risco, noção claramente clausewitziana.³⁰³ Para tal, os “esquerdistas” teriam de tomar as ligações ferroviárias que ligavam Mérida aos exércitos nacionalistas do Sul. Ferraz mostrava-se convicto de que não o conseguiriam fazer, devido essencialmente à escassez de efectivos.³⁰⁴

Pensando novamente no conceito central de “nação armada”, Beleza Ferraz considera que uma grande ofensiva das forças de esquerda seria neutralizada pelas rápidas movimentações das reservas nacionalistas,³⁰⁵ reconhecendo a importância dos meios de transporte das tropas na forma de conduzir a guerra moderna. As forças de esquerda necessitariam de muitos efectivos para envolverem os fascistas pelos flancos³⁰⁶,

³⁰² “E assim, ficamos convencidos de que a rotura daquela frente é fácil, não necessitando para isso de grandes forças; requer simplesmente tropas organizadas e comandadas.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p. 13;

³⁰³ “...uma ética cultural limitou a sua grande tendência para a batalha decisiva de Clausewitz num grau ainda mais impressionante.” Keegan, John, *Uma História da Guerra*, p. 151;

³⁰⁴ “Se bem que Mérida fique a 30 km do ponto mais próximo da frente, e a fronteira a 85 km, o que é verdade é que para se atingirem estes objectivos são necessários bastantes efectivos.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p. 13;

³⁰⁵ “O terreno é aberto, não dá apoios para os flancos, de modo que uma penetração em dedo de luva, sem garantia dos flancos e da retaguarda, arriscava-se a ser ameaçada por reservas que acoressem em caminho de ferro ou auto-transportadas, quer do Norte do Sul.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p. 13;

³⁰⁶ “De modo que, para os vermelhos tentarem uma operação desta envergadura, com probabilidades de êxito, necessitam de o fazer com forças suficientes para dar ao movimento uma larga amplitude, sem o que, não deixando de ser possível, se torna no entanto perigosa.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p. 13;

não sendo uma possibilidade premente nem de todo plausível.³⁰⁷ O autor conclui assegurando que as linhas dos seus aliados não deveriam soçobrar.³⁰⁸

3.3 Visita à frente sul por parte do Curso do Estado Maior, relatório sobre a Missão Militar de Observação Portuguesa assinado pelo tenente-coronel do CEM José Filipe de Barros Rodrigues

Em Maio de 1938, os alunos do curso do estado maior, e por conseguinte potenciais membros do CEM visitaram a frente sul nacionalista. A missão militar foi confiada ao tenente-coronel José Filipe de Barros Rodrigues, um dos oficiais mais importantes e influentes do corpo do estado-maior durante os anos 30. A visita foi realizada à frente sul dos exércitos nacionalistas de Franco, numa zona extensa que compreendia sectores, estabelecimentos e organizações da retaguarda fascista em cidades como Sevilha, Málaga, Córdoba, Granada e à base naval de Cádiz.

O programa foi estabelecido com propósitos bastante ambiciosos, dado que simultaneamente se tratava de uma missão de reconhecimento, com componentes de táctica, serviços, estratégia e Geografia Militares, sendo feita a avaliação do potencial bélico dos nacionalistas, como função transversal a estabelecer pelos alunos do curso e pelo líder da missão. A situação militar já era claramente favorável às forças fascistas neste período, estando as operações a norte do Ebro paralisadas por dificuldades logísticas dos nacionalistas. Para Barros Rodrigues, era a sul do Ebro que se iriam dar os principais recontros.³⁰⁹ Na esteira da guerra moderna, que provavelmente – em termos das suas concepções mais sofisticadas – remonta à guerra franco-prussiana de 1871, é

³⁰⁷ “Seja como for, não vemos um perigo imediato para nós, porquanto, 85 km levam muito tempo a percorrer, a não ser que sejam transportados com colunas auto-transportadas ou unidades de cavalaria.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p. 13;

³⁰⁸ “Parece, porém, que até à data, se não empregaram e é natural por isso que as não possuam, de modo que isso garante-nos um certo sossego.” Ferraz, *Relatório do reconhecimento feito à frente de D. Benito*, AHM/DIV/1/38/38/07, 1937, p. 13;

³⁰⁹ “No sector ao sul do Ebro a divisão de Cavalaria guarnece uns 60 quilómetros (...) Parece-me que nesta frente, entre Teruel e o mar é que se vão desenrolar as acções principais desta época.” Rodrigues, Barros, *Nota sobre a Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, p. 5;

reconhecida a importância dos meios logísticos para fazer a guerra. Neste caso, para uma conquista decisiva, é realçada a importância de obter controlo sobre os caminhos de ferro.³¹⁰

Os efectivos na frente das forças de extrema-direita eram estimados em cerca de 820 000. Os republicanos teriam menos 100 000, dados que se referem à estimativa referente à totalidade dos exércitos em combate. As funções da missão tinham diversas dimensões, associadas ao estudo: estratégica, tática, técnica, política, social e moral. Havia especial cuidado em estudar a organização, os métodos de acção e de guerra, e a psicologia do exército nacionalista, existindo, evidentemente, uma clara conotação política a presidir a esta visita.³¹¹ Assim, a questão ideológica também esteve presente, procurando a missão dar aos alunos do curso um exemplo de bravura e combatividade, que se reflectiu na “melhor” retórica fascizante: “a fim de acordar as suas virtudes guerreiras e tentar a criação duma mística militar para o subtrair ao espírito excessivamente burocrático que o está ainda dominando.”³¹²

Existiram múltiplas razões para a visita de reconhecimento ter sido feita ao sul de Espanha. Primeiro, a variedade de disciplinas incluídas no estudo feito pelos alunos da missão.³¹³ Depois, o facto da missão anterior ter coberto as Zonas do Exército do Centro e do Exército do Norte, pouco antes da conquista de Bilbao.³¹⁴ As restantes motivações

³¹⁰ “Tem para os nacionalistas particular importância a linha férrea de Teruel a Sagunto para as posteriores operações sobre Valência. É a sua posse que visam as operações, que se estão realizando actualmente.” Rodrigues, Barros, *Nota sobre a Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, p. 6;

³¹¹ “1º - A Missão Militar tem os seguintes fins (...) exercer uma acção de presença destinada a estreitar as relações de Portugal com a Espanha nacionalista...” Costa, Santos, *Nota do sub-secretário de estado da Guerra sobre a Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, p. 1;

³¹² Costa, Santos, *Nota do sub-secretário de estado da Guerra sobre a Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, p. 1;

³¹³ “Com o Sr. Director do Curso do Estado Maior, ficou acordado, tendo em consideração que a Missão deveria interessar as cadeiras de tática, serviços, estratégia e geografia militar e a auxiliar de fortificação, que a viagem se realizasse à Zona do Exército Sul...” Rodrigues, Barros, *Relatório da Missão do Curso do Estado Maior*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, p. 1;

³¹⁴ “Terem os alunos do 3º ano visitado, no ano passado (...) visitaram: os sectores de D. Benito, Toledo, Jarama – Alto de Leon – La Granja; e, na frente Norte, os sectores de Ordunha e Bilbao que, por essa

foram: a escassez de tempo disponível, apenas catorze dias para o total da missão; a proximidade da Andaluzia em relação à fronteira portuguesa; e a existência de centros industriais de produção de material de guerra, situados a sul.

A nota enviada por Barros Rodrigues ao Quartel-General de Franco é reveladora das intenções da sua missão. Entre os quais se destaca a vertente de instrução dos alunos do curso do estado-maior e mormente a melhoria das relações entre dois exércitos de nações ideologicamente e culturalmente muito próximas.³¹⁵

A viagem começou por chegar a Sevilha, antecipada num dia por medo de infiltrações republicanas. A Missão começou por ir cumprimentar o líder e Comandante do Exército do Sul e uma das “personagens” mais importantes da “família nacionalista” e “conquistador” de Sevilha³¹⁶, a par de Franco e de Mola³¹⁷: o general Queipo de Llano.³¹⁸ “No dia 17, antes do almoço, visitou a Missão dois importantes estabelecimentos da Indústria Militar Espanhola: a fábrica de Artilharia, a pirotecnia e o parque de artilharia. Esta visita foi, segundo me afirmou o Snr. Coronel Ferreira de Passos e os demais oficiais, interessantíssima, tendo colhido os alunos grandes ensinamentos e dados estatísticos interessantes a respeito do potencial de Guerra dos Nacionalistas

ocasião, estava a ser fortemente atacado, tendo caído essa cidade em poder dos Nacionalistas pouco tempo depois.” Rodrigues, Barros, *Relatório da Missão do Curso do Estado Maior*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, p. 1;

³¹⁵ “A Sua Ex^a o Snr. General Chefe do Estado Maior do Quartel General do Generalíssimo – 2^a Secção – Burgos – tendo sido da maior vantagem, não só sob o ponto de vista de instrução e interesse militar, mas também e sobretudo, sob o ponto de vista do estreitamento entre os dois exércitos, e, conseqüentemente, entre os dois países...” Rodrigues, Barros, *Relatório da Missão do Curso do Estado Maior*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, p. 2;

³¹⁶ “No dia 18 de Julho ocorreram os levantamentos da Andaluzia. Em Sevilha o general Queipo de Llano, comandante dos *carabineiros*, realizou aquilo que pode considerar – se de todos os aspectos um extraordinário golpe de mão.” Thomas, Hugh, *A Guerra Civil de Espanha*, p. 107;

³¹⁷ “Mola mandava na Espanha Setentrional, do Ferrol a Saragoça e dos Pirenéus até Ávila, Franco controlava o Marrocos e as Canárias, Queipo de Llano dominava a Andaluzia Nacionalista.” Thomas, Hugh, *A Guerra Civil de Espanha*, p. 143;

³¹⁸ “A Missão, logo que chegou a Sevilha dirigiu-se ao Q. G. do Exército do Sul, apresentando o snr. Coronel Ferreira de Passos os restantes oficiais ao Senhor General Comandante do Exército do Sul, depois de ter feito ao Chefe do Estado Maior, Senhor Coronel Cuesta.” Rodrigues, Barros, *Relatório da Missão do Curso do Estado Maior*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, p. 6;

Espanhóis...”³¹⁹ Pensando nas necessidades bélicas de um exército dito moderno, a existência de uma indústria militar sólida torna-se fundamental, tão relevante que a partir da observação de fábricas industriais de armamento se pode extrair conclusões relativas à capacidade de “fazer a guerra” das forças que beneficiam da sua produção.

A missão passou por Córdova e no dia 19 prosseguiu até ao Quartel-General da 23ª Divisão, comandada pelo general duque de Sevilha, D. Francisco Maria de Borbon y de la Torre, próxima de Vilaharta. Seguindo de automóvel, a missão avançou para as posições do Sector Ocidental da Divisão, passando primeiro pela região de Almaden. Acompanhados por um general, visitaram a Divisão em pormenor, aferindo que ela guarnecia uma frente de cerca de sessenta quilómetros. A sua organização defensiva assentava em bolsas de resistência e em pontos de apoio que se defendiam e protegiam mutuamente.

Pensando nas condicionantes geográficas, que desde sempre condicionaram o modo como a guerra foi feita³²⁰, o Comando nacionalista tratou de adaptar as suas forças às condicionantes do terreno.³²¹ As brigadas estavam organizadas segundo as necessidades que o terreno proporcionava, sendo o número de batalhões que as constituíam variável. Como se tornou habitual, junto às brigadas existia um centro de reabastecimento.³²² As concepções mais modernas de pensar e “fazer a guerra” alteraram-se substancialmente com o advento da I Guerra Mundial, por conseguinte, o uso de

³¹⁹ Rodrigues, Barros, *Relatório da Missão do Curso do Estado Maior*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, pp. 6 – 7;

³²⁰ “Nem os romanos nem os que procederam ao trabalho de reconstrução da estrada fizeram questão em desafiar a geografia; podemos inferir que os chefes de carros de combate alemães, independentemente de terem a ilusão de que estavam a seguir uma trajectória livre, estavam na verdade a obedecer a imposições topográficas tão velhas como a última remodelação da superfície da terra no norte da França, ocorrida com o recuo dos glaciares, dez mil anos antes.” Keegan, John, *Uma História da Guerra*, pp. 106 – 107;

³²¹ “O fraccionamento da Divisão e a organização do Comando adapta-se perfeitamente ao terreno, de modo a cada compartimento corresponder um comando e as tropas necessárias à sua defesa.” Rodrigues, Barros, *Relatório da Missão do Curso do Estado Maior*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, p. 9;

³²² “BRIGADA = A mais pequena e hoje mais funcional e operativa das “Grandes Unidades” dos Exércitos terrestres (...) Comporta geralmente (...) apoio de Engenharia (para transposição de cursos de água, minagens, etc.) e toda a logística necessária (abastecimentos, transmissões, saúde, transportes, policia militar, etc.)...” Freire, João, *Glossário de termos militares*, pp.8-9;

trincheiras e de abrigos contra ataques aéreos durante a Guerra Civil de Espanha pode ser considerado uma consequência das práticas decorrentes da Primeira Grande Guerra.³²³

Os centros de resistência e os diversos pontos de apoio eram “auto-sustentáveis”, dispondo de mantimentos, água e munições para se aguentarem durante quatro dias. Tal deveu-se essencialmente às condições geográficas do território e à extensão alargada da frente.³²⁴ À tarde do mesmo dia, foi visitado um mosteiro de frades eremitas de Córdoba, lembrando que as ideologias fascistas também tiveram uma componente conservadora e tradicionalista, a par de uma nacionalismo moderno e de uma organização de massas essencialmente moderna. Como é sabido, o fascismo pode ser considerado um fenómeno político eminentemente moderno, e não comparável a nenhuma outra espécie de ditaduras que o precederam, no entanto, na variante ibérica desta ideologia, houve uma maior influência das elites tradicionalistas associadas à Igreja Católica.

De seguida, a Missão dirigiu-se a Málaga, parando às portas da cidade, numa localidade chamada Tarifa, na zona de Cádiz. Nesta cidade costeira, foram recebidos com “fraternidade” e entusiasmo.³²⁵ Seguiu – se uma visita ao Castelo local, que lembrou uma época da história de Portugal “gloriosa”.³²⁶ Posteriormente, dirigiram-se a Algeciras, onde foram calorosamente recebidos, inclusive por duas companhias de flechas da

³²³ “Ligando e conduzindo aos locais para as armas automáticas, existe um emaranhado de trincheiras, em zig-zage, extremamente estreitas, para diminuir a sua vulnerabilidade, e de alguns abrigos à prova contra bombardeamentos aéreos.” Rodrigues, Barros, *Relatório da Missão do Curso do Estado Maior*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, p. 9;

³²⁴ “Esta organização é consequência da grande frente ocupada, da natureza do terreno, fortemente ondulado e segmentado e das poucas disponibilidades em artilharia do adversário.” Rodrigues, Barros, *Relatório da Missão do Curso do Estado Maior*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, p. 10;

³²⁵ “Às 8 horas da manhã partiu a missão em direcção a Málaga, com paragem em Tarifa, às portas de cuja cidade todas as autoridades, civis e militares, com o Coronel Governador do Campo de Gibraltar, Falangistas, crianças das Escolas e muito povo aguardava a Missão. Feitas as apresentações, a Missão deu entrada na cidade, ainda amuralhada, através de ruas decoradas com bandeiras espanholas e portuguesas e constantemente ovacionada – dirigindo-se ao Ayuntamiento ...” Rodrigues, Barros, *Relatório da Missão do Curso do Estado Maior*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, p. 16;

³²⁶ “A seguir foi percorrida a cidade, demorando-se a Missão bastante tempo no Castelo, admirando o estreito de Gibraltar, em frente de Alcácer Ceguer e de Ceuta, a nossa primeira conquista africana. Esta visita, evocando tempos gloriosos, certamente impressionou profundamente todos aqueles que compunham a Missão.” Rodrigues, Barros, *Relatório da Missão do Curso do Estado Maior*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, p. 16;

Falange Espanhola³²⁷, facto representativo da importância que estes regimes davam à educação e formação ideológica dos seus jovens, numa ética guerreira e belicista. De novo a caminho de Málaga, a Missão parou de novo, desta vez em Torremolinos, a oeste da cidade de Málaga, localidade onde foi visitada uma escola assistindo-se a vários exercícios efectuados pelos mais jovens, que desfilaram em continência, dando vivas a Espanha, a Franco, a Carmona, Salazar e a Queipo de Llano.

No “Ayuntamiento” de Málaga, a missão foi recebida, com aparato cénico³²⁸, representado por paradas, “manifestações”, movimentos de rua, discursos dos líderes, etc.

Seguiu-se uma visita à frente da 33ª Divisão, postada a leste da povoação de Calahonda, dentro do sector da Andaluzia. Tendo sido cancelada a visita às linhas avançadas desta povoação, devido a uma acção levada a cabo pelos “vermelhos”, observou-se o território de longe, o que permitiu concluir que a 33ª Divisão ocupava uma frente de 64 quilómetros e era constituída por duas brigadas de infantaria, catorze batalhões e dois grupos de duas baterias de artilharia.

A viagem prosseguiu até Granada, onde as massas locais receberam os militares da Missão em apoteose.³²⁹

Seguiu-se uma visita à fábrica de pólvora de Granada, que se distinguiu por utilizar algodão nacional e pela sua antiguidade.³³⁰ Os membros da missão prosseguiram

³²⁷ “...a Missão dirigiu-se a Algeciras, onde à porta do Ayuntamiento nos aguardavam as autoridades, civis e militares, falangistas e muito povo, fazendo uma guarda de honra uma companhia de rapazes e outra de raparigas flechas da Falange espanhola, que desfilaram em continência.” Rodrigues, Barros, *Relatório da Missão do Curso do Estado Maior*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, p. 17;

³²⁸ “À entrada do Palácio Municipal, realmente imponente, encontrava-se uma secção da Guarda Municipal e nas escadas esteve postada, com o uniforme de gala, uma secção do corpo de bombeiros. À chegada da Missão a Banda Municipal tocou os hinos português e espanhol, sendo recebidos os oficiais portugueses pelas autoridades civis e militares no Alto da Escadaria.” Rodrigues, Barros, *Relatório da Missão do Curso do Estado Maior*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, p. 20;

³²⁹ “...continuou a marcha para Granada, onde a aguardava uma multidão de mais de 6000 pessoas que lhe prestou uma manifestação verdadeiramente delirante ao apear-se à porta do hotel...” Rodrigues, Barros, *Relatório da Missão do Curso do Estado Maior*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, p. 22;

³³⁰ “Fabrica antiquíssima, parece que já do tempo dos mouros (...) e caso interessante! Estava já utilizando algodão nacional, cultivado perto de Sevilha!!” Rodrigues, Barros, *Relatório da Missão do Curso do Estado Maior*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, pp. 22 – 23;

com o reconhecimento feito à frente da 32ª Divisão. Junto ao sector da Cuesta de las Cabezas, onde os aguardava o coronel Miguel del Campo Robles, comandante de uma das brigadas que constituíam a divisão, e do regimento de infantaria aquartelado em Granada. O reconhecimento foi feita às primeiras linhas, situadas a escassos quatrocentos metros das linhas republicanas. A terceira linha da frente consistia num entrincheiramento contínuo, que cobria alguns quilómetros de forma a proteger Granada. A 32ª Divisão ocupava uma frente de 108 quilómetros e era constituída por duas brigadas de infantaria.

A caminho de Sevilha, a Missão parou na localidade de Loja, a fim de visitar a Divisão 102, onde foram recebidos pelas autoridades e população locais.³³¹ O militarismo intrínseco desta forma de extremismo é recorrentemente lembrado, na forma como o militarismo era demonstrado “ritualmente” através de desfiles e paradas,³³² estando também presente um óbvio culto do corpo e da prática do exercício físico, enquanto formador de valores e de “mentalidades guerreiras”. À chegada a Sevilha, a Missão participou numa evocação comemorativa do 28 de Maio, com a presença do general Queipo de Llano.³³³

No dia seguinte, o general Queipo de Llano passou revista à Guarnição Militar de Sevilha, a contingentes da Escola Naval e de infantaria da marinha de Cádiz, após o que discursou sobre a amizade que unia as nações fascistas: Espanha, Portugal, Itália e Alemanha. O evento concluiu a visita da Missão.

³³¹ “...onde a aguardava o coronel Castejan, Comandante da Divisão 102, reserva do exército e o seu Estado Maior, bem como as autoridades e muito povo que tributou à Missão uma quente manifestação de carinho.” Rodrigues, Barros, *Relatório da Missão do Curso do Estado Maior*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, p. 24;

³³² “O sr. Director do Curso foi convidado a passar em revista a 11ª Bandeira da Legião onde se encontram alistados 50 e tantos portugueses. Finda a revista a Bandeira fez alguns exercícios de uma forma impecável e a seguir desfilou, deixando em todos uma profunda impressão de energia, força, audácia e decisão, que realmente a Legião tem, qualidades estas que fazem com que seja, sem contestação, a mais importante e valiosa tropa de choque de que os nacionalistas dispõem. Finda a revista e retomada a marcha, a Missão assistiu, em plena estrada, aos exercícios dum Batalhão mobilizado há pouco tempo.” Rodrigues, Barros, *Relatório da Missão do Curso do Estado Maior*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, p. 24;

³³³ “A Missão, pelas 19 horas assistiu, no Consulado de Portugal a uma sessão comemorativa do 28 de Maio a que assistiu o general Queipo de Llano e oficiais do seu Estado Maior.” Rodrigues, Barros, *Relatório da Missão do Curso do Estado Maior*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, p. 26;

Barros Rodrigues teceu algumas considerações gerais sobre a Missão e o exército de Franco. O exército do sul era formado por dois corpos de exército, sendo o primeiro constituído pelas Divisões 21^a, 23^a, 112^a e 122^a. E o segundo pelas Divisões 31^a, 32^a, 33^a, 34^a e 102^a. Na sua totalidade eram compostos por cento e quarenta quatro batalhões, que se dividiam em noventa e seis referentes ao exército regular e trinta seis batalhões falangistas (milicianos). O total de efectivos do exército do sul era de cerca de 180 000 homens.

Exército que ocupava uma extensíssima frente de 500 quilómetros, desde a costa, próxima de Calahonda, até às proximidades de Madrigalejo, estando protegida pelas divisões 21^a, 22^a, 23^a, 24^a, 31^a, 32^a, 33^a e 34^a. Para além das forças mobilizadas para a frente, as denominadas forças de campanha, o exército do sul continha também forças de defesa da Costa, que tinham como função defender a Praça de Cádiz, o campo de Gibraltar e a costa de Málaga, e assegurar a defesa anti-aérea do território e da zona da frente.

A organização defensiva destas regiões baseava-se nas suas condicionantes geográficas, na disparidade dos efectivos, na falta de grandes objectivos a conquistar e na existência de importantes núcleos populacionais a proteger, tal como as fábricas de produção bélica, existentes em Sevilha, Córdoba e Cádiz. Por conseguinte, o exército do sul tinha preocupações eminentemente defensivas e não de conquista de posições ao inimigo. Nestes sectores mais importantes em termos industriais, populacionais e estratégicos é que se concentrava a maioria dos efectivos. Nos restantes sectores existia uma cobertura mais superficial, uma “ocupação de cobertura”, chegando a haver frentes com uma extensão de 108 quilómetros, como era o caso daquela que era guardada pela 32^a Divisão.

O autor destaca a simpatia e o respeito com que a Missão foi recebida, tanto pelas autoridades como pelas pessoas comuns. Recepção que por vezes teve uma forma marcadamente entusiástica,³³⁴ devida ao reconhecimento do valor da ajuda que o Portugal

³³⁴ “A recepção feita em toda a parte à Missão pelas autoridades militares e civis e pelas populações excedeu os limites da cordialidade e da cortesia, tendo redundado numa verdadeira marcha apoteótica, e que, da parte da população, pelo menos, nos parecia ser sentida e muitas vezes, espontânea.” Rodrigues, Barros, *Relatório da Missão do Curso do Estado Maior*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, p. 29;

salazarista ofereceu aos sublevados.³³⁵ Barros Rodrigues surpreendeu-se com a gritante ignorância histórica dos espanhóis, sentindo-se muito pouco impressionado com os vários discursos que ouviu,³³⁶ salientado somente um que apelou à ideia de “união ibérica”, quiçá remanescente do federalismo iberista oitocentista.³³⁷

Barros Rodrigues ficou deveras impressionado com o potencial de Guerra da nação espanhola, tributário da formação de uma economia de guerra, assente na sua produção industrial e tecnológica,³³⁸ potencial que não se devia apenas a questões materiais que tinham evoluído consideravelmente³³⁹, mas que era atribuído a características distintivas dos combatentes espanhóis: físicas, psicológicas e morais. Mais especificamente, a economia de guerra industrial dos fascistas foi considerada auto – suficiente,³⁴⁰ posição defensável numa conjuntura mais favorável e sólida para os nacionalistas.

³³⁵ “Em primeiro lugar, o reconhecimento pela atitude de Portugal para com os Nacionalistas, desde a primeira hora, e que todos, absolutamente todos.” Rodrigues, Barros, *Relatório da Missão do Curso do Estado Maior*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, p. 30;

³³⁶ “...em tantos discursos proferidos, embora todos, ou quase todos, tivessem realmente grande facilidade em falar, pouquíssimos, para não dizer nenhuns, revelaram erudição e conhecimentos, nem tão pouco qualquer ideia verdadeiramente elevada ou pensamento profundo.” Rodrigues, Barros, *Relatório da Missão do Curso do Estado Maior*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, p. 30;

³³⁷ “Apenas houve um que nos impressionou, o do Governador Militar de Jerez de la Frontera, Marquez de la casa Arizon, em que se referiu com certa elevação e entusiasmo, à missão que os dois povos peninsulares têm desempenhado e poderiam desempenhar no concerto mundial, se caminhassem unidos e fizessem ouvir a sua voz afinada pelo mesmo diapasão.” Rodrigues, Barros, *Relatório da Missão do Curso do Estado Maior*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, p. 30;

³³⁸ “Outro ponto que vamos acentuar, e que nos impressionou, foi o valor do potencial de Guerra da nação espanhola, consequência da sua extensão, da sua riqueza, do grande desenvolvimento, que, em virtude da guerra, têm adquirido certas indústrias e produções...” Rodrigues, Barros, *Relatório da Missão do Curso do Estado Maior*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, p. 30;

³³⁹ “Quanto a progressos materiais, a Espanha é hoje, não há dúvida nenhuma uma nação produtora e construtora de material de guerra.” Rodrigues, Barros, *Relatório da Missão do Curso do Estado Maior*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, p. 30;

³⁴⁰ “Quanto a material, pelo que ouvimos e vimos ficamos convencidos de que os nacionalistas se devem bastar a si próprios, na presente guerra...” Rodrigues, Barros, *Relatório da Missão do Curso do Estado Maior*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, p. 31;

A guerra deve ser encarada como uma expressão de cultura e de valores morais. Neste caso dos “valores heróicos” da guerra e da violência, preconizados pelos fascistas,³⁴¹ que neste caso remetem para um darwinismo social de índole racista.³⁴² O espírito de fraternidade que o autor reconheceu e sentiu em relação aos portugueses por parte dos nacionalistas opôs-se à ideia generalizada de animosidade latente entre os dois povos peninsulares.³⁴³ No entanto, Barros Rodrigues não deixa de expressar preocupação e receio perante a formação dum vizinho forte, proporcionado pelo seu potencial de guerra.³⁴⁴

³⁴¹ “Quanto a factores morais e especiais é um facto que a Espanha possui hoje uma mística militar que leva os seus soldados aos maiores heroísmos.” Rodrigues, Barros, *Relatório da Missão do Curso do Estado Maior*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, p. 31;

³⁴² “E essa mística guerreira dá à luta, em virtude das características ráticas deste povo e dos seus costumes, um aspecto de violência e até de ferocidade invulgar.” Rodrigues, Barros, *Relatório da Missão do Curso do Estado Maior*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, p. 31;

³⁴³ “...existe, de facto, uma grande corrente de simpatia na Espanha nacionalista, a nosso favor, com raízes que nos parecem profundas, julgando por isso ser oportuno o momento para procurar destruir ou, pelo menos, neutralizar aquele espírito de hostilidade que durante tantos séculos se mantido entre os dois povos peninsulares, bem entendido assentando antes de mais nada, no respeito absoluto da nossa soberania.” Rodrigues, Barros, *Relatório da Missão do Curso do Estado Maior*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, p. 31;

³⁴⁴ “...a Espanha deverá vir a ter um potencial de guerra elevado, que a tornará um valor apreciável na política internacional e, conseqüentemente, será para nós, portugueses, um mau vizinho, se perdurar este espírito de hostilidade que, como dissemos, até agora se tem mantido, de lado a lado, porque o seu potencial de guerra será, infelizmente, cada vez maior que o nosso.” Rodrigues, Barros, *Relatório da Missão do Curso do Estado Maior*, AHM/DIV/1/38/38/10, 1938, p. 31;

CONCLUSÃO

Com o final da Guerra Civil de Espanha, a Europa e o mundo acordaram para uma nova realidade: uma vitória das direitas extremistas, numa conjuntura de erosão dos valores democráticos a Ocidente. Uma nova guerra já parecia, ao olhar dos mais atentos, como inevitável, corolário lógico de toda uma cultura versada na apologia dos valores da guerra e da violência.

A Guerra Civil de Espanha serviu de terreno de experimentação do novo corpo do estado-maior, através do envolvimento de membros importantes do corpo na Missão Militar de Observação Portuguesa. Num exército em renovação e profunda reforma, o corpo de estado-maior participou de uma nova conjuntura histórica, procurando perceber o funcionamento das modernas formas de “fazer a guerra”. Para tal, o conceito de “saber militar” explica o interesse manifestado pelo refundado CEM em compreender as novas dinâmicas de guerra moderna ensaiadas na Guerra Civil de Espanha, como as manobras da aviação alemã, podendo ser colocada a hipótese de que a experiência inaugurada pelos sublevados de Franco serviu como um acontecimento histórico que produziu doutrina, no âmbito da história militar da Europa e de Portugal, aqui atendendo aos ensinamentos recolhidos pelos oficiais do CEM quando a campanha ainda decorria. Num exército que, desde a “revolução” de 1926 se tinha interessado mais por assuntos políticos, o papel do refundado CEM passava também por fazer o exército retornar a uma posição mais técnica, preocupada com a evolução tecnológica, estratégica e tática de pensar e conduzir a guerra, remetendo para uma concepção científica da guerra, que deveria ser estudada e enquadrada por um conhecimento científico adquirido também empiricamente no campo de batalha.³⁴⁵ A Guerra Civil de Espanha foi um momento importante de construção de saberes militares.

As reformas de 1937 encerraram um capítulo difícil nas relações entre o poder político e a elite castrense, em que Salazar conseguiu anular qualquer veleidade política

³⁴⁵ “Não esqueçamos porém, que a arte prática tem bases científicas. E evidente que, em última análise, todas as ciências vieram da prática, do artesanato, da acção – mas, depois, libertaram-se dos seus laços directos e “grosseiros”, mantendo uma importância histórica utilitária.” Trotsky, León, *Saber Militar e Marxismo in Problemas da Guerra Civil*;

por parte dos militares, que retomaram as suas funções mais tradicionais e técnicas, consequência destas reformas cuidadosamente preparadas pelo Presidente do Conselho e por Santos Costa.

A II Guerra Mundial reconfirmou o estatuto marginal que Portugal manteve na Europa durante séculos, mantendo-se estruturalmente afastado das grandes questões europeias, sendo única exceção no século XX a participação portuguesa na I Grande Guerra. No entanto, tal afastamento não impediu a difusão das ideologias que tinham prevalecido na guerra espanhola.

Foi nesta época histórica que o corpo do estado-maior se reorganizou e reestruturou, afirmando-se como o corpo teórico do exército, vindo a exercer uma influência crescente e decisiva nas décadas seguintes. Em todas as conjunturas históricas subsequentes, o corpo será uma referência no modo de pensar e fazer a guerra, em contextos históricos tão diversos como a II Guerra Mundial, os anos de associação à Nato, a guerra contra-subversiva em África, etc.

Nos anos 30, a refundação do CEM foi uma das mais persistentes continuidades no exército do Estado Novo, mantendo-se em funções até à revolução de Abril, não sendo a instituição dum corpo de estado-maior uma prerrogativa das direitas políticas, tendo existindo instituições congéneres nos mais diversos tipos de regime, como na Alemanha, em Espanha e em França.

O papel desempenhado pelos oficiais do CEM na própria estrutura das Forças Armadas e dos governos, subsequentes à sua reorganização, foi deveras significativa. Muitos ocuparam cargos de relevo na orgânica das Forças Armadas, tendo monopolizado algumas posições. Em síntese, o corpo do estado-maior dos anos 30 foi uma das principais heranças das reformas orquestradas por Salazar, tendo mudado de feição consoante os desenvolvimentos políticos e históricos, mas mantendo-se sempre como uma referência estrutural e estruturante do exército português.

Fontes e Bibliografia

I. Fontes

Diário do Governo, I Série, 1934 – 1939;

Ordens do Exército, I e II Série, 1934 – 1939;

Arquivo Histórico Militar (AHM)

1ª Divisão, 38ª Secção, Caixas: 38, 42, 45, 46, 50.

II. Bibliografia

O Centenário do Curso do Estado-Maior, Caxias, Editorial Império, 1937;

Reformas militares de 1937, Lisboa, Imprensa Internacional, 1938;

Portugal e a Guerra Civil de Espanha. Catálogo do Museu da República e Resistência, Lisboa, 1998;

Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano, *Nova história militar de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004;

Beevor, Antony, *A Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Livros do Brasil, 1989;

Carrilho, Maria, *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985;

Correia, Sílvia, *Políticas da I Guerra Mundial em Portugal, 1918-1933, entre a experiência e o mito*, Lisboa, FCSH, 2010;

Delgado, Iva, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1983;

Duarte, António Paulo, *A política de defesa nacional 1919 – 1958*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010;

Faria, Telmo, *Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas*, Lisboa,

Edições Cosmos, Instituto de Defesa Nacional, 2000;

Ferreira, Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no século XX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992;

Ferreira, Medeiros, *Cinco regimes na política internacional*, Lisboa, Editorial Presença, 2006;

Ferreira, Medeiros, *Um século de problemas, As relações luso-espanholas da união ibérica à comunidade europeia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989;

Ferreira, Medeiros, *Portugal em transe, notas de política internacional e política de defesa*, Lisboa, Pandora Edições, 1985;

Freire, João, *Glossário de termos militares para uso de estudantes e investigadores em ciências sociais*, no prelo;

Keegan, John, *A Máscara de Comando*, Lisboa, Tinta da China, 2009;

Keegan, John, *The face of the battle*, London, Hutchinson, 1998;

Keegan, John, *Uma História da Guerra*, Lisboa, Tinta da China, 2009;

Matos, Luís Salgado de, *As forças armadas portuguesas como elemento de um “Estado de Ordens”- sua situação em regime de sufrágio universal*, *Análise Social*, Vol. XXXII, nº 141, 1997, pp. 405-418;

Matos, Luís Salgado de, *Como evitar golpes militares*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008;

Matos, Luís Salgado de, *O Estado de Ordens*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004;

Oliveira, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições O Jornal, 1987;

Oliveira, Pedro, *Armindo Monteiro, uma biografia política*, Venda Nova, Bertrand Editora, 2000;

Orwell, George, *Homenagem à Catalunha*, Lisboa, Antígona, 2007;

Orwell, George, *Recordando a Guerra Espanhola*, Lisboa, Antígona, 2003;

Palacios, Diego, *Portugal à Coronhada, protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Tinta da China, 2011;

Pinto, António Costa e Nuno G. Monteiro, “A identidade nacional portuguesa”. *Portugal Contemporâneo*, coord. António Costa Pinto, Lisboa, Dom Quixote, 2005, pp. 51-65;

Pinto, António Costa, *Os camisas azuis. Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal, 1914-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994;

Pinto, António Costa, *O Salazarismo e o fascismo europeu: problemas de interpretação nas ciências sociais*, Lisboa, Estampa, 1992;

Ramos, Rui (coord.), *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009;

Rodrigues, Luís Nuno, *A Legião Portuguesa. A Milícia do Estado Novo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996;

Rosas, Fernando, *O Estado Novo*, vol. VII da História de Portugal, Dir. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994;

Rosas, Fernando (coord.), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições Colibri/IHC da FCSH da Universidade Nova de Lisboa, Coleção Actas de Colóquios, nº1, 1998;

Rosas, Fernando, “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”, *Análise Social*, vol. XXXV, nº 157, 2001, pp. 1031-1054;

Rosas, Fernando, “A crise do liberalismo e as origens do ‘autoritarismo moderno’ e do Estado Novo em Portugal”, *Penélope*, Nº2, 1989, pp. 98 – 114;

Rosas, Fernando, *As Primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo. As Eleições de 16 de Dezembro de 1934*, Lisboa, Ed. Cadernos O Jornal, 1985;

Rosas, Fernando, *O Salazarismo e a Aliança Britânica*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1988;

Rosas, Fernando, *Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo*,
Vértice, II Série, nº13, Lisboa, Editorial Caminho, 1989;

Thomas, Hugh, *A guerra civil de Espanha*, Lisboa, Ulisseia, 1961.

